

Revista Vernáculo

n. 25, 1º semestre/2010

Edição Especial
10 anos

ISSN 2317-4021

Sumário

| | |
|------------------------|----------|
| Editorial | 3 |
|------------------------|----------|

Especial – 10 anos

| | |
|---|---|
| Memórias verdadeiras sobre a <i>Vernáculo</i> | 7 |
|---|---|

Fernando Nicolazzi

| | |
|--|----|
| Os retrospectivos sentidos da <i>Revista Vernáculo</i> | 13 |
|--|----|

Rafael Faraco Benthien

| | |
|--|----|
| Dois horizontes de uma mesma expectativa | 16 |
|--|----|

Rodrigo Turin

| | |
|----------------------------------|----|
| À propósito de uma revista | 21 |
|----------------------------------|----|

Allan de Paula Oliveira

| | |
|--------------------|----|
| [Sem título] | 24 |
|--------------------|----|

Victos Augustus Graciotto Silva

Artigos

| | |
|--|----|
| Perspectivas e sintomas da historiografia do período tardo medieval: um encontro entre Ocidente e Oriente | 28 |
|--|----|

Elaine Cristina Senko

| | |
|--|----|
| Olavo Bilac e a experiência da República no Brasil | 43 |
|--|----|

Thiago Roza Montilla

| | |
|---|----|
| Um grito no escuro: o resgate da cultura inca em dias de globalização..... | 95 |
|---|----|

Angela Zatta

| | |
|--|-----|
| Iniciação, Profanação e Mitopeia no Banquete de Platão: uma aproximação entre literatura e filosofia | 113 |
|--|-----|

Adriano Scandolara

Impressões de Leituras

| | |
|--|-----|
| Os usos e abusos da cidadania no Brasil oitocentista | 143 |
|--|-----|

Diogo da Silva Roiz

Editorial

No já distante ano de 2000, os espaços para discentes de graduação publicar os resultados de suas investigações eram escassos. Neste longínquo ano, eram também igualmente raras as possibilidades de acesso as interfaces digitais que permitiam a popularização do conhecimento. Foi neste contexto que alguns alunos e alunas do curso de *História da Universidade Federal do Paraná* resolveram construir um periódico para responder esta demanda. A reunião de fundação se deu num espaço dos mais apropriados para a criação intelectual – o botequim – numa época onde se podia beber e fumar livremente nestes recintos. No ambiente criativo do boteco formou-se a ideia da *Revista Vernáculo*. Uma iniciativa que de saída possuía toda e nenhuma expectativa, pois, ao mesmo tempo em que se desejava muita longevidade ao periódico, tinha-se a impressão da possibilidade de uma vida curta do mesmo.

Dez anos se passaram e a *Revista Vernáculo* continua, ela segue, não mais exclusivamente em papel, mas também, e principalmente, no formato digital. Esta talvez seja a maior transformação ocorrida na *Revista* nestes dez anos. No mais se buscou manter, dentro do possível, o mesmo espírito estabelecido naquela “roxeada” reunião do saudoso ano de 2000. No intuito de revisitar esta memória da *Revista Vernáculo*, o presente número traz relatos de alguns daqueles estudantes, hoje editores, professores, ex-fumantes, ex-frequentadores de botequins e agora adeptos dos exercícios físicos. São reflexões acerca da experiência de criar e

gerenciar um periódico científico e compreender o meandros do mundo acadêmico.

Hoje, após uma década do surgimento, ler estas memórias causa-nos alguma inquietação. O cenário é bastante diverso do que encontrado pelos antigos editores. As possibilidades abertas a graduação cresceram consideravelmente, como pode ser observado com o surgimento de vários outros periódicos de vocação parecida com a *Vernáculo*. Todavia, a leitura destes relatos nos mostra que temos muito ainda que buscar, alargando as fronteiras já conquistadas.

A ampliação do ensino universitário trouxe novas possibilidades e exigências. O corpo discente, de um modo geral, interessou-se mais por divulgar e debater seus trabalhos, o que resultou no surgimento de inúmeros periódicos voltados para a graduação. Assim, assistiu-se o surgimento de novas publicações que contaram com o acesso facilitado pelos meios digitais e que, em grande medida, foram amparados pelas estruturas das instituições de ensino. Noutro extremo, cada vez mais o critério quantitativos se sobrepõe aos qualitativos; a pressão por publicações aumentou e os prazos disponíveis para a elaboração da produção intelectual ficaram mais exíguos.

Esta situação gerou um desafio não só a *Vernáculo*, mas para todos os demais periódicos do gênero: manter-se um espaço aberto a trabalhos de início de carreira, porém zeloso com a qualidade da produção a ser publicada. E estes aspectos têm ainda que se conciliar com o espírito de experimentação, de criatividade. Reunir estes

aspectos foi o que motivou, a nosso ver, a criação da *Revista Vernáculo* e é o que a mantém dez anos depois. Continuar a busca em conjugar todos esses elementos parece-nos o melhor caminho para prosseguir. Talvez a isto se preste a nossa revista.

Hilton Costa

Leonardo Brandão Barleta

- - - - -

Especial

10 anos

- - - - -

Memórias verdadeiras sobre a Vernáculo

*Fernando Nicolazzi**

Era o tempo do Paulo Renato Souza, ocupante do Ministério da Educação durante longos – demasiado longos – sete anos. A universidade pública no Brasil vivia tempos sombrios, uma espécie de *tenebrae aetas* perpetrada, curiosamente, por parte dos seus filhos mais diletos. Um processo deliberado de precarização do ensino e das condições da educação brasileira como um todo (e não somente do ensino superior) visava tornar mais rápido o dismantelo da sua dimensão pública, obedecendo a uma cartilha que previa, por razões obtusas, incompreensíveis e inaceitáveis para grande parcela dos envolvidos, a privatização da educação como única saída plausível

* Historiador formado pela Universidade Federal do Paraná, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este pequeno relato, escrito a partir do amigável convite feito por Hilton Costa, assenta-se em breves, esparsas e fugidias memórias, ancorando-se em algumas (des)leituras e perspectivas que, *se bem me lembro*, eram feitas durante meus anos de graduação, momento em que a revista *Vernáculo* foi fundada e que, de uma forma ou de outra, embasaram minhas intenções em me comprometer com o projeto. De todo modo, sabe-se como o relato memorialístico em tom biográfico traz em si mesmo o signo da ilusão, o que já foi advertido por eminente sociólogo. Reside aí a paráfrase do título, que pretende fazer referência ao texto satírico de Luciano de Samósata, *Histórias verdadeiras*. O leitor que fique à vontade para formular suas próprias conclusões.

para a crise universitária. Era o tempo da “privataria tucana”, como posteriormente se batizou o movimento.

De forma mais geral, se em outros contextos alguns intelectuais discutiam se o horror era econômico ou político, cá nos trópicos horrorizávamos ainda com a falência de um processo de modernização que, desde há muitas décadas, mostrava-se antes reprodutor do que redutor das desigualdades sociais. Parte da historiografia (se correta em sua avaliação ou não, deixo para os historiadores decidirem) tentava oferecer, com o uso de suas ferramentas eruditas, a resposta que pudesse dar conta de uma explicação possível para tal situação: falava-se, nesse sentido, que nossa modernidade não era lacunar ou deficiente, mas sim que nossa sociedade foi assentada em bases arcaicas, permanecendo ainda sobre este mesmo solo. O arcaísmo, dizia-se, antes que uma consequência da inépcia nacional, era o impulso propulsor das nossas relações sociais; o arcaísmo era um projeto, o qual remetia às estruturas mais profundas da sociedade luso-brasileira.

Pairava no ar, com uma consistência densa e por vezes insuportável, certo mal-estar na universidade brasileira. No caso mais específico das humanidades, o dilema que se colocava, o qual de uma forma ou de outra ainda se mantém em tempos de ciências sem fronteiras, era criar os mecanismos da sua própria legitimidade, a ponto de Marilena Chauí sugerir à época, criticamente cabe mencionar, a “inessencialidade” das ciências humanas em uma sociedade tecnocrata e neoliberal. O mais triste desta situação é que a própria universidade não encontrava forças diante de um mecanismo

tão opressor e, por vezes, violento – não apenas física, mas, sobretudo, moralmente violento. Enquanto estudante, minha atenção se voltava para aquilo que estava mais próximo, isto é, o assim chamado “movimento estudantil”. E era justamente enquanto estudante que considerava o quão insuficiente era este “movimento” para aqueles que não enxergavam no burocratismo militante as formas adequadas de se portar diante de tal realidade.

O Centro Acadêmico da História lançava, de tempos em tempos, seu fanzine, a voz oficial e oficiosa dos aspirantes à história: *O Grito*. Alguns alunos com posições heterodoxas e práticas, digamos, libertárias, resolveram fazer frente àquele grupo que, entre outras coisas deveras importante para o “movimento”, preocupava-se com o fato de que a classe operária não frequentava a Ilha do Mel (de minha parte, eu sempre suspeitei que ela deixava de frequentar a Ilha, não porque esta fosse elitizada ou burguesa, mas sim por que enjoava na travessia marítima). Por um excesso de criatividade, resolvemos batizar o *nosso* jornalzinho de... *O Berro*. E divertíamos-nos implicando com colegas, polemizando com professores, escrevendo poesias, ensaiando análises acadêmicas e, de quando em vez, escrevendo alguma coisa que era lida pelos demais estudantes. Um professor chegou ao ponto de nos definir como “a esquerda festiva” do curso, desconsiderando o fato de que a alusão rodrigueana antes massageava nosso precário ego do que causava qualquer tipo de desconforto.

Daquele anseio por escrever (no fundo, creio que era esta demanda imperiosa pela escrita o que me fazia atuar neste tipo de

cousa), alguns começaram a se perguntar se tudo não poderia assumir um tom menos jocoso e, assim, tentar tirar proveito daquelas horas passadas na biblioteca, quando o tempo não estava bom ou não havia ninguém para nos desviar do caminho da retidão acadêmica, empurrando-nos ora para o boteco (este singular-coletivo), ora para a cancha do ogrobol. Eis, então, que apareceu, entre a pretensão de seriedade d'O grito e o escracho consciente d'O Berro, outro meio de propagação de ideias, nem tão radical como o primeiro, nem tão avacalhado quanto o segundo; era o jornal *Cezariana*. De imediato me impressionei com aquilo que me caía sobre as mãos. Daí, em uma conversa de bar, a primeira centelha encontrou o graveto seco: surgiu a proposta de juntarmos esforços e ideias para lançarmos uma revista voltada para a publicação de textos acadêmicos elaborados pelos próprios alunos da graduação, concedendo pequeno espaço (permissivos que éramos!) a um artigo de pós-graduando que porventura se dispusesse a descer do altar. Como tudo que nasce no bar gera bons frutos, a *Vernáculo* veio à luz, motivada pelo prazer da escrita que movia todos os seus organizadores, com o auxílio financeiro da universidade e também com a solidariedade, infelizmente rara, de um livreiro daqueles que não se fazem mais: o Eleoterio Burrego.

Para o lançamento, fomos presenteados com uma fala da Ana Maria Burmester, pois era também o tempo da professora Ana Burmester, mestre e amiga de todos nós. Meus caminhos e descaminhos pela historiografia são plenamente devedores daquelas aulas maravilhosas, onde aprendíamos não tanto sobre o que estava

nos livros, mas sim sobre o que fazer com aquela miríade de leituras e vivências sem as quais nos sentíamos órfãos; e não falo aqui apenas dos grandes tratados teóricos sobre a epistemologia da história, mas, sobretudo, daquilo sem o qual um bom historiador é tão somente um bom historiador: a literatura e o cinema, paixões inegáveis de Ana.

*

O convite feito pelo Hilton Costa para escrever este relato, sinal antes de amizade do que de qualquer importância que estas palavras possam assumir, desde o primeiro momento me deixou em crise existencial, causada pelo medo de talvez esquecer algum episódio, situação ou pessoa importante nessa história toda. Enfim, acabei esquecendo muitos episódios, situações e pessoas, mas tive a oportunidade de me lembrar também de muita coisa e, mais do que tudo, lembrar-me da amizade que motivou tudo isso. Acabei também por remexer alguns arquivos e encontrar lá as palavras que proferi no discurso de formatura, escritas há pelos menos uma década atrás. Dizia então naquela época: “há uma beleza particular neste curso: a paixão que nele move as pessoas, que cria uma verdadeira resistência ao fluxo da degradação, quase uma desobediência ao *status quo*, que apesar da falta de condições morais e materiais, faz a universidade respirar, faz prosseguir o ensino e a pesquisa e que, enfim, faz a história continuar”. Certamente, caso eu tentasse reescrevê-las hoje, os termos seriam distintos (já não é mais o tempo do Paulo Renato!). De qualquer forma, penso que o essencial se mantém e desejo à nova

geração que retoma corajosamente esta empreitada grandes momentos, como aqueles que tive a oportunidade de vivenciar entre o gosto pelo trabalho e o prazer das amizades, vivenciados na dimensão pública de uma universidade federal.

Sinceramente, não sei se tudo se passou da maneira como aqui foi relatado (depois que me disseram que a história não é memória, acabei por esquecer muitas coisas... embora desconfie também que aquelas “práticas libertárias” tenham porção de culpa neste involuntário esquecimento), mas, até o ponto em que um historiador está autorizado a emitir um juízo sobre fatos passados, creio que, se não “tal como efetivamente se passou”, essas memórias mais ou menos (re)inventadas estão próximas do que este personagem-autor pensava naqueles tempos, sombrios e instigantes tempos.

Os retrospectivos sentidos da *Revista Vernáculo*

Rafael Faraco Benthien

Se a experiência na graduação assumiu para mim, de fato, o sentido de rito de passagem, de iniciação à atividade intelectual, isso só foi possível graças à descoberta do caráter coletivo dessa atividade. Era preciso aprender a pensar com e contra os colegas. Minha participação em atividades estudantis e no Programa Especial de Treinamento da UFPR, posto que organizados coletivamente, forneceu cenários particularmente propícios para isso. Mas tal experiência não teria sido a mesma sem a criação e a administração de um periódico científico como a *Revista Vernáculo*.

A iniciativa dessa revista partiu de Fernando Nicolazzi, hoje professor adjunto na UFRGS. Ele reuniu em meados de 1999 um pequeno grupo em torno da ideia, todos alunos do segundo e do terceiro anos do Curso de História da UFPR. A ideia era bastante simples e estava ligada à nossa percepção das exigências de uma carreira acadêmica: faltava uma arena pública para que os alunos de graduação pudessem também divulgar suas pesquisas. Com efeito, as revistas que conhecíamos só aceitavam contribuições de pós-graduandos. Era preciso, portanto, incentivar a escrita e a leitura, o que equivalia a nossos olhos a fomentar o debate.

Uma vez definido o público alvo, o formato e a periodicidade, partimos para tarefas práticas. Encontramos patrocínios, fechamos acordo com a gráfica da UFPR e preparamos um primeiro volume

com os nossos próprios textos. Tratava-se de um manifesto. A Revista veio a público em abril de 2000 e a esse volume inicial se seguiram, com minha participação, outros seis. Os aprendizados foram muitos. Enquanto editor, encarreguei-me da leitura dos textos e do encaminhamento de pareceres. Como não havia verba suficiente, atuei eventualmente como revisor ortográfico e diagramador. Foi também para a *Revista Vernáculo* que redigi meus primeiros artigos.

A revista conheceu considerável sucesso, persistindo por nove anos e recebendo contribuições de graduandos de todo o país e de vários cursos diferentes (historiadores, antropólogos, sociólogos e linguístas em formação). A equipe original, porém, desfez-se rápido. A maioria de seus membros saiu do Paraná para continuar os estudos, o que inviabilizava sua atuação constante. Além disso, outras pessoas estavam mais sintonizadas com os propósitos da publicação e era preciso dar espaço e oportunidades a elas. Enquanto estive à frente da revista, até 2004, ela conheceu editores, periodicidade e projeto gráfico novos. Anos mais tarde, por iniciativa dos continuadores do projeto, ela passou também a contar com um formato eletrônico*.

Quando avalio hoje a iniciativa da *Revista Vernáculo*, vejo-a como expressão do espírito daquele fim de milênio dentro das universidades públicas brasileiras. Afinal, os prognósticos eram então

* Veja-se: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/vernaculo/issue/archive>. Note-se também que, naqueles mesmo anos, até onde vai meu conhecimento, algo análogo só existia na USP, com a revista eletrônica *Klepsidra*.

os piores possíveis quanto à (im)possibilidade de viabilização de uma carreira ligada à pesquisa e à docência. Nada sinalizava para a expansão do sistema de ensino superior que ocorreria mais tarde. Além disso, a concorrência aumentava exponencialmente a cada ano. Teríamos espaço quando chegássemos lá, após nossos doutorados? Envolver-se com sua administração ou mesmo publicar algo nela era ao mesmo tempo a expressão de uma crença na Universidade e a procura, nesse ambiente repleto de incertezas, de algum emblema distintivo.

Dois horizontes de uma mesma expectativa

Rodrigo Turin

Por onde começar. Afinal, todo texto tem que ter um começo. Pela memória, obviamente. Este é o teor do texto demandado: uma memória, um relato sobre uma experiência do passado. Evocar alguma cena, um ponto de referência, quem sabe uma anedota. Mas nenhuma imagem clara se forma, apenas fragmentos de lugares, de datas, de conversas. Fernando, em frente à sala do PET, dizendo alguma coisa sobre a ideia de criar uma revista. Uma reunião animada no ambiente escuro do... qual era mesmo o nome? Eu, desconfortável, pedindo dinheiro ao Eleotério em nome de uma propaganda na contracapa de uma revista; seu sorriso simpático e solícito, como sempre, ainda que um pouco desconfiado. Vou até a estante e pego alguns poucos exemplares que ainda possuo. Talvez com esse suporte. Não. O estranhamento só aumenta. Há reconhecimento, claro, mas seria um truque barato tirar dele alguma intriga proustiana. A tentação da narrativa de formação também é grande, mas seria abusar da confiança do leitor. O que esse leitor espera? O que eu espero?

Talvez o que eu esperava. Ler o editorial que escrevi em 2001, reescrevendo-o nestas linhas, neste presente. Essa a intriga proposta, esse o truque para escapar da embaraçosa falta de memória e revisitar aquela experiência em torno da *Vernáculo*, tirando dela algum sentido.

O texto fala de uma inquietação que, eu, então um estudante de História, sentia em relação ao papel da Universidade. O título, *República dos Jornalistas*, referia-se ao crescente número de publicações sobre história, escritas por jornalistas, que começava a aparecer no mercado editorial. A minha inquietação, pelo que posso desprender do texto e da minha suspeita memória, estava na incapacidade que a Universidade tinha de fazer visível, comunicável, a sua produção. E me perguntava, a partir desse diagnóstico, de que modo as ciências humanas, em particular, poderiam ocupar um lugar relevante no debate público. Como poderíamos, e aqui me permito o uso dessa primeira pessoa plural indefinida, transcender as fronteiras estreitas dos corredores departamentais e contribuir, efetivamente, para o enriquecimento de um debate crítico? O empreendimento de publicar uma revista acadêmica voltada para os estudantes de graduação era, sem dúvida, uma maneira de tentar achar uma resposta ou, ao menos, a possibilidade de articular a questão.

O número de publicações históricas produzidas por jornalistas, desde então, aumentou consideravelmente. O problema do monopólio dos meios de comunicação, que regulam e restringem o acesso dos indivíduos autorizados à tão propalada “liberdade de imprensa”, continua um dos grandes desafios a serem enfrentados pela sociedade. No entanto, também cresceu, de maneira estrondosa, o número de publicações ligadas à universidade. No que diz respeito à História, particularmente, nunca houve tanta demanda pelas habilidades profissionais do historiador. As fronteiras parecem menos porosas; em parte pela vitalidade do campo historiográfico,

sem dúvida, mas em grande parte, também, pela transformação da natureza dessa demanda pelo passado.

Algo que eu, então um estudante de História, não conseguia perceber, mas que agora, doze anos depois, posso identificar pelas frestas daquele texto, era uma mudança de relação que estava ocorrendo, e ainda está, entre a produção universitária de História e as outras esferas da sociedade. Eu concebia minha inserção na *Revista Vernáculo*, desde o início, como uma busca por expressão. Não vivíamos ainda, como estudantes de graduação, os efeitos da onda produtivista e dos índices acadêmicos. A motivação para criar uma revista, a ânsia por publicar, tinha sua origem em uma necessidade de expandir os meios através dos quais todos aqueles problemas teóricos e instrumentos analíticos que então incorporávamos pudessem ser comunicados, usados, testados, criticados. Quando eu imaginava e defendia, naquele texto, a necessidade de os historiadores ocuparem um maior espaço público, era pensando justamente na potencialidade de inteligibilidade e de crítica oferecido pelo discurso histórico e pelas ciências humanas como um todo.

O que eu não percebia, como disse, era a mudança da natureza da demanda que então se criava, a qual não buscava esses conceitos e problemas teóricos que tanto nos encantavam pela possibilidade de constituir um sentido crítico. O que surgia era, acima de tudo, uma demanda por memória. Quando da produção daqueles primeiros números da revista, eram ainda relativamente escassos os meios de divulgação não especializados da área de história, se comparados aos que temos hoje. A variedade de revistas

em bancas, programas televisivos, coleções editoriais, sites, museus; enfim, uma longa lista de meios que se expandiram e se reproduziram para atender um novo desejo pelo passado. E não por acaso foram os jornalistas, atentos às demandas do mercado, os primeiros a investir nesse novo filão. Como um desses jornalistas pioneiros bem expressou: “É óbvio que as pessoas querem uma história do Brasil com mais sangue, com mais vida, com personagem de carne e osso, com mais ação e aventura, e com um texto jornalístico, não acadêmico”. Não é possível, hoje, ignorar esse diagnóstico. Ao ignorá-lo, eu ignorava o estreitamento das possibilidades de inserção e de difusão de um discurso histórico que, sem deixar de se preocupar com a “vida”, tinha por princípio decompô-la e submetê-la ao rigor de uma articulação conceitual. A aventura da compreensão cedia lugar à aventura de uma nova forma de presença do passado. Um passado de consumo, disponível, descartável.

A citação que fazia então de Valéry, expressando o desejo de conciliar o pensamento e o viver “sob os rostos e as imagens do *conhecer*”, acabaram revelando-se parcialmente frustradas. Não saberia dizer, ou mensurar, o quanto essa nova demanda pelo passado/memória não acabou, ao contrário do que aquele estudante esperava, afetando a própria produção historiográfica acadêmica e sua inserção pública. O quanto, em meio a uma burocratização, muitas vezes confundida com profissionalização, o trabalho do historiador não acabou sendo vampirizado por essa nova demanda. Algo a ser pesquisado, refletido, ponderado. Mas não aqui.

Reescrevendo esse editorial, como procedimento narrativo para lidar com minha experiência na *Revista Vernáculo*, endossaria ainda a voz daquele estudante, deslocando a ênfase da questão: da necessidade de romper os muros da universidade para a necessidade de uma reflexão sobre os modos que justificariam esse movimento, que já não parecem tão evidentes. Isso passaria por uma problematização, acima de tudo, da definição epistemológica que queremos dar para a disciplina histórica, afetando desde a estrutura que ainda rege a grade curricular dos cursos, até o perfil que esse historiador pode assumir enquanto sujeito de conhecimento e figura pública autorizada por instituições sociais, como a Universidade.

A existência e a persistência de lugares de reflexão com a *Revista Vernáculo*, que se alimenta das novas expectativas de estudantes também ansiosos por expressão, é uma condição fundamental – talvez menos para dar uma resposta a velhas inquietações do que para a elaboração de novas questões. Vida longa à *Vernáculo*!

À propósito de uma revista

*Allan de Paula Oliveira**

É no mínimo estranho, reler, mais de dez anos depois, os textos que escrevi para a *Revista Vernáculo*, publicação cuja organização tive o privilégio de participar entre 1999 e 2001. Escrevi dois textos: “Mestres Espirituais: atuação dos clérigos no período colonial”, publicado no primeiro número da revista; “Arte e Sociedade”, no quarto número, em um dossiê temático sobre Norbert Elias. Mais de dez anos depois os textos pouco me dizem – a não ser lembrar-me que eu ainda não aprendi a usar vírgulas... – e parecem escritos por outra pessoa. Mais estranho do que os textos em si é ser tomado por esta sensação de que “se passaram mais de dez anos” (e eu continuo sem saber usar vírgulas...) e que alguma coisa se perdeu. Há aqui um misto de estranheza e de saudade.

Saudade porque tomar a *Vernáculo* nas mãos, hoje, significa a lembrança de amigos, de momentos e situações que foram centrais para o que faço, o que vivo. Em 1999 éramos um grupo de estudantes do curso de História da UFPR: curiosos, pedantes, pretensiosos, mas que compartilhavam alguma coisa que, talvez, não soubéssemos (falo por mim) definir. A busca de algo, uma procura. A *Vernáculo* surgiu

* Allan de Paula Oliveira, na verdade, gostaria de ser atacante do Flamengo. Como não deu, resolveu se exercitar na “arte do convencimento alheio” e por isso virou professor. Ensina antropologia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mesmo assim, ainda sonha com a 9 do MENGÃO.

daí: um desejo – palavra que Freud nos ensinou a conjugar com “trabalho” – de fazer algo, escrever, ser lido, dividir. Conjugadas aí estavam razões que lembro com carinho: nosso interesse em tudo – de futebol argentino da segunda divisão à Franz Kafka, de Chico Science e Nação Zumbi à Capistrano de Abreu, de lambari frito no antigo mercado municipal de Curitiba (aonde íamos almoçar toda quarta-feira) à E. P. Thompson; as boas aulas e as boas prosas de professores que nos cutucavam – Carlos Lima, Ana Maria Burmester (que fez a apresentação do primeiro número da revista), José Roberto Braga Portela, Luiz Geraldo Lima, dentre outros. Em suma, a Vernáculo surgiu de um desejo gestado em um ambiente que a muitos de nós deu o tom do que seja universidade.

Passados mais de dez anos, e olhando em perspectiva textos e revista, diria que nada mudou. Continuo sem saber usar vírgulas, continuo assistindo futebol argentino da segunda divisão e continuo achando Kafka e Thompson duas boas razões para viver. Talvez o que tenha mudado seja aquela pressa que tínhamos, aquela “busca” a que aludi acima. Olhando o primeiro número, hoje, percebo que ele é fruto de um momento da vida em que pensávamos no futuro, nas pessoas que seríamos. Havia algo por fazer e estávamos simplesmente fazendo. O tempo – essa dádiva, segundo Thomas Mann – contudo, a tudo decanta. Hoje, talvez, não tenhamos a mesma pressa e as mesmas ambições, porque talvez percebamos que no final resta apenas a saudade do que foi vivido entre amigos e colegas em um momento do passado. Hoje sou professor, dou aulas, escrevo algumas coisas, penso outras e isto começou lá, com a *Vernáculo*,

com aquele ambiente de amigos numa universidade. E esta lembrança é a que fica. O resto não tem a menor importância.

Afinal, alguém pode me explicar como se usam as vírgulas?

[Sem título]

Victor Augustus Graciotto Silva

Falar sobre a *Revista Vernáculo* significa lembrar uma das experiências mais marcantes que tive quando era estudante de História. É voltar ao ano de 1999, perambular novamente pelos corredores do sexto andar da Reitoria, voltar a sentar nas mesas do Roxinho, do Café Mafalda e do Karraspanas.

Era outubro, estávamos distribuindo um pequeno jornal, o *Cesariana*, formado de escritos (podemos dizer que eram literários) de minha autoria, do Rodrigo Turin e do Rafael Billy. Acabamos parando, como era de costume nos finais de tarde, no Roxinho, e lá, sentados na mesa, o inquieto Fernando me falou pela primeira vez da ideia de uma revista acadêmica de artigos científicos, feita por alunos do curso de História. Com artigos de pesquisas de graduandos, com um conselho editorial formado também por graduandos, que fosse distribuída entre os estudantes. Uma ideia simples, que somente precisava de um grupo de pessoas que a colocasse em prática. E esse grupo se formou. Em abril de 2000 o primeiro número da *Vernáculo* estava circulando pelas mãos de alunos e professores. Dez anos se passaram e ela continua existindo, seguindo as premissas que nortearam os primeiros anos da revista. E esse é um fato digno de nota.

Esse norte da *Vernáculo* não foi dado, mas construído ao longo dos três primeiros anos da revista, com destaque para o ano de 2000, onde três números foram publicados. Nos editoriais destes números iniciais temos as reflexões sobre a identidade da *Vernáculo*, os seus propósitos e desafios. O que é necessário para se escrever um artigo? Desenvolver uma ideia? “Por acaso é necessário um diploma para que alguém possa, enfim, produzir algum saber? Por acaso é necessário colocar após o nome algum *título de qualificação* (mestrando, doutorando, professor, pesquisador, etc.) para que tal saber tenha validade?” Fernando, no editorial da primeira revista, diante da estranheza de alguns, que se perguntavam se era possível um aluno escrever um artigo científico e esse artigo ser publicado, mostra a pretensão da revista, despidendo os autores de seus adornos e colocando os leitores a lerem e valorizem o saber por si. No segundo número, Allan escreve no editorial de forma clara a principal intenção da revista: “procura levar os graduandos a exercitarem o hábito de desenvolver suas ideias via texto [...] visa estimular o estudante a criar um senso de crítica em relação ao seu próprio trabalho e também de seus colegas, estabelecendo aí um espaço para o debate – fundamental no meio acadêmico”. E tão importante quanto o exercício da escrita é o seu incentivo e valorização. E pego aqui emprestadas as palavras do Rafael, no editorial do terceiro número da revista: “Quando eles aceitaram meu trabalho e procuraram discuti-lo, eu entendi o porquê da existência da *Vernáculo*. Ela está aqui para valorizar o trabalho de todos nós. Fomentar o exercício da escrita... é portanto um espaço de luta criado

por alguns alunos para que todos eles possam fazer, através de seu agir, uma universidade mais ética.”

Na revista de número cinco, no ano de 2002, a abertura que existia em relação aos colaboradores, já que tínhamos vários artigos e impressões de leitura feitos por alunos dos mais variados cursos, acontece também no conselho editorial. Diga-se de passagem que a revista sempre esteve aberta a todos os interessados em trabalhar nela. Contudo, foram poucos. E entenda-se: a revista ocupava um bom tempo nosso, seja lendo artigos, correndo atrás de patrocinadores, organizando os dossiês, diagramando, etc. Além da vontade, era preciso *fazer* ela acontecer. E aqueles que encararam esse desafio, falo por mim, mas acredito que seja um sentimento comum a maioria, sabem que participaram de algo bom. Algo que vale a pena ser contado. E saber que a revista está em plena atividade, completando dez anos e com o mesmo princípio – de graduando para graduando – me deixa feliz!

Atualmente estou trabalhando na área de edição de livros e de gestão cultural. E a experiência da *Vernáculo* foi o meu grande laboratório, mesmo sem eu ter essa consciência. Hoje, olho para aqueles anos e vejo como fomos bravos guerreiros, e daqueles tempos carrego uma virtude essencial: a coragem!

- - - - -

Artigos

- - - - -

Perspectivas e sintomas da historiografia do período tardo medieval: um encontro entre Ocidente e Oriente

*Elaine Cristina Senko**

Resumo: Neste artigo propomos investigar as perspectivas e sintomas da historiografia tardo-medieval. Destarte, analisamos alguns aspectos do modo de escrever a História por Jean Froissart, Pero Lopez de Ayala, Fernão Lopes, Ibn Al-Khatib, Al-Maqrizi e Ibn Al-Furat, com o intuito de verificar as aproximações e distanciamentos metodológicos entre eles. Pontuamos a dinâmica das narrativas entre ambos os espaços de erudição, cristã e islâmica, e propomos sua possível interação e/ou ação concomitante do entendimento histórico nesse período do outono da Idade Média. Nosso estudo, portanto, esclarece visões parciais sobre o medievo e promove o encontro entre Ocidente e Oriente através da História.

Palavras-chave: historiografia medieval; outono medieval; narrativa medieval.

Abstract: In this article we propose to investigate the prospects and symptoms of late medieval historiography. Thus, we analyzed some aspects of the way of writing history by Jean Froissart, Pero Lopez de Ayala, Fernão Lopes, Ibn Al-Khatib, Al-Maqrizi and Ibn al-Furat, in order to verify the methodological similarities and differences between them. Punctuated the narrative dynamics of the spaces between them of scholarship, christian and islamic, and propose their possible interaction and/or concomitant action of historical understanding in the autumn

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História UFPR. Membro discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos. Orientadora: Professora Doutora Marcella Lopes Guimarães.

of the Middle Ages. Our study thus clarifies partial views over the medieval and promotes the meeting between East and West throughout History.

Keywords: medieval historiography; autumn of the Middle Ages; medieval narrative.

O estudo sobre a escrita da História no medievo é parte fundamental na desmistificação de uma “idade das trevas” e contribuinte de uma Idade Média múltipla, enriquecedora e geradora de homens de saber. Torna-se importante ressaltar também que o período tardo medieval é considerado um ambiente de crise compartilhado por todo o complexo Mediterrânico, mas ao mesmo tempo, os homens da pena partilhavam o desenvolvimento do saber advindo do islamismo e do humanismo cristão. Nesse aspecto, o Mediterrâneo não foi somente o local de embates ao longo da história, mas revelador de um ambiente de relações mútuas entre cristãos e muçulmanos. Por meio dessa constatação podemos levantar a hipótese da existência de trocas de escritos historiográficos entre um mundo cristão e um dito islâmico¹.

¹ As incompreensões e opiniões negativas contemporâneas sobre o Islã nos provocam a pesquisar sobre a cultura e civilização árabe e muçulmana. O estudo do Oriente se faz necessário dentre muitas razões para esclarecer equívocos que muitos europeus e norte-americanos já declararam e postularam como verdades por tanto tempo, tal como o erro de colocar em um mesmo patamar muçulmanos e terroristas, especialmente após os ataques de onze de setembro de 2001 e a morte recente de seu responsável, Osama Bin Laden. Estamos cientes do porquê dessas construções e entendemos que o historiador deve ir além do modelo taxativo e incoerente, de caráter generalizante, passando a compreender a História de modo mais reflexivo e crítico.

Quando o historiador se propõe a estudar períodos na História marcados por grandes conflitos, sua tarefa demonstra-se complexa desde o início, a começar pela seleção das fontes. Devemos levar em consideração a existência de discursos diferentes dos lados do embate, sem que possamos deduzir a priori, seja qual for o critério utilizado, qual seria aquele que se aproximaria mais de uma verdade histórica. É nesse sentido que o trabalho do historiador ganha complexidade, exigindo um olhar constantemente crítico e rigoroso sobre os documentos em estudo e o contexto do qual eles fazem parte.

Aliás, nesse sentido lembremos que a Idade Média fomentou nossa concepção de História, herdeira dos clássicos e tempo de encontros entre o Oriente e o Ocidente. Devemos lembrar, como parte importante desse processo, o movimento de tradução de boa parte das obras gregas feitas pelos árabes, já no século IX, em Bagdá. O investimento dado ao saber em Bagdá foi iniciado pelo califa, Harun Al-Hashid (766-809) e, posteriormente, financiado pelo seu filho e futuro califa Al-Mamum (786-833), tendo como o local de encontro a denominada Casa da Sabedoria. A partir, principalmente, desse grupo de estudos a divulgação das obras clássicas foi recepcionada ao longo do medievo, e estas chegaram ao Ocidente pela principal conexão Bagdá-Córdoba/Toledo-Paris (movimento conhecido como *translatio studiorum*). Estas obras, traduzidas primeiro em sírio, depois em língua árabe e latim, fomentaram a

intelectualidade no medievo, seja para cristãos, judeus ou muçulmanos².

Propomos neste artigo caracterizar algumas das principais tendências subjacentes ao fazer histórico que o medievo tardio mediterrânico apresentou, buscando aquele que seria um “contexto intelectual” próprio do momento. Nesse sentido, nosso foco recai na produção historiográfica de vertente francesa (Jean Froissart), espanhola (Pero Lopez de Ayala) e portuguesa (Fernão Lopes), como exemplos para o medievo ocidental, e, para o ambiente muçulmano, no trabalho dos historiadores clássicos tardios como o granadino (Ibn Al-Khatib) e dos egípcios (Al-Maqrizi) e (Ibn Al-Furat).

Na orientação cada vez mais “nacionalista” da historiografia medieval ocidental, vemos no ambiente francês o surgimento das chamadas Grandes chroniques. Compostas entre os séculos XIII e XIV, narravam a história da França e de seus reis desde a origem troiana (um mito fundador) até aproximadamente o ano de 1380. Na compreensão de François Dosse, porém, ocorre nesse instante um

² A Idade Média foi um período histórico marcado por vários conflitos entre cristãos e muçulmanos. Na base da questão estava a alteridade religiosa, fator ideológico. As Cruzadas representam talvez o mais dramático embate entre esses dois grupos, e isso fica claro tanto nas Cruzadas do Oriente (do século XI até o XIII) quanto no movimento de *Reconquista* (ou domínio de fronteiras) realizado pelos cristãos na Península Ibérica (de por volta do século XI até o XV). Mas ainda que existissem períodos mais “sérios” de combate, devemos lembrar que não houve uma guerra incessante. Na maior parte do tempo houve paz, sendo que cristãos e muçulmanos relacionavam-se no cotidiano e desenvolviam atividades em conjunto. Propomos assim, um diálogo entre as culturas no medievo, ou seja, uma integração que esclareça melhor os pontos de vista.

movimento interessante: o fazer histórico deixa os scriptorium dos mosteiros para encontrar seu espaço no ambiente citadino em ascensão, mais especificamente nas cortes principescas, onde os historiadores escrevem um gênero cronístico de grande cuidado narrativo e no qual “desenvolvem certas anedotas significativas, procuram as causas e utilizam as regras retóricas para ‘historiar a matéria’, como diz o cronista Froissart”³. De fato, tendo por seu público principal uma antiga nobreza de guerra, Jean Froissart (1337-1404) foi um grande valorizador dos ideais cavaleirescos, um cronista que, numa perspectiva moralizante, transmitia ao futuro a noção de honra e tradição militar pertencente à nobreza. Relatou as guerras de 1327 (advento de Eduardo III) até a morte de Ricardo II, em 1400, nas chamadas *Chroniques de France, d’Angleterre et des pays voisins*, escritas entre os anos de 1370 e 1400. Durante esse tempo, transitando entre diferentes patrocinadores, escrevia seu texto em função de cada novo momento e interesse⁴, para tal mesclando a compilação de escritos e a informação oral disponível, esta sendo recolhida de testemunhas oculares em diferentes lugares do conflito

³ DOSSE, François. **A História**. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p.119.

⁴ Sobre Froissart, a historiadora Marie-Paule Caire-Jabinet, acrescenta que “seu relato, cheio de vivacidade, evolui de acordo com os interesses de seus protetores, a rainha Filipa, esposa de Eduardo III, e depois da morte desta em 1369, o duque Wenceslau de Luxemburgo”. In: CARIE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: Edusc, 2003, p. 45.

anglo-francês⁵. No entanto, durante essa tarefa, conforme ressaltou François Dosse, “a verdade factual freqüentemente é sacrificada em proveito da eficácia do relato, a beleza dramática e efeitos provocados no leitor”⁶. Do seu modo, Froissart torna-se um importante referencial para compreendermos o momento pelo qual passava a historiografia, bem como o responsável por escrevê-la, no século XIV medieval: a ascensão do cronista régio.

Em Castela, a tradição cronística nacional desenvolve-se na linha já estabelecida sob a orientação do monarca Afonso X. Assim, a chamada Segunda Crónica General, de 1344, e Tercera Crónica General, de 1390, demarcam a continuidade de um modelo no qual se enraíza a tradição castelhana. No ambiente aragonês visualizamos iniciativas nesse mesmo sentido, tal como a crônica, composta provavelmente sob influencia política de Pedro IV, “O cerimonioso”, que relata a história da Espanha desde suas origens míticas até, centrando no tom regional, em uma narrativa dos reis de Aragão a

⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia** : Ensaios. Bauru: EDUSC, 2005, p. 130.

⁶ DOSSE, François. **A História**. *op. cit.*, p. 120. Ainda segundo Dosse, “se Froissart pretende construir uma ‘justa e verdadeira’ história, baseada em uma ‘justa investigação’, ele sacrifica, às vezes, a verdade ao movimento geral do relato e privilegia os efeitos sobre o leitor em detrimento da veracidade do propósito. Seu quadro oferece, entretanto, atrás de um espelho um tanto deformado, um autêntico retrato da visão de mundo da classe cavaleiresca pela qual ele escreve. Nesse sentido, Froissart apresentou realmente o espírito da função educativa e prescritiva do discurso histórico que deve indicar, à nova geração, o código de honra cavaleiresco: o valor no combate, a generosidade sem limites, o fausto por ocasião dos divertimentos”. DOSSE, François. **A História**. *op. cit.*, pp. 120-121.

partir de Ramon Berengar IV (1131–62) até Alfonso IV (1327–36), pai de Pedro IV. Dentre aqueles dedicados à prática da historiografia no ambiente espanhol, merece uma atenção especial o historiador Pero Lopez de Ayala (1332 – 1407). Atuando como cronista régio e diplomata, transitando entre diferentes patrocinadores conforme a ida e vinda de novos governantes, escreveu uma série crônicas sobre os reinados de Pedro I de Castela (“o Cruel”), Enrique de Trastamara (Enrique II de Castela), Juan I de Castela e outra, inacabada, sobre Enrique III de Castela, todas reunidas sob o título *Historia dos reis de Castela*. Apresentando conhecimento sobre autores clássicos e medievais⁷, Ayala desenvolveu sua análise histórica, especialmente quando comparado a Froissart, através de um tom mais rigoroso, pois sua preocupação não residia apenas na exaltação do valor cavaleiresco, mas sim na investigação dos feitos e de suas circunstâncias. De fato, o autor compreende que a memória dos homens, por ser muito fraca, necessitava ser devidamente preservada pelos homens de saber, para que todos aqueles, ao relembrares dos grandes acontecimentos do passado, pudessem agir de boa fé no

⁷ O conhecimento de Pero López de Ayala era amplo, tal com Khaldun, e teve acesso à obras como de Tito Lívio (foi o tradutor de parte das *Décadas*), Santo Agostinho, Boécio (tradutor de *De consolatione philosophiae*), São Gregório (tradutor de *Morales*), São Isidoro (tradutor de *De summo bono*), Egidio Romano, Boccaccio (tradutor de *Caída de príncipes*) e leitor de *Estoria de España* de Afonso X, o Sábio. O poeta castelhano Pero Ferrús dedicou à Ayala uma de suas cantigas em 1380. O *canciller* foi testemunha de um tempo em que ocorreu o Cisma do Ocidente, a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), de uma época de intensa utilização dos livros clássicos e o aumento da autoridade real.

presente⁸. Ou seja, uma visão de que a história, escrita sob a égide da verdade⁹, teria muito a ensinar aos homens, cumprindo ao seu objetivo de caráter legitimador em relação ao passado e os personagens dele resgatados – uma concepção instrumental da escrita histórica.

Igualmente cronista régio, mas habitante do reino português, foi o historiador Fernão Lopes (c.1378 – 1479)¹⁰. Atuando no ambiente de corte, orientado para o trabalho investigativo sobre o passado pelo rei Dom Duarte (1433-1438), escreveu uma série de crônicas contemplando a história dos reis Dom Pedro I (1357-1367), Dom Fernando (1367-1383) e Dom João (1385- 1433), visando o fortalecimento da memória em torno do momento de ascensão da Dinastia de Avis, legitimando assim seus sucessores. Guarda-mor da Torre do Tombo no ano de 1418, conhecedor dos clássicos, teve ao seu acesso uma grande quantidade de documentos para a composição de seus escritos, pretendendo, ao deixar de lado a parcialidade que muitos praticavam, escrever nada mais que a

⁸ AYALA, Pero Lopez de. **Crônicas de Los Reyes de Castilla**: Don Pedro, Don Henrique II, Don Juan I y Don Henrique III. Tomo I. Madrid: Imprensa de Don Antonio de Sancha, 1779, p. XXIX.

⁹ AYALA, Pero Lopez de. **Crônicas de Los Reyes de Castilla**: Don Pedro, Don Henrique II, Don Juan I y Don Henrique III. Tomo I. *op. cit.*, p. XXX.

¹⁰ Para um estudo aprofundado sobre a escrita de Fernão Lopes e Ayala, ver: GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV)**: O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

verdade, afastando-se de qualquer mentira voluntária¹¹. Ressalta, porém, a possibilidade de algum erro, mas unicamente em virtude de alguma informação descuidada proveniente de velhos escritos. Também, para o autor, sua obra não possui o cuidado narrativo que muitos procuram, mas antes cabe a ele apresentar a verdade do que estilizar falsidades¹². Nesse sentido, como projeto para sua obra, ressalta a importância de ordenar e apresentar os grandes feitos, dignos de lembrança, acerca dos monarcas portugueses¹³. Como percebemos, as semelhanças entre Ayala e Fernão Lopes são muitas, principalmente no que se refere à posição de cronista ou historiador “oficial”, o qual se prestava a resgatar e escrever sobre um determinado momento do passado em vista de possíveis motivações políticas. Mesmo assim, o critério sempre proposto era o de busca pela verdade dos acontecimentos, um argumento retórico que, do ponto de vista prático, corroborava no reforço de autoridade ao escrito.

No ambiente muçulmano do século XIV encontramos os historiadores que se valeram de uma riqueza de conhecimentos advindos da cultura urbana em que estavam imersos, como bem ressalta Maya Shatzmiller, para produzir a História:

¹¹ LOPES, Fernão. **Chronica de El-Rei D. João I**. Vol. I. Lisboa: Escriptorio, 1897, p. 17.

¹² LOPES, Fernão. **Chronica de El-Rei D. João I**. Vol. I. *op. cit.*, p. 17-18.

¹³ LOPES, Fernão. **Chronica de El-Rei D. João I**. Vol. I. *op. cit.*, p. 18.

Para el historiador del siglo XIV no fue fácil dar una interpretación histórica significativa del mundo en el que vivía. En al-Andalus, estuvieron duramente presionados para interpretar la inestabilidad, las discusiones internas, la pérdida de territorio y la inseguridad. En el Marruecos meriní, tuvieron que ocuparse de los asesinatos de miembros de la familia real a manos de otros integrantes de la misma dinastía, dejando a un lado el apoyo a instituciones religiosas y los modelos cambiantes de selección de las élites. Ante el deterioro de las condiciones políticas en todo el Occidente islámico, respondieron desarrollando aspiraciones étnicas, locales y regionales, y con movimientos sociales, religiosos y culturales. El siglo XIV ayudó a crear una serie de grandes historiadores que respondían a todo esto, sin embargo fue Ibn Jaldún el que tuvo más éxito, al transformar el sentido del carácter fundamental de la historia de la sociedad humana en una ciencia con sus propias reglas. El historiador del siglo XIV estaba bien rodeado. El universo que Ibn Jaldún compartió con sus colegas ya era muy cosmopolita. Comprendía el Oriente islámico, el Norte de África y al-Andalus, incluyendo regiones que habían pasado al dominio cristiano y que habían nutrido a generaciones de intelectuales islámicos. En ese momento, el panorama político del Norte de África y de al-Andalus había llegado a estar, incluso, más íntimamente unido que antes, y ambas sociedades, unidas, habían empezado a compartir afinidades políticas y culturales que expresaron en multitud de facetas literarias¹⁴.

¹⁴ SHATZMILLER, Maya. Ibn Jaldún y los historiadores del siglo XIV. In: VIGUERA MOLINS, María Jesús (coordenação científica). **Ibn Jaldún: el**

Por exemplo, Ibn Al-Khatib (1313-1374), vizir do sultão granadino nazari Muhammad V e amigo de Ibn Khaldun (1332-1406), e que foi assassinado em 1374, ficou conhecido por sua História de Granada (uma coletânea de mais de 60 livros)¹⁵. Ibn Khatib pertencia a uma família muito rica e culta, os Al-Salmani que está presente em Al-Andaluz desde a época omaya. O pai do referido historiador granadino, Abd Allah, foi um exímio literato e médico. Essas ciências foram ensinadas à Ibn Al-Kathib, mas para além delas, a História foi muito desenvolvida por ele. Ibn Al-Kathib, que tinha uma formação malikita, ficou conhecido como um famoso historiador e poeta de seu reino. Segundo Shatzmiller: “Los historiadores y sus receptores vieron en la escritura de la historia una misión para la Humanidad, como Ibn al-Jatib, el famoso colega de Ibn Jaldún, dijo en su crónica de Granada, al-Ihata fi ajbar Garnata: ‘...el arte de la historia es un objeto de deseo para el ser humano’¹⁶.”

Mediterráneo en el siglo XIV – auge y declive de los imperios. Granada: Fundación El Legado Andalusi, p. 362, 2006

¹⁵ KHATIB, Ibn Al. **Al-Ihata fi akhbar Gharnata** (Historia de Granada). Edição de Muhammad Abd Allah Inan. Cairo: Maktabat al-Khanji, 1978. Na *época clássica da escrita da História no Islã* se aperfeiçoam as biografias, se instiga uma busca pela ordem cronológica e se rastreiam as dinastias dos poderosos. No entanto, sabemos que os historiadores islâmicos não se especializavam em um tipo apenas de gênero e sim escreviam ao mesmo tempo, e às vezes, até misturando as três categorias de narrativas referidas.

¹⁶ SHATZMILLER, Maya. Ibn Jaldún y los historiadores del siglo XIV. In: VIGUERA MOLINS, María Jesús (coordenação científica). **Ibn Jaldún: el Mediterráneo en el siglo XIV – auge y declive de los imperios.** Granada: Fundación El Legado Andalusi, p. 362, 2006

Devido à retirada de Muhammad V do sultanato de Granada em 1359, por conta da sublevação de Muhammad VI, Ibn Al-Khatib acompanhou seu sultão para Fez. A escrita de Ibn Al-Khatib era profundamente influenciado pela literatura, por isso são muitas as odes (*muachahat*) que nos deixou de herança. Além das poesias, Ibn Al-Khatib escreveu obras sobre o sufismo, jurisprudência, medicina, geografia de viagens, biografias de poderosos e acerca da História.

No entanto, a escrita da História para Ibn Al-Khatib estava marcada pelo modelo cronístico, genealógico e biográfico. O interesse de Ibn Al-Khatib em sua História de Granada era demonstrar a grandeza do governo nazari, e o adorno dessa escrita histórica era sua licença poética. Já o historiador egípcio Al-Maqrizi (1364-1442) foi inspirado pela escrita crítica da história de Ibn Khaldun. Al-Maqrizi era um historiador nascido no Cairo que ocasionalmente servia a Dinastia Mameluca do Egito e da Síria. Quando no cargo de *muhtasib* (encarregado da polícia municipal) denunciou, por conta de seu espírito crítico, as irregularidades das ações de alguns guardas da cidade do Cairo. No entanto não obteve resultado, pois percebeu que o poder mameluco é quem comandava as ações dos funcionários e não ele. Assim se afastou da vida pública e foi dar aulas em Damasco. Inspirado pelas obras de Ibn Khaldun se dedicou a escrever a História (*tarikh*) buscando a verdade.

Al-Maqrizi escreveu uma história sobre a dinastia Ayúbida e Mameluca intitulada *Kitab Al-Suluk*¹⁷, colocou sob a pena biografias

¹⁷ AL-MAQRIZI. **Kitab Al-Suluk**. Edição de Lajnat al-Ta'lif wa al Tarjamah, 1942.

e além disso, pequenos tratados criticando o comportamento da guarda municipal do Cairo e sobre a diferença entre o governo dos Omayas com dos Abássidas.

O também historiador mameluco Ibn Al-Furat (m.1405) foi escritor de uma história de sentido universal, ela é denominada *Tarikh al-Duwal wa-l Muluk*¹⁸. Nesse trabalho, Al-Furat nos apresenta um panorama sobre as dinastias Ayúbida, Mameluca e detalhes sobre a época das cruzadas. Al-Maqrizi se utilizou dessa obra de história de Al-Furat para escrever sua história sobre as dinastias reinantes no Cairo. A escrita de Al-Furat demonstra um interesse pelo significado econômico e políticos dos fatos e as leis que regulavam o grupo próximo do sultanato mameluco.

Vemos que nos autores islâmicos o interesse é local com seus governantes. Al-Khatib escrevia uma história que buscava legitimar os nazaríes, incluindo aí elementos da ode poética. Já Al-Maqrizi e Al-Furat parecem mais próximos da busca da verdade que esteve como elemento vital de sua escrita da História; o segundo, Al-Furat desejava compreender o comportamento político e econômico de seu próprio tempo. Este um momento marcado por pestes, batalhas no deserto, desagregação política da umma, mas também da existência de homens da pena reflexivos – tanto para os cristãos como para os islâmicos – que desejavam buscar a verdade e principalmente, entender sua própria época olhando o passado para construir seus presentes.

¹⁸ http://muslimheritage.com/topics/default.cfm?ArticleID=512#Ibn_Al-Furat
(Acesso em 04/08/2011).

Portanto ainda que esses historiadores cristãos e islâmicos pretendessem, utilizando-se de critérios mais ou menos rigorosos, encontrar e escrever a verdade em seus escritos, eles acabavam muitas vezes mesclando, numa mesma narrativa, elementos da realidade plausível, constatáveis, junto com aspectos da fantasia, míticos e sobrenaturais. De fato, cada época tem sua mentalidade, na qual entrevemos diferentes crenças e visões de mundo, as quais modelam a percepção e explicação do universo visível e invisível. Por isso, não podemos de forma alguma “julgar” o modo como os historiadores do medievo escreveram a história, mas sim compreendê-la dentro de sua especificidade.

Fontes

AL-MAQRIZI. **Kitab Al-Suluk**. Edição de Lajnat al-Ta’lif wa al Tarjamah, 1942.

AYALA, Pero Lopez de. **Crónicas de Los Reyes de Castilla**: Don Pedro, Don Henrique II, Don Juan I y Don Henrique III. Tomo I. Madrid: Imprensa de Don Antonio de Sancha, 1779.

KHATIB, Ibn Al. **Al-Ihata fi akhbar Gharnata** (Historia de Granada). Edição de Muhammad Abd Allah Inan. Cairo: Maktabat al-Khanji, 1978.

LOPES, Fernão. **Chronica de El-Rei D. João I**. Vol. I. Lisboa: Escriptorio, 1897.

AL-FURAT.

Fonte

em:

http://muslimheritage.com/topics/default.cfm?ArticleID=512#Ibn_Al-Furat (Acesso em 04/08/2011).

Bibliografia

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia** : Ensaios. Bauru: EDUSC, 2005.

CARIE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: Edusc, 2003.

DOSSE, François. **A História**. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”**. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

SHATZMILLER, Maya. Ibn Jaldún y los historiadores del siglo XIV. In: VIGUERA MOLINS, María Jesús (coordenação científica). **Ibn Jaldún: el Mediterráneo en el siglo XIV – auge y declive de los impérios**. Granada: Fundación El Legado Andalusi, pp. 362-365, 2006.

Olavo Bilac e a experiência da República no Brasil

*Thiago Roza Montilha**

Resumo: O presente artigo pretende analisar as impressões e representações veiculadas por Olavo Bilac acerca da República brasileira tendo como recorte cronológico os anos compreendidos entre 1897 e 1908 e a cidade do Rio de Janeiro como o espaço privilegiado em tal análise. Neste trabalho pretendemos não apenas captar as diferentes representações veiculadas pelo poeta-jornalista Olavo Bilac acerca da República brasileira, mas também analisar e determinar algumas das muitas razões que o levaram a construir a sua complexa visão sobre o nosso primeiro sistema de governo republicano.

Palavras-chave: Bilac; República; Intelectuais.

Abstract: This article aims to analyze the impressions and representations published by the chronicler Olavo Bilac at the press of his time and about the Brazilian Republic. The period focused is that is between 1897 and 1908 and the privileged space in our analyze is the city of Rio de Janeiro. Here, we want not just capturing the different representations published by Olavo Bilac about the Brazilian Republic, but also to analyze and determine some of the several reasons that led him to construct his complex view about our first government republican system.

Keywords: Bilac; Republic; Intellectuals.

* Graduando do curso de licenciatura em História pela UERJ - FFP e bolsista CNPQ do projeto "Sonhos de um Brasil letrado e saudável: os intelectuais em busca de um Povo" da professora doutora Magali Engel.

Os anos que compuseram o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram bastante movimentados e trouxeram o desencadeamento de significativas modificações sociais, econômicas, políticas e culturais para a sociedade brasileira da época, ainda que possamos perceber algumas de maneira mais destacada e outras de modo mais silencioso. Contudo, a proclamação da República em novembro de 1889, talvez seja o movimento mais abrupto deste contexto histórico que nos revela de modo inédito a instalação de um regime eletivo e laico no Brasil que trouxe no decorrer de sua consolidação, a afirmação de um novo arranjo administrativo e institucional com a chamada “política dos governadores”, o desfazimento das estreitas relações entre Estado e Igreja comuns ao Império de Pedro II, a complexificação dos canais de comunicação estabelecidos com a sociedade civil, agora teoricamente composta não por súditos, mas por cidadãos, entre outras mais.

A proclamação ocorrida em 15 de novembro de 1889, apesar de um tanto repentina, se deu em meio ao processo de crise do regime imperial, corrente desde meados do último quartel do século XIX. Tal crise nos revela o declínio do Império através do desgaste das relações que este mantinha com importantes “atores”, grupos sociais e instituições daquele contexto e fulcrais à manutenção do *status quo* imperial. Como exemplo, vale lembrar alguns movimentos que marcaram o ocaso do Segundo Reinado tal como a oposição realizada pelo emergente movimento republicano, sobretudo aquele

encabeçado pelo PRP, o desgaste com a Igreja católica, os crescentes conflitos com o Exército brasileiro devido ao descaso da Coroa para com a instituição militar ao longo da segunda metade dos Oitocentos, e a militância de oposição por parte de intelectuais brasileiros, sobretudo aqueles que integraram a famosa “geração de 1870” (ALONSO, 2002), contra a lentidão da monarquia na realização das desejadas e variadas reformas de modernização social de que o Brasil supostamente tanto necessitava por ser um país notoriamente atrasado em relação ao mundo europeu de plena estabilidade política, progresso econômico e desenvolvimento social.

Embora a causa republicana tenha sido abraçada por grupos civis e militares, a República se fez no Brasil sob a liderança dos segundos e sem qualquer apoio da população comum que assistiu alheia e desconfiadamente aos movimentos daquele golpe republicano do dia 15 de novembro. Como causa para essa não-adesão da população local, sobretudo dos setores populares, ao nascente regime republicano, José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1987) aponta a enorme popularidade alcançada pela monarquia naquele contexto pós-Abolição¹, embora também tenha ressaltado um voluntário distanciamento de tais segmentos populares, segundo o próprio, em nada afeitos à participação política

¹ Nas palavras do autor: “A euforia inicial, a sensação de que se abriam caminhos novos de participação parecem não ter atingido este setor da população. Eu diria mesmo que a Monarquia caiu quando atingia o seu auge de popularidade entre esta gente, em parte como consequência da abolição da escravidão.” (CARVALHO, 1987, p.29)

através dos canais oficiais estabelecidos pelo regime. Por outro lado, podemos também destacar os estudos de Maria Tereza Chavez de Mello (MELLO, 2007) que, embora convirjam com José Murilo a respeito da ausência de apoio popular ao golpe de 1889, num sentido divergente procuram enfatizar como bastante presente em nossa população tanto um notório sentimento de indiferença quanto ao sistema de governo que a regeria, a despeito da simpatia pela monarquia que reconhece como existente naquele contexto, quanto a percepção de que a República era uma transformação “inevitável” historicamente (MELLO, 2007, p.231), sendo tal “sensação” devida principalmente à difusão das culturas científica e democrática pelo Brasil.

De todo modo, é fundamental percebemos que tal perspectiva que trata do golpe de 15 de novembro como marcado pela ausência de apoio popular é ponto pacífico à historiografia que trata do tema, embora ainda existam divergências, por exemplo, quanto à natureza das reações da população comum perante a deposição da monarquia de Pedro II. E já quanto o processo de afirmação desta República que nasceu no Brasil, segundo Renato Lessa, sem qualquer projeto por parte dos militares que definisse a sua “rotina” institucional e administrativa, vale destacar que, tanto o próprio Lessa (LESSA, 2001) quanto José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1987), percebem acertadamente que os “moldes” que definiram o “funcionamento” daquela que se chamaria a “República Oligárquica”, apenas fizeram fortalecer o afastamento popular dos canais oficiais de participação política, afinal, para além daquelas parcelas da

população já excluídas da cidadania política pelas exigências presentes na Constituição de 1891, aquelas aptas ao voto escolheriam também em bom número não ir às urnas, ato este visto como potencialmente perigoso já que, durante a Primeira República, apenas recrudesceriam as violências praticadas por capoeiras a mando de oligarcas e coronéis, as fraudes eleitorais, a compra de votos, dentre outros abusos e excessos.

Nesse sentido, a República brasileira, ainda que tenha sido inaugurada sob os elogios dos adeptos da participação democrática, na verdade acabou se revelando como altamente excludente em termos de participação eleitoral, como bastante truculenta e insensível em sua sistemática repressão às classes populares daqui então vistas como “classes perigosas”, e como “controlada” pelas pretensões políticas descentralizadoras das oligarquias agroexportadoras que passaram, com a caída do Império, à posição de hegemonia naquela sociedade de virada de século.

É importante que seja destacado que neste artigo pretendemos abordar e analisar justamente a perspectiva de um dos mais importantes intelectuais nacionais do período da Primeira República a respeito do inédito regime republicano brasileiro e que seguramente inseria-se num extenso grupo de homens de letras que não somente se entusiasmou, mas que também militou em prol da queda da Coroa e da ascensão da República no Brasil, percebendo ambas as “frentes” como fundamentais à entrada do país na era de modernidade que se abria no mundo ocidental desde meados do século XIX. Assim, enquanto intelectual detentor de privilegiado de

posicionamento de classe em seu tempo, o multifacetado Olavo Bilac é o sujeito histórico focado em nosso trabalho que prima pela análise da perspectiva que possuía acerca da República no Brasil.

Em meio a diferentes recepções frente à inauguração do novo regime, recepções que foram do enorme entusiasmo de intelectuais como Coelho Neto, Olavo Bilac e Aníbal Falcão ao seu posterior desencantamento com os rumos que o mesmo tomou ao longo de sua consolidação enquanto sistema de governo altamente elitista e negligente perante as muitas problemáticas que tanto afetavam o país há séculos, podemos situar o poeta-jornalista Bilac como inserido nesta dinâmica histórica que inicialmente trouxe ventos de euforia à sociedade brasileira da época, sobretudo pela possibilidade de ampliação da participação política, mas que acabaram por dissipar-se com a afirmação do domínio oligárquico por todo o país, o que seguramente contribuiu bastante para a corrupção de grande parte das esferas de governo e das instituições republicanas oficiais. E nesse sentido, José Murilo de Carvalho fornece um interessante panorama a respeito da recepção/percepção de alguns grupos sociais, dentre eles parte da intelectualidade nacional, frente àquela proclamação da República que teve o seu encanto logo quebrado pelo autoritarismo de seus dois primeiros governos militares:

A expectativa inicial, despertada pela República, de maior participação, foi sendo assim sistematicamente frustrada. Desapontaram-se os intelectuais com as perseguições do governo Floriano; desapontaram-se os operários, sobretudo sua liderança socialista, com as dificuldades de se organizarem em partidos e de participarem do processo

eleitoral; os jacobinos foram eliminados. [...] Quanto ao grosso da população, quase nenhum meio lhe restava de fazer ouvir sua voz, exceto o veículo limitado da imprensa. (CARVALHO, 1987, p. 37)

Assim, é referencial que tenhamos o posicionamento e a trajetória intelectual de Olavo Bilac bem como as suas variações ao longo do tempo como inseridos neste processo histórico, repleto de avanços e retrocessos, que serviu para inúmeras reflexões por parte deste autor que desde a sua juventude se mostrou como plenamente a favor da República no Brasil, e consequentemente, como contrário ao atrasado e autoritário regime imperial, embora Bilac jamais tenha deixado de exercer as inúmeras críticas que julgou merecidas àquela República que via como ainda em processo de aperfeiçoamento.

O nosso autor possuía suas origens nos setores médios da sociedade carioca de fim de século e conseguiu ainda jovem consagrar-se como o maior representante da poesia parnasiana nacional. Contudo, a trajetória intelectual do jornalista Olavo Bilac assumiu feições mais destacadas e perante um público ainda maior quando firmaram-se as suas contribuições para os grandes jornais da época, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1890 quando substituiu Machado de Assis nas colunas dominicais da popular e consagrada² *Gazeta de Notícias* e passou a publicar suas crônicas em outros importantes periódicos daquele contexto tais

² Segundo o próprio Olavo Bilac, “a Gazeta, naquele tempo, era a consagrada por excelência. Não era eu o único que a namorava; todos os da minha geração tinham a alma inflamada nessa mesma ânsia ambiciosa.” (BILAC, 02/8/1903)

como o *Estado de São Paulo*, *A Bruxa* (seu próprio empreendimento junto de Julião Machado), a luxuosa *Kosmos*, o *Correio Republicano* (órgão oficial do PRP), entre outros mais. Por outro lado, lembramos que a trajetória jornalística de nosso autor iluminou a nossa escolha quanto ao recorte cronológico deste trabalho, afinal, tendo em vista analisar as suas impressões sobre a República brasileira enfocando a sua carreira jornalística e exclusivamente a partir de seus escritos cronísticos, julgamos que o ano de 1897, como marco inicial, é basilar à nossa análise, pois nos traz Bilac em seu momento de plena consagração cultural, assumindo o lugar de Machado de Assis nas colunas da “Gazeta”, o jornal mais importante da capital federal, e por outro lado, enquanto desfecho de nosso recorte, adotamos o ano de 1908 por nele encontrarmos o abandono de nosso autor das atividades jornalísticas de modo geral. Daí em diante, Bilac se dedicaria à militância nacionalista através de organizações civis como a Liga de Defesa Nacional e em prol da massificação da instrução popular, da expansão do saneamento pelo país, da reorganização das forças armadas nacionais e do alistamento militar obrigatório. Assim, uma rápida olhada diante da meteórica trajetória intelectual de Olavo Bilac no mundo das letras da Primeira República nos permite entrevistá-lo como precoce e culturalmente consagrado em meio ao seu campo intelectual (BOURDIEU, 1968), e tal constatação quanto à sua privilegiada posição de classe, diga-se de passagem, já bastante ratificada por vários autores que trabalharam a sua trajetória intelectual, nos permite ressaltá-la como principal fator para a enorme proximidade de nosso autor tanto em relação a nomes

referencias para os círculos letrados da época tais como João do Rio, Coelho Neto, entre outros, como perante importantes “atores” da política republicana que chegaram a lhe render alguns cargos na burocracia estatal tal como o ratifica Álvaro Simões em *A Sátira do Parnaso*:

Com a crescente popularidade, as oportunidades não deixaram de aparecer. Em 1900, acompanhou, como representante da *Gazeta de Notícias*, o presidente Campos Salles em viagem à Argentina, onde fez as vezes de orador oficial – com grande sucesso. Em 1906, foi nomeado secretário-geral da III Conferência Panamericana, realizada no Rio de Janeiro, o que demonstrava o seu prestígio perante o barão do Rio Branco. No ano seguinte tornou-se secretário do prefeito do Distrito Federal, Souza Aguiar. (JÚNIOR, 2007, p.61) 3

É neste quadro que nos revela as estreitas relações então existentes entre a consagração intelectual de Olavo Bilac e as suas conquistas profissionais, tanto no mundo intelectual como no mundo político, que devemos conceber o seu notório entusiasmo pela proclamação, o seu total apoio à República bem como a sua ótica

³ Ainda vale destacar que no curto mandato de Francisco Portela, primeiro governador do Estado do Rio de Janeiro durante a República, Olavo Bilac foi nomeado para a Secretaria do Interior junto de outros letrados como Coelho Neto e Aluísio Azevedo, que assumiram respectivamente as funções da Secretaria de Governo e de oficial da Fazenda. Em dezembro, com a saída de Portela devido à pressão dos tempos florianistas, Olavo Bilac e seus companheiros acabaram também retirados de seus cargos.

bastante crítica ante aquele jovem regime pelo qual tanto lutou e que ainda entendia como muito distante de parâmetros verdadeiramente republicanos.

Portanto, julgamos de fundamental importância analisar a perspectiva do intelectual Olavo Bilac a respeito do inédito regime republicano brasileiro e para tal pretendemos não apenas captar as diferentes representações que o autor veiculou sobre este, mas também trabalhá-las de modo a melhor compreendermos as suas possíveis motivações políticas, ideológicas e culturais bem como que determinações ou influências a sua ótica sofreu por parte do processo histórico que então lentamente consolidava não somente o jovem regime republicano, mas o ainda frágil capitalismo brasileiro.

Especificamente a respeito da historiografia que trata da trajetória intelectual de Olavo Bilac, gostaríamos de ratificar que alguns trabalhos nos são extremamente caros, sobretudo os desenvolvidos por Antônio Dimas, que reuniu em coletânea milhares das crônicas de nosso autor espalhadas pela imprensa da época, os diversos artigos de Magali Engel, que nos ajudam bastante a melhor compreender a importância das relações de sociabilidade que Bilac estabeleceu em seu tempo bem como dos espaços de militância nos quais atuou, desde a imprensa até organizações civis como a LDN, e a obra basilar de Álvaro Simões que, embora enfoque a poesia satírica de Bilac, é de fundamental importância para nós por ratificar a sua condição de intelectual orgânico gramsciano, oriundo de frações das classes dominantes daqui, bem como o seu não-alheamento de diante das principais problemáticas do Brasil da época, “rótulo” comumente

atribuído aos integrantes do movimento parnasiano. Ademais, é importante fazer justiça e lembrar que tanto Magali Engel como Antônio Dimas também convergem com o entendimento de Álvaro Simões de que Olavo Bilac foi sim um intelectual militante e bastante dedicado à reflexão e abordagem de questões que afetavam o Brasil, sendo elas de cunho social, econômico, político e cultural. Como algumas vezes o demonstrou, Bilac percebia o Brasil e sua nação como em meio a um importantíssimo processo civilizatório e como indício de tal perspectiva é válido atentarmos para a sua clara adesão, bastante evidente no decorrer das reflexões que elaborou, às noções burguesas de *civilização* e *progresso*, que à época apenas ratificavam o modelo de sociedade europeu como referencial a todos os países que ainda se encontravam em notório atraso social, sendo o próprio Brasil um típico exemplo nesse sentido para grande parte dos círculos intelectuais nacionais.

Por último, vale destacar também a centralidade assumida pelo espaço da cidade do Rio de Janeiro em nosso trabalho, pois, assim como outros muitos letrados de seu tempo, Olavo Bilac teve na cidade carioca a consagração cultural de suas carreiras de poeta e cronista bem como a consolidação das relações de sociabilidade que lhe renderam o capital social fundamental tanto à sua meteórica ascensão profissional no mundo das letras quanto à grande proximidade que conseguiu estabelecer com muitos dos profissionais da política brasileira. Em suma, era a cidade do Rio o espaço que legitimava as carreiras dos literatos brasileiros coevos aos anos daquela virada de século e, além de capital federal, era a “cidade

maravilhosa” o nosso centro político, populacional, econômico, financeiro e cultural. Desde meados do século XIX, na cidade carioca se concentravam boa parte das levas de imigrantes estrangeiros e nacionais, dos investimentos governamentais, das indústrias também estrangeiras e nacionais, o maior porto do país e as nossas principais instituições políticas, educacionais e culturais.

Em síntese, pretende-se no espaço deste artigo, analisar as impressões veiculadas pelo jornalista Olavo Bilac a respeito do sistema de governo republicano brasileiro tendo em vista perscrutar quais razões, e suas diversas naturezas, o levaram a construir a sua perspectiva caracteristicamente oscilante e ambígua a respeito daquela República que comumente chamou-se por “oligárquica”. Como já afirmamos anteriormente, o nosso recorte cronológico compõe-se dos anos compreendidos entre 1897 e 1908 e adotamos a cidade do Rio de Janeiro como espaço privilegiado de nossa análise.

Em meio às nuances históricas ressaltadas pela historiografia que analisou o golpe de Estado de 1889 e o importante processo de consolidação daquela República que seria dominada pelo poder das oligarquias, temos conosco que o cronista Olavo Bilac, tal como ele mesmo ratifica em alguns de seus escritos, presenciou ativa e entusiasticamente estes decisivos momentos que representaram inéditas mudanças de viés político para aquele Brasil que até então só havia conhecido a monarquia como sistema de governo. Assim, indubitavelmente pode-se dizer que a vivência que o poeta-jornalista Bilac teve deste contexto histórico assim como os diversos vestígios históricos que nos deixou, e nos quais revela bastante de suas

impressões sobre o mesmo, nos autorizam a um aprofundamento analítico a fim de melhor compreender o significado das representações que publicou sobre o regime republicano pelo qual militou ao longo das últimas décadas do século XIX. E para nos aprofundarmos nas impressões do cronista Olavo Bilac sobre aquela República brasileira que não somente contou com a militância bilaquiana, mas de outros intelectuais importantes como Coelho Neto, Aníbal Falcão e Silva Jardim, de início julgamos bastante interessantes duas crônicas de conteúdos um tanto semelhantes, embora publicadas em dois jornais circulantes em diferentes localidades, ou seja, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Em primeiro lugar, aquela que foi publicada no jornal paulistano. “Dia ardentíssimo”, esta foi a representação que nosso autor nos deixou em crônica publicada no jornal *Correio Paulistano*, do ano de 1907, ao escrever sobre os movimentos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro e que concretizaram o golpe republicano do dia 15 de novembro de 1889. Naquela crônica publicada no aniversário da Proclamação da República, Olavo Bilac procurava detalhar quem estava presente naqueles primeiros e intensos instantes da invasão à Intendência municipal e dos quais havia participado ativamente: “Nunca esquecerei, em cem anos que viva, os colarinhos empastados, os lenços ensopados, as faces inundadas, com que Lopes Trovão, Silva Jardim, Aníbal Falcão, Mallet e cem outros invadiram o salão nobre da Intendência”. (BILAC, 15/11/1907). Ali, o cronista ressaltava que a República só havia sido proclamada na madrugada do dia 16 e tendenciosamente indicava que fora da casa

de Deodoro da Fonseca era imensa a multidão que se colocou a ouvir Benjamin Constant dizer que seria o povo quem escolheria a nova forma de governo do país. Em seguida, lembrava Olavo Bilac que como resposta à fala do militar houve um grito, um sonoro “já escolheu!” vindo de seu amigo Aníbal Falcão.

De todo modo, o que gostaríamos de destacar nesta crônica oriunda do jornal *Correio Paulistano* é justamente a tendenciosidade da descrição feita por Olavo Bilac, que de modo dramático e glorioso destacou os principais momentos e envolvidos no golpe republicano, afinal, aquele dia quinze, supostamente intenso e caloroso, era então abordado sob um ponto de vista bastante pessoal e em ocasião de comemoração à proclamação naquele novembro de 1907. Contudo, algumas palavras mais do próprio cronista, já passados dezoito anos do acontecimento histórico do qual participou, são importantes para compreendermos um pouco mais de sua ótica entusiasmada acerca da ascensão do primeiro regime republicano da história do Brasil:

Lendo hoje o programa dessas festas, deixei-me ficar algum tempo a reconstruir, na memória, todas as horas vibrantes daquele ardente 15 de novembro de 1889. Dia ardentíssimo! fazia um calor... revolucionário! [...] E durante cinco minutos, os ‘vivas’ à República retumbaram no ar... [...] Quando saímos dali, passamos pelo Corpo de Bombeiros [...] E um oficial, cujo nome esqueci, teve à passagem da multidão, um belo gesto e um belo grito: mandou a força apresentar armas ao povo. Isto contado assim, depois de tantos anos, pode parecer frio e incolor...Mas naquele momento de excitação, foi uma coisa épica! a massa popular delirou, e seguiu a acordar toda a cidade, numa vozeria ensurdecadora...(BILAC, 15/11/1907)

Tal descrição daquela virada do dia 15 para o dia 16 de novembro certamente detém alguma verossimilhança com o ocorrido, afinal, o próprio Bilac havia presenciado os fundamentais momentos do nascimento da República, segundo ele próprio, desde a invasão à Intendência até a madrugada do dia seguinte quando acabou escutando de um velho conhecido que tal acontecimento nada mais era do que “fogo de palha”. Todavia, dois pontos, a nosso ver, devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, a ênfase dada por Olavo Bilac no que se refere à presença popular nas ruas do centro da cidade carioca, pois é nítido na crônica publicada que o autor procurou ali representar aquele momento de brusca virada política e institucional como ansiosamente aguardado por todos. Aos olhos de Olavo Bilac, o “entusiasmo” era o sentimento mais difundido na caminhada daquela “massa” dita delirante por conta do fim da monarquia.

E ainda que consideremos a relativa verossimilhança possivelmente presente no relato do jornalista Bilac, é forçoso notarmos certo exagero e demasiada coerência na descrição que fez do golpe, uma vez que as suas lembranças sutilmente indicam a chegada da República no Brasil com ampla base popular e suficiente legitimidade perante a mesma, o que, como pudemos ver, é amplamente rechaçado por diversos estudos históricos mais. Por outro lado, vale destacar que havia certa “incoerência” relativamente nítida no relato de nosso autor e que “minava” a sua descrição da população local como excitada pelo evento da proclamação, pois, ao se observar a crônica publicada no *Correio Paulistano* em sua

totalidade, constata-se que linhas antes da descrição de tom heroico sobre o golpe, já constava certa afirmação do jornalista Bilac que apontava para um histórico desapego da população carioca à data de 15 de novembro, afinal, “Pela primeira vez, será festejada, no Rio, com algum entusiasmo, a data da proclamação” (BILAC, 15/11/1907). Ou seja, temos a proclamação como historicamente desprezada e ao mesmo tempo como muito festejada, sobretudo pela mesma população local da cidade do Rio de Janeiro.

A partir destas primeiras impressões e memórias de Olavo Bilac em relação àqueles dias do golpe de novembro de 1889, é possível já percebermos uma excessiva coerência de sua parte quando se propôs a relatar o desenrolar daquele evento histórico que presenciou, sobretudo quando destaca em seu texto a suposta legitimidade que o golpe tinha aos olhos da população local que era descrita não somente em termos de afeita à República, mas como extasiada pela inauguração da mesma. Ali, Bilac sutilmente representava ao seu leitor aquele golpe republicano de sua juventude como uma “realização” ansiada por grande parte daquela “massa” presente, embora como vimos, um tanto contraditoriamente. Por outro lado, a reforçar o nosso ponto de vista, enfatizamos que tais lembranças estão dispostas na crônica de modo semelhante a um relato autobiográfico, gênero no qual muitas vezes podem ser observadas construções de sentido dadas a *posteriori* e que emprestam a momentos passados outras coerências e significados comumente ligados a interesses de períodos posteriores; assim, é justo que tenhamos conosco a possibilidade de que aquela descrição

de Olavo Bilac acerca do golpe, em tom de excitação popular e heroicidade dos envolvidos, então atendesse a interesses oriundos de seu presente de jornalista do órgão oficial do PRP, o *Correio Paulistano*, ou simplesmente a título de louvação da data que percebia como pouco festejada em nossa curta vida de República.

O segundo ponto diz respeito ao significado político dado por Olavo Bilac à inauguração da República, bastante evidente tanto na citação acima como no desfecho que elaborou e no qual descrevia o raiar do dia seguinte em meio às previsões pessimistas de um conhecido que jurava ser o golpe apenas mais uma “bernarda indigna” a ser reprimida pelas tropas imperiais. Neste relato fica um pouco mais clara a interpretação que Olavo Bilac tinha para si da chegada da República na vida política do Brasil, sendo a deposição da monarquia ainda que através de um golpe, uma positiva e importante “revolução”. Ou seja, era desejo de nosso autor e havia o entendimento por parte do mesmo de que o golpe de 1889 havia sido sim uma “revolução” fundamental à evolução política do Brasil rumo à modernidade dos moldes liberais então representados pelas potências europeias, sobretudo França e Inglaterra, assim como pelas repúblicas latino-americanas que desde as suas independências foram justamente sinônimo de instabilidade política aos olhos do Império da linhagem dos Bragança. A título de ilustração, destacamos a narrativa de Bilac sobre a noite do dia 15 para o dia 16 na qual, talvez sem maiores intenções, nos afirmava um pouco mais sobre a acepção que dava ao golpe. O autor então demonstrava que considerava a República como superação e ruptura em termos políticos e

institucionais frente àqueles tempos da morosidade típica da “rotina imperial”:

Pardal Mallet e eu separamo-nos da multidão delirante, que continuava a percorrer as ruas, e fomos almoçar, jantar e cear ao mesmo tempo. [...] Enfim, depois de muito procurar, sempre encontramos comida em uma casa de pasto da rua da Constituição. E lá descobrimos um conhecido, cujo nome não quero citar. Estava indignado! Achava a *revolução* uma ‘bernarda indigna’. E disse-nos: - ‘Felizmente, isto é fogo de palha! Amanhã, assim que o Imperador descer de Petrópolis, estes soldados insubordinados serão punidos, a canalha será corrida, e terá fim esta farsa abominável!...’ (BILAC, 15/11/1907)

Portanto, podemos depreender do trecho destacado que aos olhos do republicano Olavo Bilac seria a República fruto não de uma “bernarda indigna” liderada por um mero bando de “soldados insubordinados”. Era ela ao mesmo tempo superação e ruptura com o nosso indesejado passado colonial e imperial tão bem representado pela continuidade de reinados dos Bragança. Em suma, uma fundamental “revolução” que havia tirado o Brasil de um atrasado, escravista, decadente e letárgico sistema de governo monárquico, e que o colocou nos trilhos do progresso que caracterizava a era de modernidade que se abria no Ocidente então sob grande influência dos pensamentos científico e liberal. Por outro lado, vale destacar que esta perspectiva de Olavo Bilac que tratava a República como uma revolução, a nosso ver demonstra que o poeta-jornalista tinha para si o entendimento frisado pelo historiador Renato Lessa de que a

legitimidade do regime republicano estava em sua origem revolucionária (LESSA, 2001, p.22), ou seja, a percepção bilaciana de exaltação da República como uma reviravolta completa em nossa vida político-institucional apenas ratifica que nosso autor inseria-se por completo naquele clima que envolveu o golpe e que agitou a cidade carioca em meados de novembro de 1889. E a título de ratificação quanto à aceitação de Olavo Bilac quanto à legitimidade daquela República em sua origem revolucionária, podemos nos voltar a uma das várias descrições do autor acerca do líder da proclamação, Deodoro da Fonseca, e que o apresenta através de contornos de heroísmo e sacrifício pessoal; o “velho Deodoro” contava com enorme simpatia por parte de nosso autor que chegou a se envolver num levante a seu favor em abril do ano de 1892. Enfim, segundo o cronista,

Deodoro, muito pálido, agitava as mãos no ar, agradecendo as ovações. E nunca mais esquecerei o aspecto da figura do grande soldado, naquela noite, com o perto num arquejo que parecia querer romper a farda abotoada, a boca aberta pedindo ar, a bela face de leão demudada pelo sofrimento, e a clara barba oscilando, subindo e descendo, ao esforço do ofego... (BILAC, 8/1/1905) ⁴

4 Na edição do Correio Paulistano mencionada, o nosso jornalista chegava a representar heroicamente general Deodoro da Fonseca: “O velho soldado ansiava, ofegava, arquejava, numa crise de moléstia que o devia matar. Não podia falar: respondia às aclamações com a mão espalmada, batendo o ar. E o seu olhar brilhava lá em cima, na meia escuridão da janela, brilhava de febre, de orgulho, de

Agora, passamos ao outro registro cronístico publicado na popularíssima *Gazeta de Notícias*. No popular jornal carioca, Olavo Bilac, em 8 janeiro de 1905, embora tenha construído outra descrição daquele dia do golpe republicano, esta se mostrou bastante semelhante e alinhada à citada anteriormente, o que a nosso ver só vem a reforçar a possibilidade de verossimilhança quanto ao conteúdo veiculado na descrição do autor sobre os intensos momentos do dia 15 de novembro de 1889. Naquela *Gazeta* o jornalista novamente trazia à tona as suas lembranças, mas desta vez impulsionado por uma resolução que o presidente Rodrigues Alves à época aprovaria pela desapropriação da antiga casa do marechal Deodoro da Fonseca. Bilac então recorreria a momentos semelhantes aos já citados na crônica publicada no *Correio Paulistano* para descrever o golpe bem como a representações bastante positivas sobre o mesmo, ratificando assim que a sua interpretação acerca do movimento militar que depôs Dom Pedro II, era a de que este havia sido sim uma “revolução vitoriosa”, ocorrida em meio à “multidão [que] burburinhava: era um mar agitado, tempestuoso, ondulando a perder de vista...” (BILAC, 8/1/1905). No decorrer do texto o cronista voltava a se remeter aos acontecimentos daquele quinze de novembro como acompanhados pelas massas nas ruas do Rio e pela imprensa local, chegando à louvação de alguns nomes que participaram

entusiasmo... e de sofrimento. O nobre leão já tinha os seus dias contados: espreitava-o a Morte, naquela noite decisiva para sua vida gloriosa.” (BILAC, 15/11/1907)

ativamente daquele dia, a exemplo do muito elogiado marechal Deodoro da Fonseca então representado como um “grande soldado” que, mesmo doente, ainda se pôs a saudar os que lá fora davam vivas à República. Assim como na crônica do jornal paulistano, na publicação da *Gazeta de Notícias* Bilac novamente construiu uma representação daquelas horas do golpe como parte de uma “jornada revolucionária” que resultou numa dita “revolução vitoriosa” e que teve como líderes os ditos “chefes da revolução”. (BILAC, 8/1/1905)

Com base nas linhas que acima esboçamos, é lícito constatarmos a esta altura que as referências feitas por Olavo Bilac ao golpe republicano, além de bastante entusiásticas, elogiosas e permeada por tons de heroicidade, procuravam representá-lo principalmente como uma fundamental ruptura na vida política do país, ou mais especificamente, como uma “revolução” que havia nos livrado da letargia imperial na efetivação de reformas sociais modernizadoras e que atendeu aos anseios da multidão que, segundo o próprio cronista, com certo exagero, não permitiu nem o discurso do militar Benjamin Constant, pois então delirantemente festejava a República recém-inaugurada. Entretanto, para além desta prévia noção em relação à perspectiva de Bilac sobre a inauguração do regime republicano, ainda cabem algumas observações mais detidas e que ultrapassem a mera descrição das representações que veiculou tanto no *Correio Paulistano* como na *Gazeta de Notícias*.

Em primeiro lugar, é fundamental que tenhamos em vista o perfil de ambos os meios de comunicação nos quais Olavo Bilac veiculou a sua representação bastante positivada sobre o golpe de

1889. Queremos dizer que levar em conta os perfis dos jornais nos quais Bilac publicou as duas crônicas acima, é importante para que tenhamos em mente a possibilidade de que o conteúdo veiculado por nosso autor em maior ou menor medida possa ter sofrido interferências por exigências exteriores à sua inventividade e pensamento político, afinal, o contexto histórico da Primeira República foi atravessado por inúmeros ataques à liberdade de imprensa, contou com diversos periódicos a serviço de interesses oligárquicos e governamentais etc.

Tanto a *Gazeta de Notícias* como o *Correio Paulistano*, apresentaram uma linha editorial histórica e marcadamente republicana, algumas vezes mostrando-se comprometidos com o regime estabelecido em 1889, embora não possamos estabelecer seus quadros como homogeneamente republicanos. No caso da *Gazeta*, jornal bastante popular em seu tempo, com altas tiragens, de preço acessível e uma das primeiras folhas a preencher suas oficinas com diversos nomes do mundo literário, deve-se levar em conta que, embora tenha sido um dos primeiros jornais a adotar o perfil da neutralidade jornalística, foi durante anos chefiada pelo republicano assumido Ferreira de Araújo e chegou a contar em suas oficinas com nomes de grande notoriedade justamente pelo seu posicionamento a favor do novo regime tais como o próprio Olavo Bilac, Coelho Neto, Silva Jardim, dentre outros mais. O *Correio Paulistano* talvez expresse melhor o motivo de nossa ressalva quanto a possíveis determinações ou “mediações” exteriores à inventividade bilaquiana, pois, tal jornal, apesar de criado ainda no Império e das inúmeras

modificações que sofreu em seu posicionamento político por conta de seus diversos proprietários, após 1890 estabeleceu-se definitivamente como órgão oficial do Partido Republicano Paulista. Destacamos ainda que o *Correio* chegou a defender, tal como Bilac, a proclamação da República, a Abolição da Escravatura e a contar com nomes importantes, ligados ao PRP, tais como Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia. Contudo, julgamos importante levantar tais observações a fim de não tomarmos ingenuamente as impressões e caracterizações feitas por Olavo Bilac em ambos os jornais, afinal, embora consideremos como válida a proposição de que a produção cronística bilaquiana expressava sim o pensamento político de seu autor, em tempos como de uma República tipicamente oligárquica, de jornais e revistas altamente tendenciosos, de posicionamentos muitas vezes determinados por grupos políticos, é importante que não tomemos os escritos jornalísticos bilaquianos como límpidos e transparentes indícios daquilo que realmente pensou o autor acerca da chegada do regime republicano, sobretudo quando escreveu justamente naqueles jornais que apontavam mais claramente para o alinhamento à ordem republicana estabelecida. De qualquer forma, de maneira nenhuma pretendemos questionar o engajamento de nosso cronista em prol do sistema de governo republicano, pois sua militância e posicionamento político, alinhados à causa republicana, são consensuais a diversos estudos históricos que se detiveram sobre a sua trajetória intelectual. Apenas levantamos os perfis históricos de ambos os jornais como possíveis “agentes influenciadores” sobre o processo de produção intelectual do autor, e conseqüentemente,

sobre o conteúdo das crônicas anteriormente destacadas, por termos em mente que tais periódicos daquele período da Belle Époque eram, em maioria, tanto detentores de perfil empresarial como bastante afetados pelos grupos políticos coevos, realidade esta que a nosso ver nos autoriza a ter o conteúdo veiculado em suas páginas como possivelmente vinculado a interesses de ordem política, partidária, meramente financeira, entre outros mais.

Em segundo lugar, inevitavelmente temos de relacionar o conteúdo expresso em ambas as crônicas como em grande parte produto da militância dos tempos de juventude de nosso jornalista em prol da República e da abolição dos escravos. Levar em conta este ponto de sua trajetória é fundamental para compreendermos a ênfase e o entusiasmo contidos em seus escritos sobre aquelas intensas horas que vivenciou em meados de novembro de 1889. Ademais, alguns outros relatos contextualizam e embasam um pouco mais essa perspectiva de que era intenso o apreço do jornalista pela República em nome da qual tanto lutou e vale destacar certa crônica que se revela bastante ilustrativa nesse sentido, pois nos traz a revolta de Olavo Bilac diante da recusa de seu diploma de eleitor por parte da junta de alistamento eleitoral da cidade do Rio de Janeiro. Naquela ocasião, o cronista, embora em meio a um professado asco pelas corrompidas instituições republicanas, ainda encontrava espaço para afirmar a si mesmo como “Ferozmente, horrendamente republicano” (BILAC, 31/3/1907). Desta forma, julgamos lícito apontarmos para a juventude militante de nosso autor como um importante fator na composição de sua escrita em tom ao mesmo tempo nostálgico e

efusivo sobre o golpe de Estado que derrubou a monarquia brasileira, afinal, como o próprio Bilac afirmou, as campanhas abolicionista e republicana eram, a seu ver, interdependentes e “que outra causa, tão bela e tão nobre, ainda pode tentar as almas jovens?” (BILAC, 15/5/1908)

Em terceiro lugar, tais observações entusiásticas por parte do cronista Bilac em relação à República, podem ser consideradas como reflexo de sua posição de classe privilegiada, pois, como a maioria de seus pares intelectuais, nosso autor aderiu ao novo regime e ao longo do mesmo pôde manter, embora não sem alguns avanços e retrocessos, a exemplo de seu desencanto com a República quando do autoritário mandato de Floriano Peixoto, notório prestígio, influência e proximidade em relação à ordem estabelecida e seus profissionais; por outro lado, o posto privilegiado e consagrado de Olavo Bilac no campo intelectual de seu tempo, torna suas impressões positivas sobre a República ainda mais inteligíveis já que as instâncias de consagração cultural naquele jovem regime mostravam-se ainda intimamente ligadas a diversos agentes do campo do poder e do campo político. A título de exemplo, lembramos o próprio *Correio Paulistano*, como jornal ligado ao principal partido da Primeira República, o PRP, e a Academia Brasileira de Letras, da qual Bilac foi um dos fundadores e na qual, segundo Maurício Silva, “o autor acadêmico era considerado um elemento indispensável ao regime político e ao governo estabelecido, em oposição a outros atores do cenário artístico sem expressão reconhecida”. (SILVA, 2007, p.72) Ou seja, considerando o campo

intelectual da Primeira República como pouco autônomo em relação a influências exteriores, sobretudo do campo do poder, pois ainda em vias de constituição, é fundamental percebermos que as instituições e os agentes que compõem o primeiro inevitavelmente sofrem os efeitos de sua heteronomia (BOURDIEU, 2004, p.22), daí advindo a possibilidade de compreendê-los como ainda em íntima relação com a esfera da política, com a consolidação das estruturas de dominação inerentes ao novo regime e com seus projetos de legitimação simbólica e político-institucional. Para maior contraste, basta nos voltarmos à escrita de Lima Barreto, coeva à de Olavo Bilac, embora de total oposição à República. Assim, em relação ao cronista e romancista Lima Barreto, devemos percebê-lo justamente como relativamente marginalizado em seu campo intelectual por ter se mostrado inclinado aos ideais anarquistas e socialistas bem como contrário ao status quo republicano, embora outros fatores possam ser ressaltados para um entendimento mais completo de sua posição desfavorecida em relação aos consagrados círculos intelectuais da época tais como a sua condição de classe desfavorecida e o estigma da negritude em tempos de forte preconceito racial. Contudo, é significativa a relação entre a rejeição do nome de Lima Barreto à cadeira na Academia Brasileira de Letras, a sua difícil inserção e consagração no campo intelectual da época e a conjunção dos fatores que anteriormente citamos, sobretudo a sua militância literária contra a República brasileira.

Também se pode perceber nas entrelinhas das crônicas selecionadas certa interpretação por parte de Olavo Bilac que não

somente enxergava como legítimo aquele golpe militar que havia deposto a monarquia de Pedro II, mas que também visava a difundir por seu público leitor a legitimidade de que tanto necessitava a nascente e historicamente “necessária” República brasileira, esta certamente ainda bastante carente da adesão das descrentes e exploradas classes populares. Nesse sentido, lembramos que a historiografia relativa ao período ratifica justamente esta perspectiva de grande afastamento da população comum em relação à ordem republicana constituída, pois, apesar da propagação que esta última efetivou em seus discursos das ideias de cidadania, democracia, progresso e ordem, ainda era evidente a enorme distância que havia para a concretização das mesmas, afinal, inúmeras mazelas ainda afetavam a nossa realidade social sendo exemplares os altos números do analfabetismo, as diversas epidemias mortais, a constante carestia dos gêneros alimentícios, uma abismal desigualdade socioeconômica, práticas políticas das mais truculentas e abomináveis como as fraudes eleitorais e o chamado voto de cabresto, bem como o grande desinteresse e afastamento dos segmentos populares da participação política através do voto.

Para termos uma melhor noção do alcance da legitimidade que Bilac provavelmente pretendia difundir a fim de contribuir para a consolidação do novo regime, podem ser levadas em conta algumas observações de Pierre Bourdieu⁵ acerca do conceito de campo

⁵ Segundo o sociólogo francês, “Conclui-se que as relações que cada intelectual pode manter com cada um dos outros membros da sociedade intelectual ou com o público e, a fortiori, com toda a realidade social exterior ao campo intelectual

intelectual e que nos permitem perceber que, sendo Olavo Bilac detentor privilegiada posição de classe e de significativo capital simbólico, este resultante da consagração imposta pelas instituições culturalmente legitimadoras de seu tempo tais como a já citada Academia Brasileira de Letras e a importantíssima *Gazeta de Notícias*, seguramente era expressiva a sua capacidade de contribuição para a legitimação simbólica do inédito e jovem regime. Aos olhos de nosso autor, a República havia sido um tremendo avanço de nosso país em termos de sistema de governo e afigurava-se como o regime político tipicamente moderno tal como a democracia norte-americana e as repúblicas latino-americanas nossas vizinhas. Portanto, a nosso ver é extremamente válido perceber as impressões bastante positivas e elogiosas de Olavo Bilac a respeito da República e de seu golpe inaugural não somente como indicadores de que realmente as enxergava como parte de um processo histórico fundamental ao país, pois politicamente modernizante, mas também como indícios de que seu engajamento visava à difusão de uma representação da República como um sistema de governo legítimo e altamente necessário àquele atrasado Brasil que conviveu por décadas

(como sua classe social de origem ou de fato, ou poderes econômicos enquanto vendedores ou compradores) são mediatizadas pela estrutura do campo intelectual ou, mais exatamente, por sua posição em relação às autoridades propriamente culturais cujos poderes organizam o campo intelectual”. (BOURDIEU, 1968, p.132).

com uma monarquia morosa e surda aos inúmeros apelos por reformas modernizadoras de cunho social, econômico e político.

Um último ponto que gostaríamos de abordar e que diz respeito à referida interpretação bastante positivada por parte de Olavo Bilac acerca da República brasileira, está relacionado à possibilidade de interpretarmos tal perspectiva bilaquiana como resultado das influências ideológicas e filosóficas sofridas por nosso autor, sobretudo pelas emergentes culturas democrática e científica de final dos Oitocentos, afinal, enquanto parte dos principais círculos intelectuais da Primeira República, seguramente Olavo Bilac manteve estreito contato com tais ideias então patentes nos posicionamentos que adotou em prol da República no Brasil, a favor das liberdades básicas, civis e políticas, inerentes a este regime, e de oposição ao Império de Pedro II que rotulou inúmeras vezes como obsoleto, caduco e atrasado frente às muitas “virtudes” intrínsecas ao regime republicano. Assim, a influência que Olavo Bilac sofreu pela grande circulação destas filosofias também é importante de ser levada em conta para melhor compreendermos a sua ótica bastante positiva sobre a República brasileira, afinal, tais correntes de pensamento, certamente bem conhecidas por nosso jornalista, também tratavam, sobretudo a filosofia positivista, da superioridade e da inevitabilidade histórica do regime republicano frente ao monárquico, entre outras temáticas mais. Segundo Maria Tereza Chaves de Mello, autores basilares às correntes de viés democrático e científico bem como caros à intelectualidade nacional daquele contexto histórico, entendiam a história dos homens no mundo como um processo

histórico de sentido literalmente evolutivo, valendo destacar a centralidade que a ideia de progresso possuía para tais pensadores europeus e brasileiros neles inspirados:

Tanto Comte quanto Spencer entendiam o desenrolar da história humana como uma sucessão escalonada de superações, pelas quais a religião e a monarquia eram valores de um passado caduco. Todas as sociedades caminhavam inexoravelmente para o advento de um mundo guiado pela ciência e pela democracia. Nessa cultura científica e democrática o regime republicano era uma necessária culminância política. (MELLO, 2008, p.19)

Assim, é justo indicarmos o relato e o próprio pensamento de Olavo Bilac sobre a República, o seu golpe inaugural, e a sua importância enquanto regime moderno e comprometido com o futuro do país, como formado ideológica e politicamente naquele contexto histórico marcado pela transição das disposições mentais consolidadas pela monarquia, pelo declínio do sistema simbólico que mantinha de pé e legitimava o Império de Pedro II e pela plena ascensão das emergentes filosofias democrática e científica logo acima mencionadas. Um exemplo bastante ilustrativo acerca deste processo transitório então dado no campo das ideias e mentalidades é a paulatina expansão do campo semântico referente ao termo “república”, ocorrida de modo concomitante e intrínseca ao lento declínio do regime imperial conforme ressaltou a historiadora Maria Tereza Chaves de Mello. Uma outra faceta desta transição no âmbito das disposições mentais estava na enorme difusão então conquistada

pelos ideais republicanos também destacada pela autora que lembra os espaços da imprensa, da literatura e dos partidos como fundamentais a tal processo que ainda incluía tanto a construção de uma visão sobre a República como moderna, pois apoiada nas emergentes ideias científicas e democráticas, como a desconstrução da legitimidade simbólica intrínseca à monarquia de Pedro II através de representações bastante pejorativas e em geral opostas àquelas referentes à República. Enfim, segundo a autora, os pares antônimos eram a tônica nos inúmeros discursos veiculados à época e portanto,

à monarquia vão se colando termos tais como: tirania, soberania de um, chefe hereditário, sagrado e inimputável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização, teologia. Em contraposição, à república são associadas as ideias de liberdade, soberania popular, chefe eleito e responsável, talento ou mérito, cidadania, energia, progresso, federalismo, ciência. Enfim, de um lado, o passado; de outro, o futuro. Frente ao despotismo, a ‘democracia pura’. (MELLO, 2008, p.16)

Levando em conta uma das propostas da autora quanto a esta crescente disposição mental da população brasileira para a inédita República, decorrente da incorporação desta cultura marcadamente cientificista e republicano-democrática em ascensão bem como do declínio do sistema simbólico que sustentava o regime imperial, julgamos lícito situar a representação extremamente positivada de Olavo Bilac como inserida, e ao mesmo tempo, reflexo deste contexto que não apenas lhe influenciou ideológica e politicamente, mas que o teve como importante agente histórico, afinal, como já ressaltamos, é

bastante conhecida a sua militância dos anos de juventude em prol tanto da causa abolicionista como da republicana. Daí, ao percebemos que a República no último quartel do século XIX passou a ter como associada a si própria ideias como as de “progresso”, “futuro”, “liberdade” e “soberania popular”, podemos melhor compreender o aspecto simbólico da representação que Bilac transmitiu aos seus leitores da *Gazeta* e do *Correio* sobre a chegada do novo regime como intimamente acompanhado pela população comum assim como quanto à soberania popular que a proclamação final e supostamente havia conquistado, por meio daquela dita “revolução”, então liderada pelo nobre “leão” Deodoro da Fonseca.

Em caráter complementar à esta percepção que ressalta a interpretação de Olavo Bilac sobre a República como acompanhada de perto pela população comum e como uma importante revolução de âmbito político-institucional, destacamos que tais impressões e caracterizações, aliadas a outros escritos cronísticos de sua autoria, nos permitem ir um pouco mais além e afirmar que o novo regime para nosso autor também seria resultado das lutas políticas e sociais de que participou já no final do século XIX, contexto histórico no qual, segundo Maria Tereza Chaves de Mello, era difundido anseio por reformas sociais, políticas e econômicas por parte do regime monárquico⁶. Para ratificar tal proposição, voltamos a algumas linhas já citadas do cronista Bilac que ao escrever sobre a abolição dos

⁶ Segundo Maria Tereza Chaves de Mello: “A palavra de ordem era então, reforma. Reformas para acelerar o advento do télos – de qualquer maneira inevitável, segundo entendiam - progresso-civilização.” (MELLO, 2007, p.10)

escravos e sua militância em prol desta causa, dizia ser a República a consequência natural desta mesma militância abolicionista dos anos 1880, pois, “Feita a abolição, e feita a República, que era a sua consequência lógica e fatal, - que outra causa, tão bela e tão nobre, ainda pode tentar as almas jovens.” (BILAC, 15/5/1908). Ou seja, muito provavelmente era a República historicamente inevitável⁷ aos olhos do jornalista e intelectual Olavo Bilac, pois parcela integrante e fundamental de uma ampla gama de transformações de diversos matizes que viriam a cumprir a urgente tarefa da modernização de

⁷ Em artigo, Maria Tereza Chavez de Mello interpreta que no contexto de crise do regime imperial, o ressurgimento do movimento republicano e a ampla circulação das filosofias científica e democrática em nossa sociedade, sobretudo em seus círculos letrados, contribuíram bastante para que a República fosse vista como uma “inevitabilidade histórica”. Logo, a nosso ver, é de fundamental relevância ter em mente que o nosso poeta-jornalista, ativamente participou deste contexto histórico e em muito foi influenciado por tais ideias e culturas em emergência. De todo modo, nas palavras da autora: “Entre as discussões dos tempos inaugurais do Estado brasileiro e o momento da autonomia do termo república, vieram à cena, entre outros fatos, o *Manifesto Republicano*, partidos republicanos, jornais republicanos e, o que é de especial relevância, ampliou-se uma nova cultura pela sociedade brasileira letrada, uma cultura democrática e científica, na qual o regime republicano estava inscrito como uma inevitabilidade histórica. [...] Assim é que, para a aquela geração ilustrada, o regime republicano passou a ser percebido como uma fatalidade histórica. Essa cultura democrática e científica penetrou profundamente na sociedade brasileira do final do Império. Ela renovou o vocabulário e a semântica. Sob suas premissas passaram a se pensar as ‘questões’ nacionais. O mais importante, é que ela configurou um novo sistema simbólico que colocou em cheque os modelos montados pelos construtores do império, trazendo para a arena pública a percepção da crise de direção que vivia o regime.” (MELLO, 2011, p.124)

nossa sociedade e finalmente a da inserção da nação brasileira nos trilhos do *progresso* e da *civilização*, ambos, a seu ver, unicamente viáveis debaixo de um sistema de governo republicano e alinhado à modernidade capitalista ocidental.

No entanto, ainda que a República tivesse atrelada a si própria conceitos e ideias que a representavam de modo claro como o sistema de governo que finalmente inseriria o Brasil nos trilhos do progresso e da civilização ocidental, tal realidade não conseguiu isolar o inédito regime de análises mais realistas e críticas por parte de nosso autor e muitos outros intelectuais seus contemporâneos, embora não devamos abrir mão da compreensão de que boa parte de sua argumentação tinha como fundamental a superioridade do regime republicano em relação ao imperial por alguns motivos que já abordamos. Perceber esta oscilação na análise bilaquiana é fundamental tendo em vista que reconhecemos que o foco de nosso trabalho é justamente a perspectiva de um indivíduo, que como qualquer outro, é dotado de sua subjetividade, o que por sua vez, torna imperativo levar em conta a possibilidade bastante concreta de ter em sua escrita determinadas contradições, ambiguidades, tensões e incertezas. Por outro lado, é forçoso que tenhamos em mente que a República, e seu “molde” político-institucional, era uma das temáticas fundamentais que atravessava o universo intelectual daquele período; nesse sentido, seguindo a lógica do campo intelectual bourdieusiano, o “culturalmente consagrado” Olavo Bilac não poderia ter deixado de tratar, em seus dias de plena atividade intelectual, do bom ou mau “funcionamento” daquela República que

tanto apreciava, afinal, segundo o próprio sociólogo francês, “O que faz com que um pensador pertença a sua época, o que com que seja situado e datado são antes de mais nada as problemáticas e as temáticas obrigatórias nas quais e pelas quais pensa.” (BOURDIEU, 1968, p.141) Ou seja, abordar a “República” era basilar ao debate com outros agentes do campo intelectual e ao próprio pertencimento de Olavo Bilac em relação aos círculos intelectuais da época, embora possamos listar outras “temáticas obrigatórias” aos membros do dito “campo” tais como a problemática do saneamento da capital Rio de Janeiro, a difusão da instrução primária pelo país, dentre outras mais. Um significativo indício do olhar mais realista, ou mais crítico, por parte de Olavo Bilac pode ser encontrado justamente na mesma crônica da *Gazeta de Notícias* que analisamos logo acima para refletir sobre o seu posicionamento acerca da República. O desfecho da crônica também se revela fundamental, pois, ao mesmo tempo em que traz à tona a perspectiva ressaltada por Maria Tereza Chaves de Mello quanto à República como vinculada a ideias de “futuro” e “progresso”, neste caso, então subjacentes à declaração do autor de valorização da instrução primária pelo país e suas benesses, também nos evidencia algumas das mais importantes “falhas” daquele novo regime aos olhos de nosso cronista que na década de 10 intensificaria ainda mais a sua luta pela causa da alfabetização. De qualquer forma, naquela *Gazeta* Bilac ainda afirmava em tom bastante crítico:

Não sei se o regime republicano pode florescer e frutificar bem, num país que conta no seu seio mais de dez milhões de analfabetos... O melhor meio de honrar o regime e honrar

quem o fundou, é associar a memória do fundador à obra santa da instrução primária. Cada criança, das que daquela casa continuarem a sair sabendo ler e escrever, será mais uma criatura livre, capaz de defender, transformar esta República, - que, desgraçadamente, ainda parece pensar que pode merecer o nome de homem um animal incapaz de decifrar os caracteres do alfabeto.... (BILAC, 8/1/1905)

A constatação efetivada em crônica é aguçada se lembrarmos que a própria República tinha adotado em sua Constituição de 1891, como um dos critérios para a participação política, a condição do letramento; nesse sentido, é lícito percebemos que a argumentação construída por Olavo Bilac nas linhas acima girava em torno justamente da premência da massificação da instrução primária no Brasil e trazia nas suas entrelinhas o seu desejo de aumento da participação popular naquele regime democrático⁸ no qual os processos eleitorais eram maciçamente despovoados pelos mais

⁸ No contexto da Revolta da Vacina, Olavo Bilac chegou a escrever em tom de sarcasmo e crítica a respeito da insegurança nas eleições então ocorridas, embora também tenha ali deixado certo lamento no ar e que tinha como motivação principal a ínfima participação popular nos pleitos há poucos dias realizados: “O dia das eleições não aumentou o número de mortos que daí a quarenta e oito horas tinham de ser visitados. Nem um só cidadão faleceu, no seu posto de eleitor, à beira da urna, vitimado pelo seu fervor cívico. Houve apenas um conflito, apenas um tiro de revólver, apenas um ferimento leve. O candidato mais votado não logrou obter seiscentos votos; pelas notícias da apuração parece averiguado que somente seis mil cidadãos – se tanto! – foram meter cédulas dentro das urnas: os outros cidadãos, que vivem, trabalham ou vadiam, gozam ou penam, aborrecem-se ou divertem-se nesta cidade, não acharam que um curto passeio às seções eleitorais fosse um bom emprego para as primeiras horas da manhã de domingo.” (BILAC, 6/11/1904)

diversos motivos. Nesse sentido, vislumbrando a expansão da instrução para o consequente aumento da participação popular através dos canais oficiais da cidadania política republicana, as eleições, Olavo Bilac de certa maneira se encontrava na contramão das pretensões e concepções de grande parte dos profissionais da política da Primeira República que desde o seu advento, segundo José Murilo de Carvalho, já almejavam o alijamento das classes populares do voto através de exigências tais como o citado letramento:

O espírito das mudanças eleitorais republicanas era o mesmo de 1881, quando foi introduzida a eleição direta. Até esta última data, o processo indireto permitia razoável nível de participação no processo eleitoral, em torno de 10% da população total. A eleição direta reduziu este número para menos de 1%. Com a República houve aumento pouco significativo para 2% da população (eleição presidencial de 1894). Percebera-se que, no caso brasileiro, a exigência da alfabetização, introduzida em 1881, era barreira suficiente para impedir a expansão do eleitorado. [...] O liberal Rui Barbosa, um dos redatores do projeto de Constituição de 1891, fora um dos principais propugnadores da reforma de 1881. (CARVALHO, 1987, p.43-44)

Portanto, a perspectiva de que era cara a Olavo Bilac a maciça e efetiva participação política da população comum, pois que a concebia como um dos pilares de sustentação do novo regime democrático brasileiro, traz à tona também um dos grandes dilemas do autor que concentrou muitos de seus esforços justamente na reflexão acerca da possibilidade de criação de maiores vínculos (ou

de eliminar o “abismo” que existia) entre a República e aquela população brasileira, já que o letramento, exigido pelas próprias leis republicanas e concebido como fundamental pelo cronista para um consciente exercício de cidadania, era talvez um dos serviços que mais faltava às classes populares daqui já bastante e voluntariamente afastadas dos canais oficiais de participação política da época. E complementando este raciocínio, segundo a crônica, era fundamental para Olavo Bilac também o florescimento da República, e o consequente progresso do Brasil, estando no seu ponto de vista ambos ainda bastante condicionados ao cumprimento da urgente tarefa da difusão da instrução primária pelo país, que uma vez realizada, eliminaria o nosso analfabetismo quase que generalizado gerando “criatura[s] livre[s], capaz[es] de defender, transformar esta República”⁹ e apagando daquele presente, que se pretendia a

⁹ Outras crônicas de Olavo Bilac complementam essa perspectiva que esboçamos e expressam justamente o seu pensamento extremamente crítico acerca do que seria um indivíduo analfabeto no mundo contemporâneo. Fiel defensor das liberdades republicanas, o nosso jornalista também concebia o letramento como condição básica para o pleno e consciente exercício da cidadania em seus diversos matizes e indicava claramente que seriam estes cidadãos letrados (“esclarecidos”), os mais aptos a transformar aquela República ainda bastante jovem, porém em crescimento. Nesse sentido, em crônica da *Gazeta de Notícias*, na qual Bilac abordava o medo da população carioca em relação ao recenseamento civil proposto pela Prefeitura, supondo-o útil ao alistamento militar, naquele ano de 1906 era afirmado pelo autor que este “povo” não compreendia a fundamental importância do recenseamento para a administração municipal justamente por ser iletrado: “O povo, porém, não compreende isso. Se lhe não demonstrarem cabalmente que o recenseamento civil, organizado pela prefeitura, nada tem de comum com o alistamento militar, organizado pelo Ministério da Guerra, ele, apavorado pelo fantasma

caminho do moderno sob a égide de uma democracia, os indesejáveis resquícios de nosso passado colonial e escravista. Por outro lado, é notório o fato de que nosso autor ao mesmo tempo em que explicitava a expansão da instrução como fundamental solução para a legitimação, consolidação e aperfeiçoamento da República brasileira, também criticava e apontava o próprio regime vigente como imperfeito e detentor de “tortas” concepções acerca do que realmente seria um sistema de governo republicano-democrático. Revelando-se claramente como desleixado perante a causa da educação popular, e consequentemente com a fundamental “emancipação” da população brasileira, a nossa República ingênua e “desgraçadamente, ainda parece pensar que pode merecer o nome de homem um animal incapaz de decifrar os caracteres do alfabeto...”. (BILAC, 8/1/1905)

A título de ilustração quanto à dimensão e enorme importância dada por nosso autor à massificação da instrução no Brasil, lembramos outra ocasião em que novamente Bilac abordou a problemática da educação, porém mais detalhadamente e em edição do *Correio Paulistano* de 1908; naquela ocasião Bilac enfocava o “urgente” povoamento do Brasil e que meios o possibilitariam, sendo claro para o autor que “Destes dois problemas sérios e máximos – higiene e instrução – está dependendo todo o futuro do Brasil. O

da Farda, há de mais uma vez furtar-se ao cumprimento de um dever social, que tão facilmente e com tão grande utilidade para todos pode ser cumprido. Como, porém, fazer esta demonstração àqueles que, por culpa e desídia do Estado, continuam aviltados pelo analfabetismo, moralmente cegos, tristemente mantidos na ignorância, privados da compreensão dos seus direitos e dos seus deveres?” (BILAC, 17/6/1906)

povoamento será impossível enquanto não alcançarmos, nestes dois serviços de saneamento e educação, um progresso real que nos honre e glorifique.” (BILAC, 12/4/1908) Ou seja, subjacente ao apelo bilaquiano em nome da expansão do saneamento e da massificação da instrução popular estava a sua interpretação de que a concretização de ambas possibilitaria ao povo brasileiro, visto como ainda muito afetado por tais problemas, não somente o seu estabelecimento por todo o território nacional, mas também a sua libertação das moléstias e da ignorância que secularmente lhe afetavam. Assim, os benefícios da efetivação de tais reformas e projetos se dariam não somente em termos de progresso material (por exemplo, na ocupação das áreas supostamente desocupadas de nosso território e das taxas de crescimento demográfico e de expectativa de vida), mas também moral, intelectual e simbólico, já que, como vimos, aos olhos do poeta, principalmente quanto ao analfabetismo, a sua não-resolução definitiva se revelava como altamente nociva à nossa população, pois mantinha esta mesma sob uma condição de inferioridade quase animalesca (BILAC, 8/1/1905), comprometendo assim a sua idealização de uma dia vê-la como plena e finalmente composta por verdadeiros, ativos e patrióticos cidadãos.

De todo modo, é interessante percebermos a oscilação, ou mesmo ambiguidade, presente na perspectiva do cronista Olavo Bilac que ora inclinou-se à interpretação de que a República havia sido um significativo avanço do país em termos político-institucionais ao depor o atrasado e autoritário Império de Pedro II, ora ao entendimento de que aquele mesmo “moderno” regime republicano-

democrático ainda não representava em termos concretos o que tão ardorosamente desejava para o país naquela virada de século, ou seja, a sua entrada na era de modernidade que se abria, e que certamente não incluía um regime democrático instável politicamente, sem base popular, “sustentado” por constantes fraudes eleitorais, pela ignorância de milhões de analfabetos ou por outros milhares de omissos durante as muitas e despovoadas eleições republicanas. A difícil realidade social, e inevitavelmente política, da República brasileira, como vimos, era claramente enxergada e entendida por nosso poeta-jornalista que chegou a tocar no delicado tema do poder das oligarquias estaduais, dizendo-as impossíveis de serem “arrancadas” do solo brasileiro¹⁰ e uma das principais causas de nossa fama de “instável democracia” já naquela virada de século. Em certa ocasião, relacionando-se ao programa das festas pan-americanas do ano de 1906, Bilac escreveu ironicamente:

Parece, porém, que alguma coisa faltava no programa... Parece que não bastaria mostrar aos hóspedes, que nos honram com sua visita, a nossa natureza, a nossa eloquência[...]: era preciso mostrar-lhes uma coisa bem nossa, - uma de nossas revoluções.[...] Seria difícil, para completar o programa, organizar uma revoluçãozinha no Rio; e, como a de Mato Grosso já acabou, - os amigos das bernardas

¹⁰ Em dado contexto de oposição de grande parte da imprensa ao poder oligárquico, Bilac afirmou: “E, ademais, toda esta oposição é platônica e inútil. Quem é capaz de desenraizar do Ceará, do Amazonas e das Alagoas os Accioly, os Nery e os Malta? Nem um terremoto, nem um cataclismo, nem o Diabo! E, mal que não tem remédio, remediado está.” (BILAC, 31/5/1908)

andavam tristes e cabisbaixos, cochichando uns aos outros: ‘Vai ser uma vergonha! vai ser um escândalo! pois, havemos de consentir que todos estes estrangeiros amigos saiam daqui sem ver uma bernarda?’ Felizmente, para eles, Sergipe salvou a situação.[...] Precisamos de uma Revolução, para mostrar aos nosso hóspedes o que é esse admirável hábito de nossa Democracia. (BILAC, 12/8/1906)

Contudo, era certo o incômodo de nosso autor com tais “imperfeições” de nossa República que, devido à variedade e extensão de suas mazelas, ainda não havia nos “cativado”; tal “desapego” pelo que levantamos até aqui pode ser atribuído a múltiplas causas e o incômodo de nosso autor em relação a ele chegou a se mostrar mais explicitamente, sobretudo em ocasiões de forte apelo simbólico tal como quando das comemorações do sete de setembro de 1907. Naquele contexto, vinham à tona os explícitos entusiasmo e admiração de Olavo Bilac pelas comemorações de 14 de julho na França então comparadas aos insossos festejos brasileiros para a data de nossa independência política. Em edição da *Gazeta de Notícias*, ficava bastante evidente a importância que Olavo Bilac dava a expressões patrióticas e adesistas por parte das classes populares à sua pátria bem como o seu lamento por ver aqui justamente o oposto do que constatava naquela França do início do século XX; por outro lado, é importante termos em mente que subjacente à sua comparação que expressava o seu lamento em não ver aqui grandes manifestações de patriotismo, estava fundamentalmente o seu desejo de contar com o apoio popular à ordem republicana aqui constituída e ainda bastante carente deste imprescindível “suporte”:

Sete de Setembro... A bandeira nacional ondula na fachada de cada edifício público. À noite haverá iluminações, e o presidente e os ministros ouvirão no Lírico, o Baile de Máscaras. E mais nada... Nem uma só festa pública, nem uma só demonstração de regozijo popular. O povo sabe que se comemora... ou que deveria comemorar hoje o aniversário da independência do Brasil, - mas fica tão indiferente e tão frio como se se tratasse da independência de qualquer longínqua e insignificante republiqueta. [...] Verificando hoje a nossa frieza, o Sr. Paul Doumer há de lembrar-se com desvanecimento do que são as festas de 14 de julho em Paris: metade da população madrugando em Longchamps para assistir à parada, e as ruas cheias de alegre multidão durante todo o dia [...], e à noite, a imensa metrópole justificando o seu apelido de Ville-Lumière, ardendo e fulgurando [...] na alegria franca dos bailes populares[...] (BILAC, 8/9/1907)

E voltando às primeiras linhas daquela *Gazeta* de 8 de janeiro de 1905, que descreviam os momentos do golpe de 15 de novembro bem como a aprovação de Olavo Bilac de que se mantivesse a escola que até então funcionava na antiga casa de Deodoro da Fonseca, a partir delas interpretamos que ali estavam muito bem conjugados os caminhos entre os quais oscilou a perspectiva de Olavo Bilac em relação ao regime republicano pelo qual havia militado e que havia testemunhado e experimentado desde o seu nascimento em novembro de 1889. Ali, o seu olhar “misturava” de modo bastante interessante a sua análise crítica de que o regime ainda estava longe dos moldes que idealizara, pois ainda era detentor de inúmeros defeitos a serem “removidos” tal como o seu descaso ante o nosso

maciço analfabetismo, com as suas impressões bastante autorais, de tom progressista, dramático e laudatório, que ratificavam aquele presente republicano, apesar de sua imperfeição, como parte de um processo extremamente positivo de “edificação” material e moral e que não deveria ser de forma alguma abandonado nem por nossas classes dirigentes e muito menos pelos segmentos sociais populares. Nesse sentido, provavelmente expressando em parte o que Maria Tereza Chavez de Mello afirmou quanto à aproximação do termo “república” em relação a outros, como “futuro” e “progresso”, Olavo Bilac, referindo-se a certo processo de edificação, nos sinalizou de modo sintético que a despeito dos problemas vividos pelos brasileiros, a República estava “em construção” e crescente aperfeiçoamento, tanto para os seus partidários como para os “inquilinos que não concorreram com um só tijolo”. Era de fundamental importância a persistência nesta “construção” que, embora tivesse perspectiva de maiores resultados apenas num futuro vindouro, já evidenciava naquele início de século uma realidade de suficiente prosperidade para que todos os esforços fossem empenhados na tarefa da consolidação daquela República das oligarquias que ainda atravessaria por muitos avanços e retrocessos ao longo de sua história. Daí, as palavras do jornalista em tom bastante realista, embora esperançoso:

a República já viveu quinze anos, não quero saber se bons ou maus, proveitosos ou inúteis, virtuosos ou criminosos; sei que os viveu, tendo visto morrer uma basta porção dos que a mudaram. A Vida é assim: nós todos vivemos a edificar e a mobiliar casa para os outros; quando as casas ficam prontas,

entregamos as chaves a inquilinos que não concorreram com um só tijolo para a edificação. (BILAC, 8/1/1905)

Portanto, apesar do extremo valor e apreço que revelou pela ascensão da República no Brasil, Olavo Bilac, no decorrer de sua carreira jornalística, não deixou de lado em sua análise a percepção de que aquele sistema de governo ainda estava um tanto distante de encarnar e realizar em terras brasileiras o que entendia por uma República de fato democrática, garantidora das liberdades civis e políticas mais básicas, em suma, de expressar legitimamente, na esfera da política, aquilo que concebia como progressista e “civilizado”. Em se tratando do Brasil, este, a seu ver ainda tinha pela frente um duro caminho de inserção/adaptação ao que considerava como adequado e moderno em termos de uma prática política realmente republicana. Exemplar quanto ao tipo de entraves que o Brasil ainda tinha de superar, ressaltamos dada crônica de Olavo Bilac na famosa revista *Kosmos*, na qual tornou monarquia e República semelhantes em questões de política, ou mais especificamente, a sua mesma “essência política” era problemática segundo aos olhos de nosso poeta-jornalista. À época, Bilac abordava a criação de projetos de lei que propunham revogar o banimento da família real do Brasil e trazer para o país os despojos mortais do monarca Pedro II e da imperatriz Tereza Cristina. O jornalista entendia os projetos justos e dignos, embora percebesse que ainda pairava entre nossos políticos um ridículo medo de uma possível restauração da monarquia no Brasil. E referindo-se aos nossos políticos (“almas hesitantes e medrosas”), que se esconderam em casa

como tantos outros cidadãos comuns nos primeiros dias após a Proclamação, bem como a uma suposta “essência da política”, nos dizia Olavo Bilac que

Dera-lhes o acaso a República, que nem todas elas haviam pedido, mas que todas elas haviam aceitado, caladas e recolhidas, como convém às almas que não amam os riscos da resistência, nem da adesão entusiástica. Essas pobres almas, uma vez proclamada a República, ficaram dois dias trancadas a sete chaves dentro de uma prudente reserva. Ao terceiro dia, levantaram um cantinho da persiana, e espiaram medrosamente as ruas.[...] Os burgueses trabalhavam; os políticos especulavam; os jornalistas pediam empregos públicos; os poetas sonhavam[...]. Então, desafogadas do medo pânico,[...] foram vivendo e sorrindo, vendo que dos abusos velhos nasciam abusos novos, que, sob formas várias, as paixões eram as mesmas, e que, se o regime havia mudado, não havia mudado a essência da política. (BILAC, 7/1906)

E assim o autor concluía a sua reflexão afirmando que após a ascensão da República não houve a estabilidade política que entendia como fulcral ao florescimento e progresso daquele jovem regime republicano brasileiro, pois,

Desencadearam-se revoltas sobre revoltas, ferveram ambições, entrechocaram-se partidos, fez-se do estado de sítio, um Estado no Estado, puseram-se rebeliões sobre anistias e anistias sobre rebeliões, - e tudo ficou sendo o que era no tempo do Império, e as almas tímidas descansaram... (BILAC, 7/1906)

Todavia, se para Olavo Bilac a política republicana tinha a mesma “essência” daquela política que sustentou o regime imperial, ainda assim, aos olhos do cronista a República era o único sistema de governo capaz de sanar o que ainda era problemático em nossa realidade social e reformular a identidade do Brasil, de sua população e perante o mundo ocidental. Nesse sentido, eliminar, por exemplo, a “chaga” do analfabetismo, da insalubridade do Rio de Janeiro, dos “maus” hábitos tão presentes na capital, etc., eram tarefas urgentes tanto no plano nacional como internacional, pois “emanciparia” os brasileiros então jogados à ignorância, elevando-os ao status de cidadãos ativos, civilizados e participantes politicamente, eliminaria de vez as corriqueiras caracterizações estrangeiras que representavam o nosso país apenas pela sua imensa beleza natural, insistindo em nos detratar pelos mais diversos motivos, e finalmente possibilitaria a nós o tão desejado lugar junto das nações europeias ditas “modernas” e “civilizadas”. Ainda que Império e República supostamente possuíssem “políticas” com a mesma “essência”, sob a ótica de Olavo Bilac, a dura realidade nacional da Primeira República era em boa parte fruto da letargia e descaso imperiais diante das mais diversas questões sociais, econômicas e políticas.

Lembramos que é fundamental ter como indubitável a filiação ideológica, filosófica e política do intelectual Olavo Bilac aos ideais de governo republicanos tal como evidenciou desde as crônicas em que rememorou entusiasticamente os acontecimentos da Proclamação até aquelas nas quais deixou claro que a sua “opção” pessoal era pela República-democrática, chegando a revelar-se como “horrendamente

republicano” (BILAC, 31/3/1907) e a demonstrar enorme apreço pelo basilar momento eleitoral bastante desacreditado pela população brasileira naquele contexto histórico. Por outro lado, digna de nota e inseparável da sua inclinação pelo republicanismo era a sua ótica fundamentalmente crítica a respeito deste mesmo regime republicano que ainda lhe mostrava diversas “arestas” que mereciam urgente “reparo” tais como a sua falta de base popular, a instabilidade política evidente nas disputas intraoligárquicas, a ausência de lisura em seus processos eleitorais, o enorme descaso governamental para com a massificação da instrução primária, o saneamento das grandes cidades e do interior do país, e com a reorganização de nossas forças armadas, dentre outros mais. De qualquer forma, como dissemos, aos olhos de Olavo Bilac a República estava em processo de aperfeiçoamento assim como a nação de brasileiros que estava sob sua “proteção”, e nesse sentido, no seu modo de ver, eram fundamentais as contribuições tanto de nossas classes dirigentes, a quem cabia a destacada liderança¹¹ neste momento histórico de

¹¹ Em crônica na qual demonstrava certo lamento pelo regime republicano, então em seu décimo quarto aniversário, Olavo Bilac, mesmo em meio a diversas críticas a nossos políticos, deixava importantes indícios de que entendia que a estes mesmos homens da política nacional cabia a liderança dos rumos do país. Ainda que seu escrito possuísse viés crítico, é interessante perceber que podemos depreender do mesmo que a República ainda estava em pleno processo de constituição e que neste momento fulcral as “rédeas” do país deveriam sim estar nas mãos de nossas elites políticas, afinal, ali estariam elas representadas através de figuras com funções maternais, pedagógicas, mantenedoras, etc. Em suma, naquele o ano de 1903, o mau desenvolvimento regime, aos olhos de Bilac, era responsabilidade de nossos políticos: “Mas a República tem uma puberdade triste e

realização da modernização social tão necessária ao país, como das classes populares que contribuiriam tanto para a legitimação simbólica do inédito regime, através de sua entusiástica adesão à ordem estabelecida, como para o seu progresso material por meio de sua árdua e valorosa labuta.

Fontes históricas utilizadas:

BILAC, Olavo. *Crônica*, **Gazeta de Notícias**, 2 de agosto de 1903.

BILAC, Olavo. *Crônica*, **Gazeta de Notícias**, 15 de novembro de 1903.

BILAC, Olavo. *Crônica*, **Gazeta de Notícias**, 6 de novembro de 1904.

BILAC, Olavo. *Crônica*, **Gazeta de Notícias**, 8 de janeiro de 1905.

BILAC, Olavo. *Crônica*, **Gazeta de Notícias**, 17 de junho de 1906.

BILAC, Olavo. *Crônica*, **Gazeta de Notícias**, 12 de agosto de 1906.

BILAC, Olavo. *Crônica*, **Gazeta de Notícias**, 31 de março de 1907.

BILAC, Olavo. *Crônica*, **Gazeta de Notícias**, 8 de setembro de 1907.

apagada. Dizem alguns que a menina chegou à velhice [...]. Outros, mais otimistas, dizem que a moça está com o desenvolvimento retardado [...]. O certo é que ninguém está satisfeito. A República festeja o seu décimo quarto aniversário no meio de um descontentamento geral. [...] Se ela envelheceu antes da puberdade, ou se, à míngua de nutrição, ainda não tem o desenvolvimento que os seus quatorze anos de vida já lhe deveriam assegurar, - a culpa é vossa, *tutores* sem escrúpulo, *amas-de-leite* sem leite, *amas-secas* sem carinho, *educadores* sem preparo, *mentores* sem prudência! Queixai-vos de vós mesmos, e não dela, - que só de vós tem recebido a alimentação do corpo e do espírito. “(BILAC, 15/11/1903) [grifos nossos]

BILAC, Olavo. *Crônica*, **Gazeta de Notícias**, 31 de maio de 1908.

BILAC, Olavo. *Crônica*, **Correio Paulistano**, 15 de novembro de 1907.

BILAC, Olavo. *Crônica*, **Correio Paulistano**, 12 de abril de 1908.

BILAC, Olavo. *Crônica*, **Correio Paulistano**, 15 de maio de 1908.

BILAC, Olavo. *Crônica*, **Kosmos**, julho de 1906.

Referências bibliográficas:

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, Marialva Barbosa. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Campo intelectual e projeto criador*. In: Vários, Problemas do estruturalismo, Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 105-145.

_____. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

DIMAS, Antônio. *Bilac, O Jornalista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Edusp, Editora da Unicamp, 2006, 3 v.

ENGEL, Magali Gouveia. *Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio*. Fev. 2004, revisado em abr. 2004, p.22. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg17-4.pdf>

- _____. *Povo, política e cultura: um diálogo entre intelectuais da Primeira República*. Ago. 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Magali%20Gouveia%20Engel.pdf>>
- _____. *Os intelectuais e a Liga de Defesa Nacional: por um projeto hegemônico de Brasil*. V Simpósio Nacional Estado e Poder: Hegemonia. Out. 2008. Disponível em: <http://www.simposiohegemonia.pro.br/05_Engel_Magali_Gouveia.pdf>.
- _____. *A Liga de Defesa Nacional como partido: os intelectuais e a construção da hegemonia burguesa*. Janeiro – março de 2010, vol. 8, p. 3-18. Disponível em: <<http://www.iealc.fsoc.uba.ar/hemeroteca/elatina30.pdf>>
- LESSA, Renato. *A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina*. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (Org.) *A República no Catete*, Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p.11-58.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- _____. *A Modernidade Republicana*. Revista Tempo, Niterói: 2008, nº 26. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf>
- _____. *A República e o Sonho*. Revista Varia Historia, Belo Horizonte: 2011, vol. 27, nº 45. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010487752011000100006&script=sci_arttext

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

JÚNIOR, Álvaro Santos Simões. *A Sátira do Parnaso*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

SILVA, Maurício. *A Academia Brasileira de Letras e a institucionalização do academicismo no Brasil do final do século XIX*. O eixo e a roda, vol. 14, 2007. Disponível em http://www.lettras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Eixo%20e%20a%20Roda%2014/04-Mauricio-Silva.pdf

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Um grito no escuro: o resgate da cultura inca em dias de globalização

*Angela Zatta**

Resumo: As origens da civilização inca se traduzem em lendas passadas através das gerações, das quais não se sabe o que é verdadeiro ou o que foi modificado pelos interesses coloniais. O que se sabe, de fato, é que os colonizadores buscaram fazer relações com o que havia na América e na Europa de forma que reduziram uma cultura complexa para uma categoria de inferior. Atualmente, a dificuldade de se conhecer a cultura inca como defendem seus descendentes está em identificar os mitos da conquista e inserir no cenário global hegemônico uma visão nova. Este artigo busca inserir novas idéias sobre a religiosidade andina, além de tratar dos mitos sobre a origem dos incas, das comparações com a civilização européia e tece uma crítica do processo de globalização opressivo, que impossibilita o surgimento de novas teorias sobre a civilização inca.

Palavras-chave: Cultura inca, mitos, globalização.

Abstract: The origins of the Inca civilization are reflected in legends and stories passed down through the generations, of which no one knows what is true and what was modified by colonial interests. What is known, in fact, did the colonists to make connections with that they had in America and Europe so that a complex culture was reduced to a lower category. Currently, the difficult of knowing the Inca culture as defend their descendants is to identify the myths of conquest and in the global hegemonic insert new vision. This article aims to introduce new ideas about Inca's religion, besides dealing with the myths about the origin of the Incans,

* Graduada em História, Universidade Federal do Paraná.

of comparisons with European civilization and a critique of oppressive globalization process, which hinders the emergence of new theories about the civilization.

Keywords: Inca culture, myths, globalization

Pensar na cultura inca, como qualquer outro povo da América pré-colombiana, é pensar fragmentado. Nunca saberemos qual o verdadeiro significado das Linhas de Nazca ou entenderemos porque os incas deixaram a cidade de Machu Picchu inacabada. Quem se dispõe a estudar essas culturas, tem o passado como seu tirano, que o proíbe de conhecer a fundo já que não restaram evidências que provem muitas das teorias atuais. “Em virtude dessa lacuna, toda uma parte de nossa história necessariamente incide sobre o aspecto, um pouco exangue, de um mundo sem indivíduos.”¹ Por mais frustrante que seja para nós, que nos dispomos a conhecer essas culturas, chega um momento em que é preciso resignar-se e admitir “não sei, não posso saber”, afinal, o mundo em que vivemos, bem como o que estudamos, já está muitíssimo mudado.

É impossível não ver as influências de todo processo exploratório que aconteceu na América, desde a chegada dos Europeus até os dias atuais. A globalização como “o mundo visto como um conjunto único de atividades interconectadas que não são estorvadas pelas fronteiras locais, provocou um profundo impacto

¹ BLOCH, M. *Apologia da história*, p. 76.

político e cultural, sobretudo na sua forma atualmente dominante de um mercado livre e sem controles.”², se apresenta tirana sobre a população local. O globalismo localizado, ou seja, o impacto das práticas transnacionais (como o turismo) sobre o contexto social peruano deixa o país dividido em duas grandes metades; a porção turística, rica e bem preservada, e a população nativa, pobre e oprimida.

Este artigo visa discutir a influencia da colonização e da catequização dos nativos na compreensão da cultura incaica e até que ponto as comparações feitas pelos colonizadores com a sua própria cultura é verdadeira. Trata também de analisar o que dizem alguns estudiosos peruanos sobre sua cultura ancestral, bem como os impactos do processo de globalização sobre o resgate cultural do povo andino.

Os mitos

O mundo inca ainda é envolto em mitos e lendas. A ocupação espanhola, como qualquer outra forma de dominação, não deu chance aos nativos de se expressarem livremente, de modo que as suas origens genealógicas provem de crônicas que chegaram até nós por meio dos próprios espanhóis ou ainda por indígenas ladinos. Assim, não é possível a qualquer historiador, chegar a origem pura da genealogia inca, uma vez que não sabemos até que ponto os colonizadores distorceram o relato pré-hispânico e muito menos, se

² HOBBSAWM, E. *Globalização, democracia e terrorismo*, p. 10.

esses mitos correspondem de fato as reinterpretações dos nativos. Além disso, quando se trata das civilizações da América pré-colombiana, não se pode pensar a história do modo tradicional. “No caso completamente novo para nós de uma História sem arquivos, sem documentos escritos, apenas existe uma tradição verbal, que aparece ao mesmo tempo como História”.³

As relações entre mito e história apresentam muitos problemas aos historiadores e antropólogos. Em primeira instância, porque ao recolher os mitos, muitos deles nos chegam como uma colcha de retalhos permeada de histórias que são, a primeira vista, desconexas. Mas há também o extremo oposto; histórias mitológicas extremamente coerentes, as quais se dividem em capítulos e seguem uma a outra em ordem lógica e organizada.

Um segundo problema está na forma como os mitos são recolhidos. Por volta do fim do século XIX e início do XX, este tipo de material era trabalho dos antropólogos, isto é, pessoas exteriores àquela realidade local e teoricamente neutras. Em muitos casos, como é o exemplo canadense, a colaboração dos nativos foi essencial, uma vez foi lhes dado a chance de contar suas próprias histórias e exaltar os feitos de seus antepassados. Entretanto, no Peru, o sistema de colonização adotado séculos antes pelos espanhóis, que não levava em conta as características culturais, bem como a catequização dos nativos, deixou dúvidas quanto a originalidade dos mitos.

³ LEVI-STRAUSS, Claude. *Mito e Significado*, p. 56.

As origens

Garcilaso de La Vega relata detalhadamente “A origem dos Incas, Reis do Peru”⁴ em sua obra *Comentarios Reales*. Segundo ele, um grande dilúvio que matou quase todos os seres humanos exceto alguns que se esconderam em cavernas e que foram responsáveis pelo posterior repovoamento do território. Entretanto, estes homens viviam em desordem de modo que o Deus Sol se apiedou dos mesmos e colocou seus filhos no Lago Titicaca para que reunisse o povo, o mantivesse em ordem e o ensinasse a cultivar a terra, colher os frutos, além de ensiná-los a viver como homens em matéria de razão e urbanidade. Os filhos do Deus Sol tinham uma varinha de ouro e deveriam encontrar um local onde ela afundasse na terra com apenas um golpe e ali fundar um povoado. Isso aconteceu em Cuzco, que no idioma quéchua significa umbigo.

Outras versões apresentam grupos de três ou quatro casais, por vezes tratados como irmãos, que habitavam cavernas e ensinaram a ordem aos demais antes de fundarem a cidade de Cuzco. É possível que a versão mítica que trata dos casais como irmãos se encaixe na ignorância espanhola em relação aos muitos aspectos da língua nativa.

Por ejemplo, se dice que los indígenas eran **incestuosos** y que el mismo Rey se casaba con su propia hermana, esta mala interpretación se debe a que en el *Runa Simi* no existe la

⁴ LA VEGA, Garcilaso. El origen de los Incas Reyes Del Peru. In: *Comentarios Reales*, p 36-38.

palabra **amigo**, las personas se vinculaban y aún lo siguen haciendo de la siguiente manera:

- un varón a otro varón le llama **wayqey**, es decir, **hermano**.
- un varón a una mujer le llama **panay**, es decir, **hermana**.
- una mujer a otra mujer le llama **ñañay**, es decir, **hermana**.
- una mujer a un varón le llama **turay**, es decir, **hermano**.⁵

Há também quem defenda que os povos da América sejam descendentes do patriarca bíblico Ofir (daí a denominação ofiritas). Conta o primeiro dos Livros dos Reis (1 Reis 10-11), o Rei Salomão era também um comerciante e apreciava, especialmente, artigos de luxo. Diz-se que Hiram enviou alguns servos marinheiros, familiarizados e conhecedores do mar, para junto dos navios com os servos de Salomão. Eles chegaram a Ofir e trouxeram quatorze mil quilos de ouro, os quais foram entregues ao Rei, mas não foi somente isto. A frota de Hiram trouxe também uma grande quantidade de madeira de sândalo e pedras preciosas. Talvez, a quantidade de ouro e pedras preciosas encontradas na América tenha feito os colonizadores repensarem a história bíblica, entretanto, os indícios não são suficientes para estabelecer qualquer relação entre as terras de Ofir e o Peru.

⁵ MACHICADO FIGUEROA, Juan C., *Cuando las Piedras Hablan: arquitectura inka y espiritualidad en los Andes*, p. 86.

É possível perceber que existe um grande apelo à catequização nestes discursos. Acidentais ou não, fazem refletir sobre a semelhança desastres bíblicos como o dilúvio, ou sobre uma possível (embora remota) relação entre o Peru e o Velho Mundo séculos antes de Cristo. Mesmo no discurso de La Vega, natural do Peru e considerado “Príncipe dos escritores do Novo Mundo” é apresentada a idéia curiosa de uma civilização inca que possuía uma crença a qual lhe permitiria, mais tarde, crer no verdadeiro e único deus.

Viviendo o muriendo aquellas gentes de la manera que hemos visto, permitió Dios nuestro Señor que dellos mismos saliese un lucero de alba, que en aquellas escurísimas tinieblas les diese alguna noticia de la ley natural, y de la urbanidad y respetos que los hombre debían tenerse unos a otros, y que los descendientes de aquél, procediendo de bien en mejor, cultivasen aquellas fieras y las convirtiesen en hombre, haciéndoles capaces de razón y de cualquiera buena doctrina, para que quando ese mismo Dios, sol de justicia, tuviese por bien de enviar la luz de sus divinos rayos a aquellos idólatras, los hallase no tan salvajes, sino más dóciles para recibir la fe católica, y la enseñanza y doctrina de nuestra Santa Madre Iglesia Romana, como después acá la han recibido,

según se verá lo uno y lo otro en el discurso desta historia.⁶

A comparação

Esses discursos, brevemente apresentados, refletem a luta de alteridade, uma antiga conhecida do mundo Ocidental. Desde os relatos de Heródoto, a alteridade vem como um modo de estabelecer um parâmetro entre aquilo que é conhecido e o novo, um modo de identificação do “outro” como ser antagônico a partir de elementos conhecidos. Mas para estabelecer um “outro” o historiador dispõe de outra forma de discurso na retórica da alteridade; a comparação, que é “uma maneira de reunir o mundo que se conta e o mundo em que se conta, passando de um ao outro.”⁷

Muitos viajantes e cronistas espanhóis desenvolveram seus relatos baseados na comparação. Era importante que eles conseguissem explicar o que encontravam na América de um modo que quem os lesse do outro lado do Mar Tenebroso pudesse compreender o que havia por aqui. Assim, alguns cronistas entenderam as representações simbólicas da terra sob a forma de mulheres grávidas ou robustas, que simbolizavam a fertilidade e a natureza, como representações de uma possível Vênus Andina. Acontece que os colonizadores, visto que se depararam com uma

⁶ LA VEGA, Garcilaso, *op. cit.*, p. 36.

⁷ HARTOG, François. *O Espelho de Herodoto: ensaio sobre a representação do outro*, p. 240.

cultura completamente diferente, não compreenderam a relação estabelecida pelos incas entre a fertilidade da terra com a da mulher, ou seja, a mulher como Pachamama.

Outra comparação gritante com a cultura ocidental mediterrânica se dá com relação a espiritualidade andina. Os espanhóis observaram que os Incas faziam oferendas a diversos elementos da natureza e pensaram se tratar de uma cultura politeísta, a qual estabeleceram semelhança ao panteão Grego

concediéndole a la espiritualidad Andina un aire del Olimpo, donde el sol desempeñaba el rol de dios principal, la luna como su esposa, las estrellas como hijas y semidioses o dioses terrenales eran el agua, las montañas, la tierra, el cóndor, el jaguar o puma y otros animales.⁸

Da mesma forma, os sacerdotes católicos tomaram por demônios os guardiões espirituais que viviam embaixo da terra segundo a cultura inca. Não se devia esperar nada de diferente uma vez que a fé católica gira em torno da tentativa de evitar ser mandado ao inferno quando chegar a hora do Juízo. Para uma cultura que acabava de entrar na Idade Moderna, que vinha de uma Europa em que fervilhavam movimentos protestantes e cuja religiosidade, especialmente no caso espanhol (que continuou fiel ao poder pontífice), fora um dos impulsos para se lançar ao mar na busca de novos povos, encontrar um povo que cultuava tais espécies de guardiões espirituais era como se deparar com adoradores do

⁸ MACHICADO FIGUEROA, Juan C., *op. cit.*, p. 87.

demônio. Tal interpretação fez com que ainda hoje alguns guardiões representados em certas zonas mineradoras bolivianas sob o nome de El Tío tenham a forma de um diabo.

Além disso, para a fúria dos peruanos, a monumental arquitetura dos edifícios, a extensão e manutenção dos caminhos, fez brotar espontaneamente a comparação com “obra dos romanos”.

Os novos mitos

Restall chamou atenção para os mitos criados pelos cronistas que relatam a conquista da América. Segundo ele, os colonizadores não eram uma minoria capaz de subjugar milhares de nativos que conheciam o terreno. Eram, em sua maioria, homens despreparados, mal armados e famintos que faziam aliança com nativos aliados para sobreviver para a próxima batalha. Ocorre um exagero proposital nos relatos para tentar conseguir do Rei algum tipo de “encomienda” ou recompensa por seus serviços prestados pela Coroa.

Começam a surgir os mitos da conquista. Muito difundidos por todo ocidente, eles mostram um grupo de notáveis espanhóis, bem treinados e armados, que foram capazes de subjugar milhares de nativos e derrotar alguns dos impérios mais surpreendentes que o mundo já viu. Essas teorias, que hoje são tidas como mitos, foram confirmadas até a exaustão por religiosos, cronistas e biógrafos da época. Era uma forma de exaltar a supremacia da Coroa Real Espanhola sobre as demais monarquias que floresciam na Europa.

A motivação para descrever a conquista do *Tahuantinsuyu* foi essencialmente o desejo de eternizar as memórias idealizadas dessas

aventuras espanholas. Hernando Pizarro, Cristobal de Mena, Francisco Xerez, Pero Sancho de Hoz, Miguel de Estete, Juan Ruiz de Acre, Diego de Trujillo e Pedro Pizarro foram os pioneiros nessa empreitada. Embora a literatura, e mesmo a historiografia, os considere Cronistas das Índias, os textos que produziram foram “relaciones”, ou seja, um testemunho direto de participantes da conquista. A maioria desses autores escreveu imediatamente após a ação, no repouso do acampamento, o que permitiu que alguns textos pudessem transmitir ao leitor o calor da batalha ou a tensão das negociações a partir da riqueza de detalhes que contém.

Tais relatos certamente são ótimas fontes para compreendermos o que sentiram, pensaram e viram estes homens que acompanharam líderes como Pizarro. Alguns soldados coletaram dados para seus textos com os *quipucamayoc*, homens que conservavam a história incaica através do *quipu*, um conjunto de cordões coloridos com nós, onde era guardada a memória do povo e se contabilizava a produção econômica. Outros puderam recolher informações junto aos chefes locais em todo território. Este material originou as *Relaciones Geográficas de Indias*.

A ambição de enriquecer com o comércio de especiarias, bem como com ouro e prata levou muitos aventureiros a se lançarem ao mar. Entretanto, antes da sua chegada na América, os sacerdotes e líderes espirituais incas já sabiam, a partir da observação das entranhas de animais sacrificados, que coisas terríveis estavam por vir. Corriam boatos da existência de monstros marinhos e homens com barbas que andavam no mar em grandes casas. Houve também

quem afirmasse que eram *viracochas* (deuses), estes tais homens de barbas negras ou ruivas, de belos trajes, que se locomoviam em grandes animais que possuíam pés de prata. Homens, deuses ou monstros, os homens que chegaram foram os responsáveis pelo massacre de grande parte da população andina.

O conflito

O encontro, diz-se, começou com uma tentativa de reciprocidade entre Pizarro e Atahualpa, em 1532. Segundo Xerez, a guerra só teve início quando Atahualpa jogou a Bíblia Sagrada no chão e, assim, ofendeu os cristãos. Pizarro então ordenou o ataque. O líder inca foi prontamente capturado e o alvoroço se estabeleceu; muitos índios correram para todos os lados, desesperados, buscando fugir dos tiros e das patas dos cavalos, mas outros ficaram paralisados de terror. A grande maioria daqueles que se encontravam na praça de Cajamarca, morreu ali mesmo. Pizarro detinha Atahualpa como prisioneiro e exigiu um imensurável resgate, mas mesmo depois de receber todo montante de ouro e prata exigido, condenou-o a morte. O Inca tentou negociar sua vida, argumentando que Pizarro prometera receber o resgate, libertar-lo e sair de seus domínios, mas visto que não o faria e ainda o sentenciaria a morte teria grandes problemas. Pediu que o capitão o enviasse a Espanha, falar com o Rei e oferecer a ele grande quantidade de ouro e prata, assegurando-o que caso desse cabo de sua vida, seus súditos teriam um novo Rei que mataria todos os espanhóis. Mantê-lo com vida era, portanto, a garantia de que haveria paz no país.

Seus pedidos surtiram pouco efeito. Atahualpa foi retirado da prisão e levado, ao som de trombetas, para a praça onde foi amarrado a um pau. Ao longo do caminho, um religioso ia com ele para consolá-lo e pregar-lhe a fé cristã, por meio de um interprete. Estava condenado a morrer na fogueira, mas nos últimos instantes concordou em ser batizado e teve a graça de morrer garroteado. Cumprida a sentença, lhe atiraram fogo para que suas roupas e parte de sua carne queimasse. Pizarro e seus companheiros assistiram ao enterro, que teve direito a cruz e demais aparatos religiosos cristãos, sendo que por fim seu corpo foi enterrado em uma igreja, como um verdadeiro espanhol cristão.

O assassinato de Atahualpa representou muito mais do que apenas um episódio trágico na vida andina. Este fato, bem como toda conquista espanhola, mostra como a ignorância, consciente ou não, da forma de vida do “outro” pode gerar um desencontro cultural cujas conseqüências sejam realmente desastrosas. Entretanto, cabe lembrar que os espanhóis sabiam como agir com os nativos. Eles estabeleceram, desde o principio, um sistema de reciprocidade, de troca de presentes e mercadorias, que não deu motivos aos índios de terem cautela para com os espanhóis. Desta forma, o fator surpresa do ataque em Cajamarca foi essencial.

É sabido que os incas desconheciam lutas com cavalos, tiros e demais coisas que lhes eram aterrorizantes, mas somente estes fatores não bastam para compreender como 168 espanhóis foram capazes de combater e derrotar milhares de nativos. Cabe aqui lembrar que para eles, Atahualpa não era somente um governante; ele era o Inca, tido

como uma divindade e responsável por todos os atos e aspirações dos demais. Os milhares de índios que assistiram ao aprisionamento de seu líder ficaram absolutamente perdidos, imersos em terror e desespero, já que não tinham por habito tomar decisões individuais nesses casos. A verticalidade do poder era um importante fator de reação diante do perigo.

Estratégicos ou sortudos, os espanhóis tinham pela frente uma tarefa muito mais complexa; governar o Império Inca.

A voz dos descendentes

Estando o Peru na posição de colônia, não podemos esperar que hajam relatos anteriores à sua independência que sejam capazes defender a cultura inca em sua essência pura. Entretanto, este tipo de análise não pode se basear apenas na dicotomia entre vencedores e vencidos. Como defende Said⁹, ao discorrer sobre o desempenho retórico de Arthur J. Balfour em um discurso à Câmara dos Comuns, aquele que dispõe da palavra (no caso da colônia inglesa no Egito) pode representar uma variada gama de personagens. Neste caso, o cronista, ou o religioso que escreve sobre a nova terra pode falar em nome da Coroa, como o que há de melhor na história da nação, e ao

⁹ Esta análise do texto de Said é pertinente neste caso porque, embora o Peru se localize na porção ocidental do globo, os descendentes incas não se consideram realmente ocidentais. Entretanto, cabe salientar que esta é uma análise feita pelo autor sobre o discurso de Arthur J. Balfour em 13 de junho de 1910, referente aos problemas que a corte inglesa enfrentava no Egito, e não a opinião do autor sobre a colonização inglesa.

mesmo tempo pode representar todo o mundo civilizado, ou todo o Ocidente e os ocidentais. Said ainda defende que se quem fala não o faz diretamente pelos nativos é pelo motivo mais óbvio, eles tem outra língua! Entretanto, o cronista sabe o que eles sentem porque conhece o que há para conhecer da sua história e de suas expectativas. E ainda, caso fosse perguntado aos nativos o que eles tem a dizer, certamente eles confirmariam tudo o que já foi dito sobre como sua raça foi subjugada, dominada por outra raça que lhe é superior, que o conhece e sabe o que é bom para eles, talvez até o saiba melhor que eles próprios poderiam saber. “Os seus grandes momentos estavam no passado; são úteis no mundo moderno apenas porque os novos impérios poderosos efetivamente os tiraram da desgraça de seu declínio e transformaram-nos em residentes de colônias produtivas.”¹⁰

Mesmo quando o Peru conseguiu sua independência, a elite peruana ainda se mostrava fortemente monarquista, de modo que somente muitos anos mais tarde foi possível falar abertamente sobre a cultura inca, sem enfrentar tantas barreiras políticas. Hoje em dia, historiadores e antropólogos, peruanos ou não, batalham dia após dia para tentar resgatar esta cultura afogada por idéias errôneas que atravessaram os séculos.

Um forte exemplo é o antropólogo Juan Carlos Machicado Figueroa que defende uma linha teórica em muito divergente da tradicional, que chegou até nós pelos conquistadores espanhóis.

¹⁰ SAID, E. W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*, p. 66.

Segundo ele, a civilização inca era monoteísta e seus *wakas*, ou entidades espirituais, não eram semideuses como se supunha. Além disso, Juan defende que a cultura inca não tinha o sol como divindade e baseia sua argumentação nos achados arqueológicos e nas obras de arte do período inca.

Machicado Figueroa diz que a representação religiosa mais importante do *Qorikancha*, o Templo do Sol, tem forma humana e quando era representado de forma circular, possuía feições humanas. O que se conhece de mais próximo desta imagem é a Placa de Echenique, hoje escudo da cidade de Cusco. A imagem humana é semelhante às estatuas que tem formas humano-felino-ofídias, estilizadas de diversas maneiras ao longo de cada período histórico. O autor defende que nenhuma escultura ou representação solar foi encontrada nas casas ou templos incas, ao passo que esta representação aparece diversas vezes, em muitos momentos da história, o que leva a crer que a imagem seja realmente uma divindade importantíssima, já que os incas se caracterizam por ser um povo altamente espiritual não é possível esperar que tenham se privado de representar sua maior divindade.

O discurso de Machicado Figueroa é permeado pela mágoa da colonização. Não estabelecendo o Peru no bloco Ocidental do globo, o antropólogo trata a própria cultura com paixão e tenta alcançar as verdades perdidas há muitos séculos atrás. Embora unilateral e radical, talvez seja de discursos como estes que precisamos hoje para que seja possível chegar num meio termo sem que nenhuma das partes saia demasiado ofendida.

Figuerola defende que a cultura inca deve ser resgatada e que pode haver uma comunhão entre as tradições incaicas com o mundo capitalista globalizado. Talvez seja possível, de fato. Mas o cenário global pede a todo instante uma série de mudanças no indivíduo e, conseqüentemente, na sociedade, que não era previsto na cultura inca. Além disso, os estilos de vida e comércio atuais estão diametralmente opostos à espiritualidade e comunhão andina do dia a dia. Quem sabe o mundo ainda não esteja preparado para viver esta filosofia andina de comunhão com a natureza, por isso é preciso desmistificar e exaltar este povo tão peculiar, antes que seu legado chegue ao fim e, especialmente, antes que seus próprios descendentes percam o encanto pelo que é seu de fato e direito.

Considerações finais

Como dito anteriormente, tratar da cultura inca é mergulhar em algumas incertezas. Não nos cabe julgar a colonização do século XVI, nem determinar que todos os historiadores estão errados ao afirmar que o deus dos Andes era o Sol. É preciso, antes de tudo, entender que existem muitas versões de uma mesma história e então buscar evidências que comprovem ou refutem as teorias.

O Peru atual tem grande parte da economia girando em torno do turismo, de modo que sua cultura ancestral se transformou paulatinamente em um produto a ser consumido pela massa de turistas que vem e vão o ano todo. É possível encontrar xamãs turísticos e guias que se adaptaram a cada público que visita o país.

Mas é chegada a hora dos peruanos serem egoístas, contra-hegemônicos, e deixarem de lado a projeção mundial que seus monumentos tomaram para conhecer realmente sua cultura. Somente com esse reconhecimento, de dentro para fora, será possível impedir que o conhecimento, desenvolvimento e a espiritualidade andina se percam, tornando-se mais um souvenir.

Referências

- BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MACHICADO FIGUEROA, Juan Carlos. *Cuando las Piedras Hablan: arquitectura inca y espiritualidad en los Andes*. Inka 2000 Productions, 2002.
- GARCILASO DE LA VEJA, Inca. *Comentarios Reales*, 1609.
- HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: um ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte, UFMG, 1999.
- HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- RESTALL, Matthew. *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Iniciação, Profanação e Mitopeia no *Banquete* de Platão: uma aproximação entre literatura e filosofia

*Adriano Scandolara**

Resumo: O presente artigo pretende fazer uma breve análise da estrutura e das ideias presentes no diálogo *O Banquete*, de Platão, levando em conta não só o seu aspecto de texto filosófico, mas também sua elaboração altamente literária. Desse modo, exploramos a possibilidade de se ver o texto como uma obra icônica, em que a forma de apresentação reflete o conteúdo, na medida em que seu aspecto narrativo não se limita a ser um veículo para exposição de ideias. Para tanto, recorreremos à abordagem da crítica literária, além de referências a outras obras e textos de comentadores, começando com a análise da estrutura geral do diálogo, tendo em vista sua semelhança às práticas dos mistérios de Elêusis e, a partir daí, apontando para a questão do mito e como ele é visto e trabalhado na esfera da religião, em contraposição com a esfera de uma tradição narrativa e filosófica.

Palavras-chave: diálogo platônico, mito, mistérios de Elêusis.

Abstract: The present article aims to analyze briefly the structure and ideas present in Plato's dialogue, *The Symposium*, taking into consideration not only its aspect as a philosophical text, but also its highly literary elaboration. In this manner, we explored the possibility of regarding the text as an iconic piece, in which the form of presentation reflects its content, as its narrative aspects aren't limited to being a vehicle for the exposition of ideas. To do so, we've resorted to the approach of literary criticism, as well as references to other works and texts by commentators, starting with the analysis of the dialogue's general structure, having in mind its

* Bacharel em Letras e mestrando em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná. Contato: adrianoscandolara@gmail.com

resemblance to the practices of Eleusis' mysteries and, from then on, pointing out to the matter of the myth and how it is perceived and worked upon in the religious sphere, as opposed to the sphere of a narrative and philosophical tradition.

Keywords: platonic dialogue, myth, Eleusis' mysteries.

O Banquete e os Mistérios de Elêusis

É desnecessário afirmar que *O Banquete*, de Platão é um importante texto filosófico. No entanto, ao contrário do que se tornou a norma dos textos filosóficos no Ocidente, seu formato é narrativo, em vez de expositivo, e ele nos apresenta o comportamento de seus personagens como se numa peça de teatro ou num romance, narrando um banquete à noite na casa do jovem poeta Ágathon comemorando sua vitória num concurso dramático recente. Nele estiveram presentes como convidados Fedro, Pausânias, Erixímaco, Aristófanes e, mais tardiamente, Alcebíades, além do filósofo Sócrates, todos eles figuras históricas, e o que os envolve, nessa noite, é uma discussão sobre a natureza do amor – mais especificamente, o amor do tipo *eros*, sexual, em oposição a *agape* ou *philia*, no grego. Várias já foram as interpretações sobre o diálogo: ele já foi lido pensando em Platão como valendo-se do personagem de Sócrates como um veículo para transmitir suas próprias ideias, como também já foi visto, por uma tradição de leitura cética, como uma refutação de qualquer verdade filosófica. Atualmente, existe também uma

chamada terceira via de leitura¹, que busca considerar tanto as ideias quanto as estruturas presentes nos diálogos para interpretá-los. É evidente que, em oposição aos textos filosóficos de natureza mais expositiva, esse aspecto mimético-narrativo do diálogo relativiza e compromete o que poderia ser uma compreensão clara dos conceitos atribuíveis a Platão.

Iniciamos nossa discussão repetindo a constatação que outros comentadores^{2 3} já fizeram: a de que o banquete propriamente dito que ocorre no diálogo homônimo de Platão é construído com base numa tradição antiga que é a da iniciação em ritos de mistério, mais especificamente nesse caso, os mistérios de Elêusis. Os mistérios de Elêusis eram ritos religiosos em honra à deusa da fertilidade Deméter e sua filha Prosérpina, de caráter algo desviante dos ritos típicos de sacrifício animal da sociedade grega. Eles ocorriam uma vez por ano na região de Elêusis, a alguns quilômetros de Atenas, e persistiram por pelo menos mil anos, até a destruição de seu santuário pelos godos⁴. Um de seus elementos mais distintos é o fato de ser um culto primariamente dedicado ao feminino e sem o intermédio de sacerdotes masculinos. Elencarei, aqui, resumidamente, alguns

¹ GONZÁLEZ, Francisco J. **The Third Way: new directions in platonic studies**. London: Rowman & Littlefield, 1995.

² EVANS, Nancy. Diotima and Demeter as Mystagogues in the Symposium. In: **Hypatia**, vol. 21, no. 2. 2006.

³ LOREDO, Carlos Roberto. **Eros e Iniciação: Um estudo sobre as relações entre a paidéia platônica e os antigos cultos gregos de Mistério a partir do Banquete**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAJE, 2009.

⁴ LOREDO. *Ibid.*, p. 21.

elementos que permitam a comparação entre tais rituais e a estrutura do *Banquete*.

Primeiramente, temos o fato de que os ritos de Elêusis eram um culto paralelo ao culto tradicional da sociedade grega, no sentido de que não envolvia o sacrifício animal mediado por sacerdotes. Tal mediação era perpetuadora de uma relação de controle e de hierarquização, tanto de classe social – pois os sacerdotes e magistrados oficiais, responsáveis pela organização do evento, faziam parte da aristocracia⁵ – quanto de sexo/gênero – pois tais atividades eram naturalmente masculinas. Enquanto isso, os cultos de mistério eram públicos e comunais, onde os próprios participantes assumiam as funções de mediação com o divino pessoalmente⁶. Eram admitidos até mesmo não cidadãos, como mulheres, escravos e estrangeiros, com exceção apenas dos “bárbaros” (que não compreendiam a língua) e assassinos⁷. Essa relação de igualdade é vista no *Banquete* na maneira como o discurso que é reconhecidamente o grande discurso da noite é dado por alguém cuja classe social não é a mais alta (na verdade, Alcebiades, tendo a posição hierárquica mais alta, é quem fala de modo mais constrangedor) e sua fala é a repetição da fala de uma outra pessoa, que é não só uma mulher, como uma sacerdotisa e estrangeira. E isso tem a ver com o segundo elemento que é a presença do feminino, uma noção fundamental para os Mistérios, que celebram uma relação estritamente feminina entre mãe

⁵ LOREDO. *Idem*. p. 22.

⁶ EVANS. *Ibid.*, p. 3.

⁷ LOREDO. *Ibid.*, p. 22.

(Deméter) e filha (Prosérpina). É, contudo, um fato que até a fala de Sócrates, o ambiente no *Banquete* é predominantemente masculino (todos os convivas são homens e mesmo as flautistas são expulsas no começo) e ateniense, assim como é predominantemente aristocrático e de educação sofista.

Mas há ainda outros elementos relevantes. Segundo Loredó⁸, “ao falar sobre o amor e a sua força educativa escolhendo como moldura para esta fala um banquete, Platão cria uma primeira condição, a condição geral da ambiência ou contexto da narração, para relacionar o amor educativo aos ritos e símbolos das iniciações”, visto que “os banquetes eram cenas típicas do ambiente dos Mistérios”. E, a partir daí, a presença de todo vocabulário relacionado ao ritual permeia a obra inteira, presente principalmente no discurso de Aristófanes e de Alcebiades⁹ e de Sócrates¹⁰. Ambos os comentadores identificam termos como *mystes*, *symbolon*, *teletai*, *tas teletas*, *muetheies*, *erotika*, *telea*, *epoptika*, *tiktein* e *theophiles* como pertencentes a esse campo semântico, além de outros recursos discursivos sobre os quais não me estenderei aqui.

Deméter era reconhecida como deusa da fertilidade e vemos como a fertilidade, do corpo e da alma, faz parte do discurso de Sócrates/Diotima. Ela foi a deusa que, segundo a mitologia, ensinou os humanos em Elêusis a semear suas plantações e, desse modo, o seu culto de mistério remete à celebração desse aprendizado. Assim

⁸ LOREDO. *Idem.*, p. 88.

⁹ LOREDO. *Ibid.*, pp. 89-91.

¹⁰ EVANS. *Ibid.*, pp. 16-19.

também, Sócrates tendo aprendido de Diotima a semear a sabedoria, por assim dizer (e é-nos muito apropriada a imagem da semente como sendo o estado inicial de algo que busca um estágio de totalidade), repassa o seu conhecimento aos outros convivas. Desse modo, nas palavras de Evans: “assim como a tradição de Deméter celebrada em Elêusis permitia aos indivíduos reconstruírem sua concepção do divino e sua relação com as estruturas humanas sociais e políticas inerentes à *polis*, também Platão no discurso de Diotima apresenta uma concepção diferente da experiência humana e sua distância relativa e diferença em relação ao divino.”¹¹ Considerando a presença atmosférica de uma temática de iniciação, mas que ainda, como já discutimos, apresenta elementos tradicionais da ritualística ateniense, podemos ver Sócrates, então, como a culminação de toda uma imagética de iniciação.

Loredó encontra ainda muitos outros elementos que demonstram esse parentesco entre a estrutura do Banquete e dos Mistérios de Elêusis, bem como de outros ritos como os de Orfeu e Dioniso, mas não os glosarei aqui, pelo bem da brevidade. Acredito, porém, que os elementos supracitados bastem pelo menos para notar que parece sim haver algum tipo de parentesco entre o *Banquete* e os cultos de Mistério.

Contudo, se, como somos levados a crer, essa relação de analogia estrutural entre *O Banquete* e os Mistérios de Elêusis de fato existe, então, há algo de muito estranho na presença de personagens

¹¹ EVANS. *Idem.*, p. 7.

históricos no diálogo que haviam se envolvido em escândalos públicos e acusados de profanação desses mistérios, com a destruição de estátuas de Hermes: Alcebíades, sendo o mais notável, mas Eríximaco e Pausânias também, além mesmo do próprio Sócrates, que por mais que não tivesse se envolvido na destruição das estátuas propriamente ditas, havia sido acusado de algo muito pior, que era, segundo a seção X da *Apologia de Sócrates*, de negar os deuses que a cidade reconhecia como deuses e de corromper os jovens – uma profanação intelectual, portanto, em vez de material. Qual seria o significado de organizar uma cerimônia análoga à de um culto de mistério com profanadores desse culto?

Para ilustrar a questão, poderíamos dizer que, estabelecendo um paralelo moderno cristão, é como se alguém organizasse uma *ceia* com ateus ilustres como José Saramago, Samuel Beckett, Richard Dawkins e Carl Sagan (obviamente, ambientada mais ou menos pelos anos 80, quando todos estavam vivos), seguindo uma estrutura semelhante a de uma missa católica – a comparação é ainda mais apta pelo fato de envolver convidados de áreas distintas do conhecimento e da cultura humana. O efeito que se tem é, nitidamente, o de uma profanação de um ritual a princípio sagrado, e o formato de missa, dependendo de como é realizado, se torna uma paródia. E isso constitui uma maneira eficiente de ridicularizar, satirizar, inferiorizar um costume, uma crença, um sistema filosófico, possivelmente em prol de outro. É, por exemplo, o que James Joyce faz em *Ulisses*, quando o personagem de Buck Mulligan, ao longo de todo o primeiro capítulo do romance, imita atos da liturgia cristã, entoando

cânticos enquanto se barbeia e fazendo o sinal da cruz para o mar. O que Platão faz, entretanto, não é exacerbar esses elementos de mistério, pois, como mostramos, toda a estrutura subjacente é mais sugerida do que revelada propriamente – se bem que um leitor da época, familiar com a cultura religiosa grega, provavelmente seria capaz de perceber esse parentesco com maior facilidade. O resultado não é uma paródia caricaturalmente agressiva e flagrante, mas não é de todo inofensiva. Gostaria de me ater um pouco a esse assunto.

Como vimos, Sócrates rejeitava a cultura religiosa típica grega, por motivos mais políticos do que teológicos propriamente, uma vez que o pensamento religioso ateniense havia se tornado, nas mãos do Estado, opressor e inimigo do pensamento livre. E isso se relaciona intimamente com as ideias apresentadas no *Banquete* em seu discurso: nele, várias noções distintas são relacionadas e aproximadas – bondade, beleza, virtude, verdade, sabedoria. Podemos vê-las como sendo todas faces diferentes de um mesmo bem e, particularmente, um bem que somente os deuses possuem. Nisso, Ágathon concorda com ele na discussão preliminar anterior à repetição do discurso de Diotima (entre §200a e §201e). Sendo assim, Eros seria um dêmone por não ser nem bom nem belo (portanto não sendo um deus) e tampouco mal e feio, constituindo uma entidade intermediária que busca o belo. Eros se assemelharia então à figura do filósofo, que é quem busca a sabedoria sem jamais conseguir atingi-la – visto que ela é propriedade dos deuses – mas sem ser ele mesmo um ignorante, visto que o ignorante se contenta com sua falta de sabedoria. A questão que se põe, desse modo, é que, se os deuses

são bons, por que, na representação mitológica-religiosa, eles são antropomorfizados, não só em aspecto físico, mas em emoções e comportamento?

Como se sabe, os deuses clássicos gregos são tão suscetíveis quanto os humanos aos abalos das paixões e sentimentos, como fúria, inveja, luxúria, ciúme, vaidade, etc. Os exemplos da mitologia são numerosos demais para se listar e vão desde as conhecidas escapadas sexuais de Zeus com outras deusas e mortais (muito para a amargura de sua esposa ciumenta), que geraram muitos heróis, incluindo Hércules (ele também muito distante de qualquer ideal de moral), até a vaidade das três maiores deusas demonstrada no Julgamento de Páris. Segundo a concepção de Sócrates, como poderiam, então, os deuses serem sábios e bons, se fossem tão dominados por suas paixões quanto os humanos? A resposta de Sócrates é, pois, negar os deuses, tal como representados tradicionalmente. Nisso, e por mais que ele não chegue a falar explicitamente em monoteísmo, sua concepção se aproxima, de certo modo, a do Deus cristão (mais especificamente do Novo Testamento) que seria eterno, justo, sábio, verdadeiro e perfeito em juízo, além da mais bela de todas as visões (pensemos no final da *Divina Comédia* em que a Dante é enfim permitido vislumbrar Deus). Obviamente tal concepção representava uma blasfêmia para a sociedade grega da época e isso pesou contra Sócrates na hora de sua condenação. Aristófanes, brilhantemente, parodia a posição socrática em relação com a divindade em sua peça *As Nuvens*, em que um Sócrates muito arrogante ridiculariza o caipira Estrepsiades por ainda crer nos deuses e o rotula de

antiquado, afirmando que a força centrípeta é quem domina o universo – um pensamento muito mais próximo, na verdade, do pensamento científico de postura dawkinsiana.

Se os mistérios de Elêusis, então, seguiam ainda uma noção tradicional de divindade, aceitando a representação clássica de Deméter, Prosérpina e Hades (tanto o deus quanto sua morada, onde os iniciados seriam supostamente favorecidos) é de se esperar que Sócrates, tal como caracterizado por Platão – bem como o próprio Platão, se compartilhava das ideias de Sócrates – rejeitasse também os mistérios. Mas há outras questões ainda que nos levam a essa conclusão. Participavam dos Mistérios verdadeiras turbas de pessoas, uma vez que eram populares entre todas as camadas da sociedade, os ritos ocorriam uma vez ao ano e frequentemente um mesmo iniciado participava mais de uma vez. Tal tipo de reunião maciça de pessoas é, como se sabe, inimiga do pensamento filosófico, da reflexão e da contemplação – e sem reflexão e contemplação não é possível se aproximar da verdade. Isso é discutido ainda no *Banquete* em §194c, quando Sócrates pergunta a Ágathon sobre a diferença entre a companhia das pessoas envolvidas no banquete e a da plateia que assistiu a sua última peça e ele responde que “um pequeno número de pessoas inteligentes assusta muito mais que uma grande multidão de ignorantes”. O fato de que os ritos de Mistério prometiam vida após a morte são um agravante, pois é de se imaginar que essa promessa fosse um grande atrativo para a vinda de muitos iniciados. Contudo, tendo acesso a outros diálogos, como a *Apologia de Sócrates* e *Fédon*, vemos a ideia da filosofia como preparação para a

morte. Na *Apologia*, Sócrates afirma que temer a morte é uma grande ignorância, pois ninguém sabe, de fato, se ela é boa ou má, e ter a certeza de que é o maior dos males é fingir ter sabedoria, sem tê-la, acreditar saber aquilo que não sabe. Justamente por isso, por não saber o “bastante das coisas do Hades”, é que Sócrates se recusa a fugir delas.¹²

Essa ideia ainda é glosada no trecho intitulado “A morte como libertação do pensamento” (na tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa) de *Fédon*, em que, com base na dicotomia de corpo e alma, defende-se uma ideia positiva da morte. Com essas noções em mente, torna-se difícil defender um Sócrates que fosse a favor da mistificação da morte promovida pelos mistérios. É de se esperar que os iniciados em Elêusis temessem a morte, tal como representada tradicionalmente pela mitologia e cultura religiosa atenienses: um submundo de sombras, escuro, negativo e esquecido. Assim, aceitando sem questionar essa representação como verdade e como um mal, mesmo não havendo o que prove essa “verdade”, o iniciado acaba por temer a morte e busca, na iniciação aos Mistérios, uma fuga desse destino, por mais que não possa saber se a representação que ele aceita seja realmente verdadeira. É não só crer possuir uma sabedoria que não se tem, como também é agir com base nesse falso saber. E, de modo algum, podemos imaginar que Sócrates fosse um defensor da ação ignorante.

¹² PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Tradução de Maria Lacerda de Moura. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993, p. 66.

Fica evidente, assim, uma distinção entre os ritos do Mistério de Elêusis, em que há multidões e mistificação, e o *Banquete*, em que há uma elite pequena e seleta de cidadãos atenienses e que culmina com uma grande revelação e a busca pela verdade surgindo à tona.

Contudo, por mais que Sócrates e Platão se revelem hostis à religião centrada na mitologia tradicional, Sócrates/Diotima ainda fazem uso dos mitos ao explicar a origem de Eros, como filho do Engenho e da Necessidade. E não só Sócrates: todos os comensais fazem menções à mitologia em seus discursos. Contudo, nem todos os comensais devem ser levados a sério. É disso que tratarei agora mais atentamente.

Os Discursos

Podemos dizer que a maioria dos convivas do *Banquete* apresenta alguma falha em seu discurso que indica, de algum modo, que ele não deve ser levado totalmente a sério. Começando por Fedro, encontram-se em seu discurso alguns pontos que revelam sua própria inexperiência e as deficiências de uma educação sofista. Primeiramente, ele, como muitos outros, molda o amor à sua própria imagem: o amor de Fedro é um amor que claramente favorece o amado¹³, em vez do amante – e mais especificamente o amado numa relação homossexual – e isso é perfeitamente condizente com o fato de que Fedro representa o papel do amado passivo e imberbe em seu

¹³ CORRIGAN. *Plato's Dialectic at Play: argument, structure, and myth in the Symposium*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2004. pp. 53-4.

relacionamento com Erixímaco. O outro grande problema é que Fedro, como um mitólogo estudante de retórica, manipula e até mesmo distorce o mito para fazê-lo servir à sua tese. Ele apresenta Orfeu como um covarde vergonhoso – uma interpretação muito pouco ortodoxa – e para usar como modelo o forte exemplo de Aquiles, ele o retrata, em sua relação com Pátroclo, como amado, em vez de amante. Creio ser provável que Platão tenha empregado aqui justamente esses mitos por serem dos mais famosos e, assim, tornar mais prontamente reconhecíveis para o público grego as falhas do discurso de Fedro, como que para apontar que os discursos no *Banquete* não devem ser tomados como doutrina e sim como ponto para discussão, debate e reflexão. Como identifica Corrigan¹⁴, Fedro é incapaz de ver além de seus próprios desejos e de reconhecer as ideias de Sócrates, mas muitos pontos que Sócrates discute são em resposta aos argumentos de Fedro e pode-se reconhecer seu entusiasmo sincero em relação ao amor como o estopim que inicia toda a discussão. Então, por mais falho que ele se mostre, ele não é um completo ignorante e representa o começo do processo de busca pela sabedoria.

Pausânias também emprega o mito, mas apenas para iniciar a distinção entre corpo e alma, que define todo o tom do discurso; e Corrigan o identifica como um sociólogo¹⁵, visto que a questão da lei e do comportamento socialmente aceitável entram em discussão em

¹⁴ CORRIGAN. *Ibid.*, p. 56.

¹⁵ CORRIGAN. *Idem.*, pp. 56-57.

seu discurso. A princípio, essa distinção entre corpo e alma pode ser reconhecida como platônica e em sua totalidade, a fala de Pausânias é mais capciosa do que a Fedro, exigindo um olhar mais minucioso para expor suas falhas. A mais óbvia, contudo, repousa na sua distinção inicial – difícil para leitores modernos captarem, mas que deveria também ser óbvia para leitores da época – entre uma Afrodite e um Eros Pandêmios e uma Afrodite e um Eros Urânios. Para leitores modernos, a noção de uma beleza e um amor celestiais parece, de fato, ser mais favorável que um amor e beleza vulgares, de todo o povo, porém, como aponta Corrigan¹⁶, “essa distinção não é apoiada pelo nosso conhecimento das verdadeiras práticas contemporâneas” e que “o título Urânia era a marca da deusa oriental e associada com culto de prostituição”. Isso é, como o mal-uso dos mitos de Orfeu e Aquiles em Fedro, uma marca alertando o leitor que ele deve manter alguma desconfiança durante a leitura. E um olhar mais profundo revela que essa marca não é um falso aviso. Há grandes contradições no discurso de Pausânias: primeiramente, sua distinção despreza o corpo, mas não renega a gratificação sexual, tampouco preza o ascetismo – como o neoplatônico Plotino prezaria mais tarde ao manter uma distinção semelhante entre corpo e espírito¹⁷. Gostaria de estabelecer, de maneira anedótica, um paralelo literário moderno para ilustrar a perniciosidade dessa ideia: o escritor

¹⁶ CORRIGAN. *Idem.*, p. 62.

¹⁷ PLOTINUS. **An Essay on the Beautiful**. Translated by Thomas Taylor. 1917. Disponível online pelo Project Gutenberg <<http://www.gutenberg.org/etext/29510>> Acessado em 20/08/2010.

pós-modernista norte-americano Thomas Pynchon, em seu primeiro romance, de 1963, intitulado *V.*, introduz dois personagens – um cirurgião plástico e uma cliente – tendo um relacionamento amoroso; e a justificativa do cirurgião para continuar a fazer plásticas na moça, mesmo depois de ela própria estar enfim satisfeita com seu corpo, é a filosofia de que “eu te amo pela sua alma, então posso fazer o que quiser com seu corpo”¹⁸ – o que é uma forma comicamente absurda de demonstrar o próprio absurdo de um tipo de pensamento como o de Pausânias.

Em segundo lugar, há trechos que apontam simultaneamente para uma noção do tipo “os fins justificam os meios” – no que diz respeito à classificação de quando um ato é belo ou não – quanto para “os meios justificam os fins” para as leis do amor. Contudo, o convívio de ambas as ideias leva à desregulação da lei, de modo que o é puramente egoísta passa a ser bom – e Pausânias, sem se dar conta, passa a fornecer uma base ideológica para apoiar o comportamento completamente imoral disfarçado de mais alta virtude¹⁹. Pode-se dizer que seu discurso é ainda pior que o Fedro, pois se Fedro apresentava ainda alguma virtude que o redimia parcialmente, a virtude do discurso de Pausânias é a sua habilidade de falar bem e esconder os pontos fracos de seu argumento para o olhar menos atento, o que aponta para a figura do sofista.

¹⁸ PYNCHON, Thomas. *V.* Suffolk: Picador, 1975, pp. 296-297.

¹⁹ CORRIGAN. *Ibid.*, pp. 61-62.

O próximo seria Aristófanes, mas por ser acometido de uma crise de soluços, Erixímaco toma seu lugar e, tendo um nome que já indica, comicamente, sua profissão (“aquele que combate o soluço”), oferece-lhe conselhos sobre como curá-los e, em seguida, trata de fazer o seu próprio discurso sobre o amor. Nele, ele compõe um longo elogio à ordem na alma, no corpo e na própria natureza, relacionando-a ao bom amor (urânio), ao correto, ao feliz, ao saudável. Aqui, o grande indicador de que há algo de errado em seu discurso repousa na situação em geral: toda a fala sobre a ordem é ironicamente perturbada pela desordem introduzida por Aristófanes com seus soluços, que, inclusive, havia mudado até mesmo a ordem em que os discursos seriam realizados. Ele mesmo comenta como precisou provocar um espirro (também um elemento de desordem) para tratar do soluço e, assim, restabelecer a ordem em seu corpo. Há, sim, aspectos interessantes introduzidos aqui, como a expansão da área de atuação do amor²⁰, que Sócrates também desenvolve. Porém, o tratamento que Erixímaco lhes dá é tão obsessivamente ligado à ordem e ao equilíbrio que acaba por excluir uma boa parte da existência humana²¹. Ele, como sendo, de certo modo, um cientista, não faz grande uso do mito, mas trabalha sobre a distinção a princípio mítica entre Afrodite Urânia (o “bom amor”, ordeiro) e Pandêmia (o “mau amor”, caótico) feita por Pausânias.

²⁰ CORRIGAN. *Idem.*, p. 66.

²¹ CORRIGAN. *Idem.*, p. 65.

Evito falar agora de Aristófanes; para ele darei, logo a seguir, um tratamento mais profundo, analisando o seu tratamento do mito, que é algo complexo. Sua complexidade se reflete mesmo no comentário de Kevin Corrigan, que dedica quase 20 páginas apenas para analisar o seu discurso (contraste com as 6 que ele dedica a Fedro), reconhecendo-o como representante de toda uma classe de poetas mitopeicos²². Falarei agora do último conviva antes de Sócrates (que também não discutirei aqui), Ágathon.

Corrigan considera o discurso de Ágathon, tendo vindo depois do de Aristófanes, um fracasso, visto que era de se esperar que ele, sendo um poeta trágico, servisse sua musa como Aristófanes serviu a dele²³. O que temos, contudo, é um discurso altamente retórico, tomado pelo pensamento sofisticado. Seus dons de poeta são aplicados na linguagem, que é sonora e repleta de recursos formais (aqui reproduzidos com um bom grau de sucesso pelo tradutor Donaldo Schüller), mas as ideias que ela apresenta são problemáticas. Primeiramente, ele é semelhante a Fedro no seu uso da mitologia como apoio para os argumentos, com a diferença de que, em vez de forçar uma leitura pouco ortodoxa sobre mitos conhecidos, como faz o primeiro discursante, Ágathon declaradamente rejeita a representação que poetas célebres como Hesíodo e Homero fizeram do amor, por mais que elogie o tratamento poético que eles lhes deram. E, no lugar dessa representação, ele sugere uma representação

²² CORRIGAN. *Ibid.*, p. 72.

²³ CORRIGAN. *Idem.*, pp. 85-86.

própria. Em segundo lugar, ele parece levar as, já por si só problemáticas, ideias polarizantes de Erixímaco a um extremo. E, por último, ele, mesmo mais do que os outros, representa o amor como sendo igual a si mesmo. Corrigan identifica nele uma espécie de destilação dos outros discursos, demonstrando seus aspectos fortes mas não os fracos²⁴ – o que explica o fato de ele não dar tão claramente, a princípio, nenhum indício de que seu discurso apresenta falhas filosóficas. Assim, se os outros discursos são glorificações de um amor criado à imagem do discursante, o amor que ele representa é jovem (não só jovem, como o *mais* jovem dos deuses), belo, delicadíssimo e poeta – precisamente como ele mesmo. Mais tarde, é exatamente essa postura que Sócrates critica ao afirmar que todos buscaram fazer o discurso mais (enganosamente) belo, em vez de verdadeiro – que seria o que portaria a real beleza. Corrigan também vê em Ágathon uma figura da abundância (“plenty”) em vez da necessidade (“need”) como é Aristófanes – e seu discurso reflete isso. O curioso é como a associação de Aristófanes à necessidade o aproxima do próprio amor que Sócrates e Diótima retratam, filho da necessidade e do engenho, também ele uma figura próxima do filósofo. Curiosamente, também, Aristófanes parece não fazer parte do elenco de comensais de discursos egocêntricos, o que o aproxima de Sócrates. Isso também requer alguma atenção.

²⁴ CORRIGAN. *Idem.*, p. 92.

Mito e Mimese em Aristófanes

A presença de Aristófanes aqui é uma presença curiosa. Por mais que ele e Ágathon sejam ambos poetas dramáticos, tudo indica que parece que é a Aristófanes que cabe o papel de representante do autor de literatura no *Banquete*. O discurso que ele profere sobre o amor não é tanto um discurso como o dos outros em que se apresenta a defesa de uma ideia quanto é uma narrativa, com um pequeno comentário (uma “moral”, por assim dizer) no final, cuja presença pode muito bem ser por motivos cômicos (discutirei isso adiante). Mais especificamente, essa narrativa é de natureza mitopeica, no sentido não de que explora mitos anteriores, comuns já a mitologia compartilhada pela cultura grega, como fazem os outros convivas, mas que, sim, *cria* um mito novo. Desse modo, para analisar o discurso de Aristófanes, recorrerei a Harold Bloom e o método que ele apresenta em *Shelley's Mythmaking*²⁵, ao empregar uma noção de mito desenvolvida pelo teólogo judeu Martin Buber para analisar uma porção da poesia do poeta inglês do século XIX Percy Bysshe Shelley. Pode parecer estranho, a princípio, tomar como base as ideias de crítico literário que analisa um poeta tão temporalmente distante de Platão, mas não podemos deixar de ver em Shelley um descendente romântico de um tipo de poesia que, como Corrigan²⁶ identifica, é representado por Aristófanes. Além do

²⁵ BLOOM, Harold. *Shelley's Mythmaking*. New Haven: Yale University Press, 1959.

²⁶ CORRIGAN. *Ibid.*, p. 72.

que, me parece ser mais do que uma mera curiosidade o fato de que Shelley não só escreveu e traduziu poesia, como ainda traduziu mais especificamente o *Banquete* de Platão.

Para se fazer a análise que proponho, claro, faz-se necessária aqui uma breve explicação acerca desse método.

Para Buber e Bloom²⁷, há dois tipos de relações que uma consciência, um Eu (“I”) pode estabelecer com o mundo: uma relação de Coisas (“It”) e de Tus (“Thou”). Segundo o estudo dos irmãos Frankfort²⁸, a experiência do homem primitivo é essencialmente composta por Tus – e o mundo, para eles, é algo vivo, com o qual se relacionam intimamente, em vez de meramente experienciar, como o faz o homem moderno cercado por Coisas. É a partir dessa relação íntima que reconhece em outro ser uma consciência parecida com a do próprio Eu que se cria o mito, elemento constituinte para essa sociedade primitiva ao mesmo tempo de uma forma de se ver e explicar o mundo, de um sistema moral e de religião, fundamentando toda a cultura posterior mesmo depois da derrota do sistema do mito. Segundo esse ponto de vista, a sociedade primitiva não é animista nem personifica o mundo, preenchendo um mundo vazio de fantasmas, mas sim, vive com ele reconhecendo-o como vivo. É essa situação que Buber e Bloom chamam de evento relacional (“relational event”), que se dá entre um Eu e um Tu e que, infelizmente, está fadado a se encerrar; e o Tu se torna uma Coisa. Da

²⁷ BLOOM, Harold. *Ibid.*, pp. 1-5.

²⁸ *apud* BLOOM. *Idem.*, p. 5.

mesma forma, uma Coisa, como as que preenchem o mundo do homem moderno, pós-estágio-primitivista, também pode, ao passar pelo evento relacional, se tornar um Tu e então retornar a ser uma Coisa quando ele se encerrar. Na crença judaica, Iavé representa eternamente em evento relacional com seu povo escolhido, sendo simultaneamente um Eu para o Tu que são os judeus e um Tu, se considerarmos os judeus como Eu. Segundo Bloom, é o Tu que não pode jamais se tornar uma Coisa, constituindo o grande Mito a construir a religião judaica e rejeitar todos os outros mitos²⁹. A ciência, cria da filosofia, também se torna hostil ao mito, ao passo que a própria filosofia começa a rejeitá-lo. É sobre esses pilares que a poesia mitopeica se constrói e a narrativa contada por Aristófanes parece se encaixar perfeitamente nesse modelo, por mais que Platão não a tenha escrito em verso.

O mito que ele conta é o de como cada homem e mulher, que a princípio formavam um só ser, passaram, ao cometer o pecado da *hybris*, a serem criaturas separadas, ansiando eternamente o retorno a essa união primordial – e esse anseio seria o Amor. Aplicando as noções de Buber, glosadas por Bloom, podemos identificar nesse ser primordial duplo, que pode ser dois homens, duas mulheres ou um andrógino (homem e mulher), dois Eus distintos, eternamente na posição de Eu e Tu um para o outro. Assim, cada ser porque vive um evento relacional infinito é um ser completo, por mais que vivam como animais. Contudo, se a relação do Eu com Deus ou os deuses é

²⁹ BLOOM. *Idem*, p. 4.

ou deve ser também um evento relacional infinito, a completude de cada indivíduo passa a representar um problema. Se deveria haver uma necessidade de um evento relacional infinito, e ele já é suprido do berço, ele deixa de ser uma necessidade e cada indivíduo não mais precisa estabelecer um evento relacional com os deuses. Isso parece ser um motivo muito mais razoável para explicar a *hybris* cometida pelos homens primordiais do que a suposta força e velocidade que suas formas esféricas possuiriam, que lhes permitiria desafiar os deuses. A decisão de Zeus de partir os homens em dois resolve o problema, pois faz de cada ser dois Eus distintos, que passam a viver, em relação com os outros seres, uma relação de Coisa, e nessa situação, apenas um outro ser específico – a outra metade – pode vir a representar um Tu. Mas esse evento relacional que pode ocorrer agora entre as duas metades partidas não é mais perfeita e duradoura como a anterior. Como todo evento relacional mítico, ele tem um fim, quando o Tu se torna uma Coisa e a incompletude retorna. Se essa relação é o amor, então o que Zeus fez foi transformar o amor infinito anterior num amor finito, que cessa ou por causa da vivência que leva o casal à frieza emocional ou por mais que esse amor dure toda a vida, eventualmente uma das partes há de morrer e então, forçosamente, tornar-se uma Coisa – o que não ocorreria quando os dois seres eram um só, que, presumivelmente, morrendo, morreriam os dois. Como já não há mais como se estabelecer um evento relacional eterno com outros mortais, os homens passam a precisar dos deuses para estabelecer essa relação e se completarem. Dessa forma, a decisão de Zeus é ao mesmo tempo um castigo e uma

solução e o comentário jocoso de Aristófanes, sobre precisarmos louvar os deuses por medo de sermos partidos ao meio de novo, faz todo sentido.

Tal é minha leitura mitopeica do discurso de Aristófanes que, como podemos ver, não cria o amor à sua imagem e semelhança como os outros convivas do *Banquete*. Aristófanes é um poeta, um comediante, um satirista, um artista, mas ainda assim não cria a imagem de um amor artista ou mesmo cômico por si mesmo, por mais que o modo de apresentação dele seja ele mesmo repleto de piadas. Também os elogios à sua beleza são contidos. Ágathon também é poeta, mas talvez por ser mais inexperiente, não parece ter sido aqui o eleito para ser o representante da literatura, como Aristófanes o é; e ele comete o erro filosófico de criar o amor à sua própria semelhança. Aristófanes, como poeta maduro, não faz da literatura veículo para forçar sua própria imagem sobre o mundo e nisso se assemelha ao filósofo, no sentido de que a literatura é, de certa forma, uma fuga de si mesmo também. A criação de personagens dramáticos ou épicos ou mesmo de uma *persona* para poesia lírica significa ter de sair de si mesmo e imaginar e prever comportamentos alheios, para tirar da relação entre essas criações ficcionais, uma Verdade que valha para o mundo real. O próprio público de um espetáculo teatral também deve abdicar de si mesmo na hora de assistir a uma peça ou ouvir a declamação de um poema, pois tem de dar ouvidos à voz de outra pessoa sobre outras pessoas que podem sequer existir. Desse modo, o discurso de Aristófanes se distancia de todos os outros, senão o de Sócrates.

Entretanto, além da parte narrativa do discurso aristofânico, há ainda uma parte discursiva propriamente dita em que ele expõe sua própria leitura sobre o mito que acaba de contar. Ele diz que os homens descendentes dos homens duplos primordiais são guerreiros viris, as mulheres descendentes das mulheres duplas primordiais são muito femininas e os homens e mulheres descendentes dos andróginos são perpetuadores de adultérios. Essa é uma afirmação que não podemos tomar prontamente sem alguma reflexão. A impressão que se tem com essa afirmação é a de que Aristófanes era um defensor fervoroso da homossexualidade. Mas um contraste com o Aristófanes verdadeiro, pessoa empírica e não personagem de Platão, revela algumas nuances que complicam essa leitura. Por exemplo, um sério obstáculo para a hipótese de que Aristófanes seria a favor da homossexualidade são as piadas constantes que o autor faz sobre homossexuais em suas comédias como *As Nuvens* e as *Tesmoforiantes*, que de maneira hilariante, apresentam Ágathon como alguém afeminado (tamanha sua delicadeza) e onde Mnesíloco exclama, ao ser barbeado para se travestir, que ele está parecendo Cleistenes, um homossexual aparentemente famoso na Grécia da época e alvo constante das piadas de Aristófanes. A ideia também de que a heterossexualidade seria algo ruim e deturpadora de valores, e que as mulheres corretas tenderiam a gostarem mais de outras mulheres, se revela difícil de se aplicar a *Lisístrata*, onde, muito comicamente, um dos primeiros obstáculos à revolução feminina causada pela greve de sexo é justamente o amor que as personagens têm ao sexo com homens. Torna-se assim difícil de aplicar as noções

do personagem platônico Aristófanes ao verdadeiro Aristófanes, o que complica ainda mais qualquer tentativa de compreender as intenções de Platão com isso. Muito possivelmente pode ser que ele estivesse fazendo piada com Aristófanes, o que não seria de todo estranho. O *Banquete* é uma obra largamente seriocômica, como reconhece Bakhtin³⁰, e Platão presta uma atenção especial às piadas com o personagem de Aristófanes, justamente por ele ser um poeta cômico. O comentário enigmático sobre autores de tragédia serem capazes de comporem comédias também, feito no final, também poderia ser vislumbrado sob esse ponto de vista irônico-cômico, uma vez que, como vimos, o discurso de Ágathon, o poeta trágico aqui, é inferior ao do poeta cômico.

Contudo, o discurso de Aristófanes apresenta uma falha se visto sob uma ótica que sistematize a filosofia de Platão: ele pretende ensinar algo (p. 71 – rivalizando, portanto com a filosofia), ao mesmo tempo que incorpora basicamente todos os problemas da poesia mimética que a *República* critica e que restringem a arte (pp. 70-3) e a busca do Eros de Aristófanes pela completude visa a restauração de um estado de ignorância animalesca que era a do homem primordial (p. 74), em vez de ser a busca pela sabedoria. Ele é ao mesmo tempo poderoso, contraditório, mais verdadeiro que os outros discursos (por mais que ficcional) e, em muitos sentidos, antagônico em relação à filosofia e é até mesmo um veículo para Platão parodiar seu próprio método dialético (p. 82).

³⁰ BAKHTIN, Mikhail. **Problems of Dostoevsky's Poetics**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1984, p. 109.

Uma Possibilidade de Reconciliação

Novamente, retorno a Bloom e sua leitura do mito. Por mais que ele trate mais especificamente do mito numa porção delimitada da poesia de um autor muito distante temporalmente de Platão, ela é uma leitura que se aplica aqui também. Ele diz: “O aspecto final da mitopeia de Shelley é que o mito e o criador do mito, estão plenamente conscientes da derrota necessária do mito. Não há Tus para o relacionamento no *Triunfo da Vida* [poema de que trata Bloom nesse capítulo]; o poema comemora o triunfo da Coisa da experiência.”³¹ Como todo mito tende a um fim, do qual o poeta mitopeico está consciente, com a redução do mundo a um mundo de Coisas, torna-se difícil manter a crítica da arte mimética quando a própria arte está consciente da derrota de sua substância. De qualquer modo, há algumas semelhanças entre o poeta e o filósofo, demonstradas por Platão: ambos são figuras de intermédio – visto que a musa é quem fala através do poeta; tanto Aristófanes quando Sócrates recorrem ao mito; ambos estão ligados à figura da Necessidade; ambos representam uma fuga do eu; e ambos mais que a retórica e a ciência dão conta de exprimir a totalidade da experiência humana. Retomando Bakhtin ainda, tanto a forma do diálogo platônico quanto a da comédia são formas literárias próximas por serem seriocômicas e carnavalizantes³². Assim, nota-se que talvez a grande diferença entre as duas atividades – a arte literária e a

³¹ BLOOM. *Ibid.*, pp. 274-275.

³² BAKHTIN. *Ibid.*, p. 129.

filosofia – repousam mais numa questão de postura do que qualquer outra coisa: Aristófanes é cínico (no sentido moderno da palavra) e a sua obra literária é independente de seus próprios pensamentos, ao passo que Sócrates mantém suas posições mesmo quando condenado à morte. A literatura tem seus limites, mas a filosofia também, uma vez que os ensinamentos de Sócrates, o grande fundador da filosofia, se perderiam por ele ter sido condenado à morte e por aceitá-la tão prontamente, sem nunca ter escrito nada. Sabemos o quanto a literatura, por ser erotizada, aspira a imortalidade através da beleza. E como o bom e o belo são interligados, Platão pode ter visto nela uma maneira de perpetuar a filosofia. E, assim, nasce o *Banquete*.

Como podemos notar, minha argumentação seguiu um caminho de, primeiramente expor e comentar as semelhanças entre a estrutura do *Banquete* e os ritos de iniciação dos Mistérios de Elêusis, bem como apontar para as diferenças que permitem encontrar nessa estrutura uma paródia sugestiva de uma certa superioridade da filosofia sobre a superstição mitológica, com possível base nas diferentes possibilidades de uso do mito. A filosofia é uma preparação para aceitar a morte, em oposição a negá-la desejando benefícios póstumos; é a contemplação e transmissão de conhecimento entre poucos em lugar de estupefação em grandes multidões; é pensar sobre os mitos em vez de aceitá-los como uma verdade imposta pela sociedade e pelo governo. A seguir, analisamos individualmente os discursos dos convivas do *Banquete* com o intuito de demonstrar um certo favorecimento do discurso de Aristófanes por parte do autor ao compará-lo em alguns pontos com

o discurso de Sócrates, já reconhecido há tempos como superior em verdade aos outros discursos.

Com essa discussão espero ter defendido que, por mais que, como se sabe, Sócrates/Platão tenham expulsado os poetas na *República*, Platão reconhece, pelo menos em algum grau, a literatura como irmã e semelhante da filosofia em sua busca pela melhoria do homem, por mais que a postura das diferentes disciplinas revelem por vezes um certo antagonismo. E o resultado disso é o próprio *Banquete*, além do restante das produções dialéticas de Platão: sua forma, mesclando o discurso filosófico com elementos literários altamente estetizados, cuja interpretação é fundamental para a compreensão das ideias apresentadas, é icônica dessa noção e representa uma aproximação entre as duas atividades, buscando não só a sabedoria ou a imortalidade pela beleza, mas a própria imortalização pelo bem e pelo belo da busca da sabedoria.

Bibliografia

ARISTOPHANES. **The Complete Plays**. Translated by Paul Roche. New York: New American Library, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Problems of Dostoevsky's Poetics**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1984.

BLOOM, Harold. **Shelley's Mythmaking**. New Haven: Yale University Press, 1959.

- CORRIGAN, Kevin. **Plato's Dialectic at Play: argument, structure, and myth in the Symposium**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2004.
- GONZÁLEZ, Francisco J. **The Third Way: new directions in platonic studies**. London: Rowman & Littlefield, 1995.
- EVANS, Nancy. Diotima and Demeter as Mystagogues in the Symposium. In: **Hypatia** vol. 21, no. 2. 2006.
- LOREDO, Carlos Roberto. **Eros e Iniciação: Um estudo sobre as relações entre a paidéia platônica e os antigos cultos gregos de Mistério a partir do Banquete**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAJE, 2009.
- PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Coleção Universidade. Rio de Janeiro: Ediouro, ano não informado.
- _____. **Diálogos II: Fédon – Sofista – Político**. Tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa. Coleção Universidade de Bolso. Rio de Janeiro: Ediouro, ano não informado.
- _____. **O Banquete**. Tradução de Donald Schüller. São Paulo: L&PM, 2009.
- PLOTINUS. **An Essay on the Beautiful**. Translated by Thomas Taylor. 1917. Disponível online pelo Project Gutenberg <<http://www.gutenberg.org/etext/29510>> Acessado em 20/08/2010.
- PYNCHON, Thomas. V. Suffolk: Picador, 1975.

- - - - -

Impressões de Leitura

- - - - -

Os usos e abusos da cidadania no Brasil oitocentista

*Diogo da Silva Roiz**

CARVALHO, J. M. (org.) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 473p.

Livros coletivos, em geral, constituem um desafio para sínteses. Seja por que a quantidade e o entrelaçamento dos caminhos sugeridos acabam sendo enormes, seja por que as escolhas teóricas e metodológicas são igualmente fluídas e plurais, seja ainda por que o espaço e tempo abordados não são nem homogêneos, nem tão pouco curtos. Se isso tem valido para a maioria das coletâneas que foram organizadas no campo das ciências humanas no país, esse mesmo princípio organizativo não abrange certas propostas, que tem se multiplicado em nosso meio, de formar um conjunto de textos, cada vez mais, temáticos e articulados entre si. Isso se deve tanto ao amadurecimento dos programas de pesquisa e de fomento no país, quanto à criação mais intensa de grupos e núcleos que tem reunido um conjunto de problemas, teorias, metodologias, temáticas e abordagens mais ou menos comuns ao seu redor.

* Doutorando em História pela UFPR, bolsista do CNPq. Mestre em História pelo programa de pós-graduação da UNESP, Campus de Franca. Professor do departamento de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai, E-mail: diogors@yahoo.com.br.

O projeto coletivo coordenado por José Murilo de Carvalho, sob o título de *Nação e cidadania no Brasil*, esta entre os que têm alcançado esse feito, com um trabalho intenso e promissor, ao abordar novos horizontes para o estudo da cidadania, da política, da Nação e do Estado no Brasil dos Oitocentos. Reunindo 17 ensaios em três partes temáticas, o livro se detém tanto sobre a história e a prática da cidadania, quanto aos problemas que instigaram os intelectuais, políticos e cidadãos do XIX, a exemplo da escravidão e da justiça, e do poder e da política imperial. Na primeira parte, ‘História, cultura e cidadania’, reuniu-se sete estudos, de José Murilo de Carvalho, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Manoel Luiz Salgado Guimarães, Martha Abreu e Carolina Vianna Dantas, Silvana Mota Barbosa, e de Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira. Na segunda, ‘Escravidão, justiça e cidadania’, há outros cinco trabalhos, de Adriana Pereira Campos, Ivan de Andrade Vellasco, Keila Grinberg, Ricardo Salles, e o de Silvia Maria Jardim Brügger. Na terceira e última parte, ‘Poder, política e cidadania’, mais cinco, de Alexandre Mansur Barata, Carlos Gabriel Guimarães, Gladys Sabina Ribeiro, Márcia Maria Menendes Motta, e o de Álvaro Pereira Nascimento.

Propondo-se, como indicado, a reverem o itinerário do conceito e da prática da cidadania no Império do Brasil dos Oitocentos, assim como de suas relações com a escravidão, a liberdade e a justiça, quanto com o poder e a política imperial, esses estudos buscam em comum traçarem novos horizontes, teóricos e metodológicos, para a formulação de procedimentos, cada vez mais,

operacionais para inquirir o objeto, pesquisar as fontes, agrupar os resultados e tratarem da questão. Já na introdução da coletânea, José Murilo de Carvalho esclarece que:

A coincidência entre nação e cidadania é parcial. Uma das concepções de cidadania produzida pela tradição ocidental coincide exatamente com a de identidade coletiva, com a do sentimento de comunidade entre os habitantes de uma cidade ou de um estado, isto é, com a de nação. [...] Mas a cidadania é mais do que identidade, mais do que nação. Ela se atém ao campo político, dentro do qual pode assumir uma feição passiva como a da identidade, ou, e isso é o mais importante, uma dimensão ativa. Nessa distinção reside a razão para alocar nação e cidadania em dois eixos distintos. Acrescente-se a essa razão o fato de que vários capítulos se concentrarem preferencialmente em um ou outro dos eixos. O objetivo é naturalmente fazer com que eles dialoguem ao longo do esforço analítico (p. 10).

Desse modo, por “nação, entendemos, a formação de identidades coletivas”, sendo a “principal identidade coletiva, e a que tem merecido maior atenção dos estudiosos, é a que se constitui dentro do espaço nacional” (p. 10), enquanto na outra extremidade, entende-se por cidadania, “como distinta de nação, será concebida de maneira ampla, incluindo todas as modalidades possíveis de relação entre os cidadãos, de um lado, e o governo e as instituições do Estado, de outro, além de valores e práticas sociais definidoras da esfera pública” (p. 11). Nesse aspecto, a mais “óbvia relação dos cidadãos com o Estado tem a ver com a participação política”, além

de “também se relaciona[re]m com o Estado na qualidade de objetos de normatização da vida coletiva”.

Nessa direção tanto o texto de José Murilo de Carvalho (p. 17-42), quanto o de Manoel Luiz Salgado Guimarães (p. 93-122), discorreram como a imprensa, de um lado, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por meio de sua revista, de outro, debruçaram-se sobre o passado, fazendo dele uso para operacionalizar atitudes e posições, quanto gerar o consenso sobre questões de ordem política, cultural, econômica ou cultural. Silvana Mota Barbosa (p. 153-184) indaga ainda como a imprensa periódica pode ser também uma geradora de rupturas, às vezes drásticas, com o próprio regime político em vigor, a exemplo dos debates que circunstanciaram, além de também plasmarem, parte das crises que se avolumaram no segundo reinado, ocasionando na década de 1870, a própria perda da inviolabilidade do monarca D. Pedro II. Igualmente interessantes serão os resultados encontrados por Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (p. 185-204), ao estudar *O Patriota*, jornal político, literário e mercantil publicado no Rio de Janeiro entre 1813-1814, e nele identificar o volume de discussões que se formavam em torno de um gênero então em formação, que era o das resenhas, cujo formato permitia além do comentário e crítica de obras, também efetuar balanços sobre determinadas questões, e nelas opinar de forma direta ou indireta. Além disso, esse “tipo de registro contribuiu também para que se compreendessem melhor as representações que os homens de letras constroem de si mesmos e de como o cidadão leitor

da república das letras podia ser introduzido de maneira mais ágil às outras leituras” (p. 201).

Numa outra fronteira de debates, com foco na escravidão, na justiça e na cidadania, se encontrarão estudos interessantes sobre os dilemas da escravidão, em lugar onde a justiça e a busca individual e coletiva pela liberdade não estavam ao alcance de todos, ou melhor dizendo, de qualquer um. Não por acaso, não se limitaram apenas ao estudo de crimes, de policiamentos e punições, do alcance da justiça aos homens de cor, sejam eles escravos, forros ou livres, além de vislumbrarem ainda as relações de poder que são construídas a partir de apadrinhamentos.

Dos exercícios, mesmo que parciais, de cidadania aí forjados, até as repercussões dos caminhos do poder e do lugar da política no interior da monarquia brasileira, é o que nos convidam a pensar, outro conjunto de estudos, detendo-se ora no constitucionalismo e nas práticas de sociabilidade firmadas na cidade do Rio de Janeiro nas décadas iniciais dos oitocentos, ora nas relações do comércio inglês e suas influências no território brasileiro, ora na construção da identidade nacional em contraposição a ação portuguesa, ora ainda na pressão da Igreja, de um lado, e da marinha, de outro, sobre questões territoriais, navais ou políticas.

Nesse sentido, o conjunto dos debates não poderia ser melhor. Seja por que se propuseram a pensar o campo da cidadania, em paralelo a formação da Nação, seja por que nesse exercício vislumbraram como estavam organizados os homens de letras, como agiam na imprensa periódica, de que maneira propunham discussões

sobre a cidadania, a escravidão, a justiça, o comércio e a política, no interior de uma esfera pública ainda em formação, seja ainda por rastreamento os efeitos dessa imprensa periódica nos leitores e gestarem certas opiniões coletivas a respeito dos mais variados temas. Por suas qualidades, essa obra é um convite para que pensemos novos horizontes para a prática da cidadania no país, assim como visualizemos os usos e abusos que dela foram feitos no Brasil oitocentista, quando se formava o Estado e se pensava que tipo de Nação a ele se reuniria.

Expediente

A *Revista Vernáculo* é um periódico acadêmico voltado a publicação de textos produzidos pelo corpo discentes das instituições superiores de ensino e é mantida por alunos de História da Universidade Federal do Paraná. Sua publicação é on-line, com periodicidade semestral. Demais informações podem ser obtidas através de nosso sítio: [http:// http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/vernaculo](http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/vernaculo).

ISSN

2317-4021

Editores

Hilton Costa

Leonardo Brandão Barleta

Créditos da capa: Rótulos de cigarro diversos da coleção Brito Alves, pertencentes à Fundação Joaquim Nabuco. Disponíveis digitalmente no Portal do Domínio Público (<http://www.dominiopublico.gov.br>).

Diagramação e capa: Leonardo Brandão Barleta

Revisão geral: Hilton Costa

Curitiba

Abril – 2013

Esta publicação foi composta em tipografia Minion Pro e editorada para meio digital em tamanho A5.

Buscou-se respeitar as diagramações proposta pelos autores.